



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ESTUDOS DE LINGUAGENS**

Miriã Alexandre de Paula

**ENTRE CONTINUIDADES E RUPTURAS: O FUNCIONAMENTO
DO DISCURSO DA RESISTÊNCIA DE MULHERES NEGRAS EM UM
BLOG FEMINISTA**

BELO HORIZONTE - MG

2022



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ESTUDOS DE LINGUAGENS**

Miriã Alexandre de Paula

**ENTRE CONTINUIDADES E RUPTURAS: O FUNCIONAMENTO
DO DISCURSO DA RESISTÊNCIA DE MULHERES NEGRAS EM UM
BLOG FEMINISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) para a obtenção do título de Mestre em Estudos de Linguagens. Tendo como orientadora a Profa. Dra. Carla Barbosa Moreira.

**BELO HORIZONTE - MG
2022**

Paula, Miriã Alexandre de.
P324e Entre continuidades e rupturas : o funcionamento do discurso da
resistência de mulheres negras em um blog feminista / Miriã
Alexandre de Paula. – 2022.
151 f. : il.
Orientadora: Carla Barbosa Moreira.

Dissertação (mestrado) – Centro Federal de Educação
Tecnológica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em
Estudos de Linguagens, Belo Horizonte, 2022.
Bibliografia.

1. Análise do discurso. 2. Resistência. 3. Blogs. 4. Mulheres
negras. I. Moreira, Carla Barbosa. II. Título.

CDD: 401.41



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO Nº 29 / 2022 - POSLING (11.52.09)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Belo Horizonte-MG, 16 de dezembro de 2022.

Miriã Alexandre de Paula

ENTRE CONTINUIDADES E RUPTURAS: O FUNCIONAMENTO DO DISCURSO DA RESISTÊNCIA DE MULHERES NEGRAS EM UM BLOG FEMINISTA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais em 28 de novembro de 2022, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos de Linguagens, aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof.^a Dr.^a Carla Barbosa Moreira
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Prof.^a Dr.^a Márcia Fonseca Amorim
Universidade Federal de Lavras

Prof.^a Dr.^a Mariana Javet Cestari
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

(Assinado digitalmente em 19/12/2022 16:05)
CARLA BARBOSA MOREIRA
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
DELTEC (11.55.08)
Matricula: 3068224

(Assinado digitalmente em 16/12/2022 17:04)
MARIANA JAFET CESTARI
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
DELTEC (11.55.08)
Matricula: 1362884

(Assinado digitalmente em 18/12/2022 19:12)
MARCIA FONSECA DE AMORIM
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 631.483.076-15

Processo Associado: 23062.062797/2022-23

Visualize o documento original em <https://sig.cefetmg.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **29**, ano: **2022**, tipo: **ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO**, data de emissão: **16/12/2022** e o código de verificação: **72bc53a620**

Dedico este trabalho a todas as minhas ancestrais que vieram antes de mim, à minha avó Luzia e à minha mãe Maria das Graças, a todas as mulheres negras que, devido ao racismo, o qual abriu a porta para a falta de oportunidades, não puderam chegar onde cheguei hoje. A vitória não é minha, mas nossa. Não apenas o meu grito, mas o nosso, e sim: “let my people go”.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter guiado-me até aqui, por ter dado-me forças para resistir, para nadar contra as correntezas e tornar-me subversiva, pois quem vem de onde venho, às vezes, o sorriso, a luta, o empreitar na sociedade é algo que desgasta e despedaça concomitantemente e todas as vezes que eu estava em pedaços, quebrada, eu sentia uma força impulsionadora que me jogava para frente. A meu ver era Deus, pois Ele é a palavra e também é o silêncio.

Aos meus pais, Maria das Graças Alexandre de Paula e Salvador Zeferino de Paula, os quais incentivaram-me a estar onde até então tenho conseguido chegar. Hoje, ambos em memória, mas tudo que sou e quero tornar-me reflete nessas duas pessoas maravilhosas. Amo vocês, eu queria que as palavras não tivessem prazo de validade para serem escutadas, no entanto, infelizmente elas têm, quando eu digo, eu apenas escuto o eco, o silêncio, mas eu sei que o sentido também reside no silêncio.

Às minhas famílias Alexandre's e Santo's. Agradeço à Luzitania Alexandre, Raquel Alexandre, Adriana Alexandre e Fátima Procópio, Sandra Alexandre que sempre estiveram comigo, cada uma ao seu modo. Agradeço aos meus irmãos, Andreisa Mara, Luiz Carlos, Antônio Carlos, Priscila, a mãe (Léia) e o pai (Antônio) por todo amor, carinho e partilha desde sempre e principalmente ao meu irmão e melhor amigo da filosofia André Salatiel por toda inspiração e motivação. A todos meus sobrinhos e sobrinhas: a titia ama vocês!

Aos meus companheiros e companheiras acadêmicos, em especial, Jaqueline Araújo e Camila Gomes pela *sororidade*, o mundo precisa de mulheres como vocês, que sorte minha de tê-las. Agradeço imensamente minha amiga, Anna Gabriela por não somente mostrar o caminho, mas trilhar junto comigo, gratidão, sem você seria quase impossível, você é muito importante e o amar é elo, obrigada pela leitura. Agradeço minhas amigas da graduação UFLA em especial Tuane Ferreira e Taíze por todo carinho e à minha turma 2015/1.

Às pessoas da minha comunidade de fé que me apoiaram e me abraçaram e se tornaram minha família em Belo Horizonte. Agradeço a todas pessoas do meu mundo.

À minha orientadora Profa. Dra. Carla Moreira, que, para além de professora, foi uma pessoa que abriu caminhos, portas para que eu pudesse realizar este sonho. Gratidão por tudo e por tanto, você marcou a minha vida de um modo especial.

Agradeço à banca examinadora pela leitura cuidadosa e pontual, Profa. Márcia Amorim, Universidade Federal de Lavras e Profa. Mariane Cestari, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, você são maravilhosas e contribuíram bastante com o meu trabalho.

Agradeço imensamente à CAPES pela bolsa que me possibilitou estabilidade para realização do mestrado. Agradeço ao CEFET-MG por todo conhecimento ensinado.

*But what have I got?
Let me tell ya what I've got
That nobody's gonna take away*

*I got my hair on my head
I got my brains, I got my ears
I got my eyes, I got my nose
I got my mouth, I got my smile*

*I got my tongue, I got my chin
I got my neck, I got my boobies
I got my heart, I got my soul
I got my back, I got my sex*

*I got my arms, I got my hands
I got my fingers, got my legs
I got my feet, I got my toes
I got my liver, got my blood*

Got life, I got my life

Nina Simone

RESUMO

Esta pesquisa visa investigar o funcionamento do discurso da resistência na plataforma digital *Blogueiras Negras*. Entende-se que apontar e dizer “ali está o discurso da resistência” não é o bastante porque, antes, é preciso refletir sobre como ele funciona. A fim de compreender o seu funcionamento, é necessário buscá-lo na história, ou seja, o como, e, concomitantemente, por qual razão determinado sujeito está a dizer daquele modo e não de outro. O discurso da resistência parece fácil de ser apontado, mas carece de profunda reflexão para ser compreendido. Nesta pesquisa, procurou-se compreender a ordem do *discurso da resistência*, em outras palavras, os caminhos que ele percorre para se efetivar como tal. O blog *Blogueiras Negras* é um espaço de produção, reprodução e circulação do *discurso da resistência*, este funcionando na ordem do silêncio e da política do silêncio (censura). Percebeu-se que o funcionamento do *discurso da resistência* se assemelha ao *discurso da dominação*, em que o sujeito estabelece relações de poder para resistir. Dito isso, esta pesquisa está respaldada teoricamente nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso Materialista, a qual nasceu na França na década de 1960 a partir dos escritos de Michel Pêcheux (2015 [1983], 2014 [1975] [1969]) e Eni Orlandi (2007, 2012), pesquisadora que contribui de modo significativo para a expansão e a consolidação dos estudos dessa linha teórica no Brasil. Para refletir de modo mais específico sobre o sujeito mulher negra, buscou-se como referência as obras de autoras como Angela Davis (2019), Patricia Collins (2017), Lélia Gonzalez (2020), entre outras.

Palavras-chaves: Análise do Discurso; Resistência; Blog; Mulher Negra.

BETWEEN CONTINUITIES AND RUPTURES: THE FUNCTIONING RESISTANCE DISCOURSE BLACK WOMEN IN A FEMINIST BLOG

ABSTRACT

This research project intends to analyze operation resistance discourse on the digital platform *Blogueiras Negras*. Understand that to show and say “their resistance discourse” is not enough, because, before, it needs to reflect on how this discourse operates. With the purpose of understanding operation then, it’s necessary to search in history, or in the other words, the how, at the same time, the why certain subjects say that way and no of others. The resistance discourse like easy to discover then, but it needs deep reflection to be understood. This research sought to understand the order of the resistance discourse, or in the other words, the ways that discourse covers to implemented. The *Blogueira Negras* is an espace of production, reproduction, and circulation of resistance discourse, like operating in order of the silence and politics of silence (censure). Perceived that the operation of resistance discourse resembles domination discourse, whereby the subject (person) establishes power relations for blacks woman to resist. Therefore, the Discourse Analyses used as a theoretical, methodological basis, which was born in France, in 1960 with Michel Pêcheux (2015 [1983], 2014 [1975] [1969]) and in Brazil has expansion with studies by Eni Orlandi. For to reflect on specific ways on the subject of black women searched references in writers like Angela Davis (2019), Patricia Collins (2017), and Lélia Gonzalez (2020) among others.

Keywords: Discourse Analysis, Resistance, Blog, Black women.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: INTERDISCURSO E ARQUIVO	32
Quadro 2: MEMÓRIA NO ARQUIVO E NO INTERDISCURSO.....	34
Quadro 3: 7.1 É DENUNCIANDO QUE RESISTIMOS.....	82
Quadro 4: 7.2 O NÓS QUE SE DIVIDE	97
Quadro 5: 7.3 MANUAL: SIGA AS REGRAS.....	124
Quadro 6: 7.4 OS MANDAMENTOS	136

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: LOGOMARCA BLOGUEIRAS NEGRAS	67
Imagem 2: ETAPAS PERCORRIDAS PELOS ANALISTA	74

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO: POR QUE A ANÁLISE DO DISCURSO?	12
1.1 O sujeito e a pesquisa	13
1.2 Problematização e objetivos	18
2. ANÁLISE DO DISCURSO: “A POEIRA DOS ARQUIVOS, O GIZ DOS QUADROS E O SUOR DOS DIVÃS”	23
3. RESISTÊNCIA: A FUGA DO ASSUJEITAMENTO PERFEITO	37
4. SILÊNCIO E SILENCIAMENTO: A MULHER NEGRA NO FEMINISMO	45
5. MATERIALIDADE NO DIGITAL: DISCUSSÃO SOBRE O GESTO DE LEITURA E INTERPRETAÇÃO NO BLOGUEIRA NEGRAS	63
6. ASPECTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS: PROCEDIMENTO E RECORTE DO CORPUS	70
6.1 Corpora para análise	78
7. ANÁLISES: O FUNCIONAMENTO DO DISCURSO DA RESISTÊNCIA NO BLOGUEIRAS NEGRAS	81
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	147

1. INTRODUÇÃO: POR QUE A ANÁLISE DO DISCURSO?

A Análise do Discurso, doravante AD, foi-me apresentada no segundo período da Licenciatura Plena em Letras, no ano de 2016, na Universidade Federal de Lavras, enquanto eu cursava a disciplina *Processo de Leitura e Escrita*, ministrada pela Professora Doutora Márcia Fonseca Amorim, quem, tempos depois, foi minha orientadora no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Ao final de uma aula, conversei com a referida professora sobre o meu interesse em aprofundar os estudos sobre a AD e ela me convidou para fazer parte do Núcleo de Estudos de Análise do Discurso (NEADi). Nos primeiros encontros, minha participação era bastante tímida, ouvia mais e falava quase nada. Recordo que as leituras eram densas porque éramos orientados a ler teóricos que deram início aos estudos do discurso; contudo, também fizemos leituras elucidativas, como o livro escrito por Helena Nagamine Brandão — *Introdução à Análise do Discurso*.

Quatro períodos depois, após muitas leituras, além do incentivo e da motivação da professora Márcia, apresentei o meu primeiro trabalho no final de 2017 no VII Encontro de Estudos da Linguagem e VI Encontro Internacional de Estudos da Linguagem — Enelin. Foi uma experiência incrível, a primeira vez “fora de casa”. No dia da apresentação, havia um doutor e um mestrando da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) que apresentaram antes da minha comunicação; fiquei tensa, mas, ao final, o doutor me parabenizou. A partir daquele momento, entreguei-me à Análise do Discurso.

Esse primeiro trabalho apresentado teve por título *Diferentes posicionamentos discursivos em torno de um acontecimento no espaço das redes sociais*. Desde então, a Análise do Discurso tornou-se meu aporte teórico nos eventos. E, em razão desse contato com a AD, vi-me diante da necessidade de buscar conhecimentos relacionados à área em outros grupos de estudos, tendo em vista que estamos diante de uma disciplina que dialoga com outros campos do saber.

Entre 2017 e 2018, fiz parte do Grupo de Estudos de Psicanálise (Freud e Lacan), coordenado pela Professora Doutora Léa Silveira. Entre 2018 e 2019, participei do Grupo de Estudos e Tradução em Língua Latina (UFLA), organizado pela Professora Doutora Talita Janine Juliane (UNESP). Assim, minha participação nesses dois grupos teve como objetivo compreender as noções tratadas no interior da AD, como o sujeito inconsciente e as noções de memória discursiva e interdiscurso.

Nos anos de 2017 e 2018, fiz o meu pré-projeto de TCC tratando das questões raciais e e da pauta das mulheres negras. Dessa forma, desenvolvi meu trabalho na AD e analisei o filme *Estrelas Além do Tempo*, que narra a história de três mulheres negras trabalhando na NASA na década de 1960, período de segregação racial nos Estados Unidos da América e de uma disputa na corrida espacial entre os EUA e a Rússia. O objetivo do trabalho consistiu em analisar o modo como essas mulheres se constroem discursivamente e o modo como elas são construídas discursivamente pelo outro, evocando o conceito de *ethos* na perspectiva de Dominique Maingueneau e de Ruth Amossy, com base nos estudos de Michel de Pêcheux com a AD Materialista.

E, afinal, por que a Análise do Discurso? Porque a Análise do Discurso desafia-me, retira as certezas e coloca questões frente à fala, ao discurso. A Análise do Discurso permite aos pesquisadores efetuarem gestos de leituras, uma vez que ela não está fechada em si mesma, pois estabelece diálogo com outros campos do saber. Além disso, a AD propõe questões ao analista, levando-o a enxergar além do que se vê e a escutar além do que está sendo dito. Na “nota ao leitor” do livro *Discurso: Estrutura ou Acontecimento*, Eni Orlandi descreve o percurso feito por Pêcheux na elaboração da proposta teórica da AD, asseverando que o autor “propôs uma forma de reflexão sobre a linguagem que aceita o desconforto de não se ajeitar nas evidências e no lugar já-feito. Ele exerceu com sofisticação e esmero a arte de refletir nos entremeios” (PÊCHEUX, 2015, p. 7).

Portanto, a AD é uma disciplina teórico-metodológica que reflete as entrelinhas do dito/escrito e visa entender os funcionamentos dos discursos. Por isso, nesta pesquisa, propõe-se investigar o funcionamento do *discurso da resistência* no blog *Blogueiras Negras*. Para tanto, a análise será empreendida a partir dos recortes de gêneros textuais informativos, a fim de se analisar a movimentação discursiva da resistência, que hipoteticamente vem acompanhada do *silêncio local*.

1.1 O sujeito e a pesquisa

Durante a graduação, período em que eu aprofundava os meus estudos na AD e participava de “comunicações” em eventos, costumava apresentar parte da minha pesquisa de TCC sobre as questões raciais. A meu ver, desenvolver uma pesquisa que tem o racismo como tema é uma forma subjetiva de me entender e de compreender outros sujeitos como eu. Sendo assim, a afirmação de raça é um tema central e muito importante, pois, por muito tempo, o racismo afetava minha auto imagem. Em virtude dessas opressões, como sujeito mulher negra,

já odiei a mim mesma. Antes, quando criança, eu não gostava da minha cor, do meu nariz, do meu cabelo, e eu questionava a minha mãe: “por que eu nasci negra?” ; eu queria ter nascido branca”. Depois do meu ingresso no ensino superior público, compreendi melhor os entremeios desse discurso de quando eu era criança. Em contato com a pesquisa e com a ciência, comecei a reconhecer-me no processo como reprodutora do racismo e das opressões históricas que os meus ancestrais haviam sofrido. Entretanto, a ciência e a pesquisa auxiliaram-me a entender o processo, o funcionamento do mundo, das raças, das classes e dos gêneros.

O funcionamento na Análise do Discurso trata-se do “como”, isto é, o modo como o sujeito articula o dizer dele discursivamente. A linguagem também possui o seu “como”, ou seja, o seu modo de funcionar. Ela não apenas transmite informações, mas, na perspectiva teórica da AD, não se trata, ou seja, se preocupa com a transmissão de informação, mas ela considera o funcionamento da linguagem, o qual coloca em relação “sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos na produção de sentidos e não meramente transmissão de informação.” (ORLANDI, 2010, p. 21).

O discurso pode ser considerado o espaço em que saber e poder se embatem. A linguagem em si mesma se apresenta como um mecanismo de poder, visto que ela não apenas transmite informações, mas materializa o discurso. Desse modo, há discurso na fala, há discurso na escrita, há discurso no grito, há discurso na voz e também há discurso no silêncio. O discurso atravessa a língua/linguagem produzindo e retomando efeitos de sentidos já ditos, inscritos na memória discursiva por meio dos sujeitos, da ideologia e da história.

Assim, nesta dissertação, escolhi aprofundar meus conhecimentos dentro da Análise do Discurso, buscando entender o funcionamento do *discurso de resistência* da mulher negra na contemporaneidade a partir do blog *Blogueiras Negras*. Neste blog, encontram-se apenas textos escritos por mulheres negras, visto que somente elas podem publicar na página. A partir dessa regulamentação, que se apresentou como um fenômeno, selecionei o objeto de estudos da vigente pesquisa.

O blog *Blogueiras Negras* se utiliza de gêneros textuais de instrução, como o manual para explicar aos seus leitores o funcionamento do blog. A escrita é relevante para essas mulheres, ela aparece como voz, como grito, como resistência, como pedido de socorro, como advertência, ou seja, a escrita, nesse espaço, tem vários fins. Nesse contexto, o objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar o funcionamento dos discursos no blog *Blogueiras Negras* a partir dos discursos que atravessam a materialidade linguística discursiva

instruções/orientações para a submissão de textos a serem publicados e a política dos comentários presentes no respectivo blog.

A AD dirá que o sujeito é histórico e nunca neutro, por isso, de início, levanto a seguinte reflexão: fazer ciência também é, em si, uma tomada de posição, um posicionar-se, é falar de um lugar em um determinado tempo histórico-social. A consequência, não no sentido negativo, mas discursivo, é: quando eu falo, não falo sozinha, mas outras vozes falam comigo, como bem disse Conceição Evaristo (2017): “A voz de minha filha recolhe em si a fala e o ato. O ontem – o hoje – o agora. Na voz de minha filha se fará ouvir a ressonância, o eco da vida-liberdade”. Ou seja, quando eu falo, trago o tempo, a historicidade e, assim, sujeitos e sentidos outros.

Diante desse cenário, pesquisar e fazer ciência sobre a mulher negra, sendo uma mulher negra, significa, sem dúvidas, uma tomada de posição política, de sustentação de um dizer de um sujeito que, no social, outrora, era objeto de pesquisa. Entretanto, tal sujeito saiu dessa posição de outro inativo e pesquisado para o lugar da atividade e de pesquisadora.

Consequentemente, o meu lugar na ciência já é em si um ato de resistência que, a partir da minha experiência de vida, seria o lugar da esperança teimosa, do nadar contra as correntezas depois de vir da família de bisavó, avó, tias, tios, mãe e pai que lutaram em vida contra a fome, trocando a caneta e o caderno pela pá e pela enxada. Em específico, destaco o caso da minha mãe (em memória), que trocou a infância/adolescência e a sala de aula pela vida como empregada doméstica, limpando as salas dos apartamentos das patroas e dormindo no quarto da segregação — tudo isso por causa da fome.

No ano de 2020, eu fui a primeira da minha família a ocupar este lugar na pós-graduação, a primeira a ser graduada, apesar de ser órfã de pai, mãe e avós. Então, enquanto sujeito histórico, eu parto desse *lugar de fala*, dessa experiência, para pesquisar e compreender o que a linguagem, o discurso e os sujeitos têm a me dizer, a me ensinar. Além de tudo isso, eu acredito na educação, pois ela foi e é “a arma mais poderosa para mudar o mundo” como já bem colocou Nelson Mandela¹. Por meio do conhecimento e do fazer científico, eu grito, insisto e resisto. Como escreveu Noémia de Souza (2001), de Moçambique: “Let my people go”. E eu ainda acrescento: deixe o meu povo viver, deixe meu povo emancipar.

¹ Nelson Mandela proferiu esta frase no lançamento de Mindset Network, uma organização sem fins lucrativos que visa a produção de material didático na África do Sul, no ano de 2003. Disponível em: <https://www.mindset.africa/about.html>> Acesso em: 04/2022

Enfim, só me resta ser tambor, como Craveirinha, poeta de Moçambique (2000), escrevera: “[...] eu quero ser tambor/ e nem rio/ e nem flor/ e nem zagaia por enquanto/ e nem mesmo poesia/ Só tambor ecoando como a canção da força e da vida/ Só tambor noite e dia[...]”.

Ser tambor é ser um ecoar de vozes, é dizer solo, mas não necessariamente sozinho, é trazer ecos de memórias silenciadas e de palavras não ditas para compreender os sentidos, pois “o sentido não para; ele muda de caminho” (ORLANDI, 2007, p. 13).

Por essas razões, a pesquisa implica compreender o funcionamento do discurso a partir do movimento dos sentidos na materialidade do blog, ou seja, entender quais sentidos o perpassam e não em outros lugares, pois o sentido nunca deixa de sê-lo, ele simplesmente altera a rota, então, cabe ao analista, compreender o porquê, o como, o modo e, se possível, o quando. Posto isso, ela se justifica na tentativa de problematizar o espaço enunciativo — discursivo —, analisando o funcionamento do discurso no blog *Blogueiras Negras*.

Embora as mulheres negras estejam ocupando determinados espaços na sociedade, a atuação delas ainda é bastante tímida no que diz respeito às áreas de maior status social. Tal fato tem gerado desconforto em muitas mulheres negras que passaram a reivindicar para si o direito à palavra, o direito de dizer de si e do outro a partir do seu *lugar de fala*, da sua experiência, como postula a filósofa contemporânea Djamila Ribeiro (2017) em seus estudos sobre o papel social da mulher negra na contemporaneidade. Ribeiro (2017, p. 66), ao tratar do lugar social destinado às mulheres negras na sociedade, faz a seguinte afirmação: “O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir”. Assim, esse espaço onde as mulheres ocupam pode ser entendido como o lugar de existência e de sinalização, de afirmar que mulheres negras têm vida.

Analisar e tentar compreender os discursos nesse espaço, na plataforma digital, não é simplesmente dizer o óbvio, mas, ao olhar essa materialidade, pensar os possíveis sentidos. A resistência tem seus modos de funcionar, e isso é constitutivo do sujeito, da linguagem e do discurso. Dessa maneira, pesquisar sobre esse discurso vinculado aos gêneros de instruções permite uma reflexão que pode contribuir de modo significativo no ensino de gêneros textuais na escola. Por isso, acredito que esta pesquisa é relevante para a sociedade, para as comunidades (periferias, favelas, quebradas) e para a educação pública.

A reflexão pretendida não se restringe apenas à academia, mas visa alcançar a sociedade para além dos muros das instituições, pois a Análise do Discurso também é concebida como gesto de leitura e interpretação, tendo vários modos de ser apresentada. Um desses modos

principais, a meu ver, como professora e pesquisadora, são as contribuições que a AD proporciona porque ela “nos coloca em estado de reflexão e, sem cairmos na ilusão de sermos conscientes de tudo, permite-nos ao menos sermos capazes de uma relação menos ingênua com a linguagem” (ORLANDI, 2010, p. 9).

Assim, a discussão sobre o funcionamento do *discurso da resistência* no espaço do blog, isto é, o espaço tecnológico de circulação de discursos, coloca o sujeito pesquisador frente a duas modalidades diferentes de memórias, a carnal e a metálica. A carnal é oriunda das línguas naturais que se unem às diversas modalidades da memória metálica — os multimeios, a informática e a automação (ORLANDI, 2010). Com relação à união dessas memórias, Orlandi (2010, p. 10) afirma que isso apaga “os efeitos da história, da ideologia, mas nem por isso eles estão menos presentes”. Pensando nesses sentidos, que aparecem de forma “degradê” e determinados no momento da interpretação, esta pesquisa visa problematizar o *discurso da resistência* e seu funcionamento. Orlandi (2010, p. 10) considera que:

Saber como os discursos funcionam é colocar-se na encruzilhada de um duplo jogo da memória: o da memória institucional que estabiliza, cristaliza e, ao mesmo tempo, o da memória constituída pelo esquecimento que é o que torna possível o diferente, a ruptura, o outro.

O *discurso da resistência* joga com essas memórias e coloca os sujeitos dentro desse jogo. Dessa maneira, compreender o funcionamento do *discurso da resistência* é compreender os esquecimentos que perpassam o blog *Blogueiras Negras*, que fazem com que esse espaço seja “diferente”, de ruptura e “outro”, uma vez que este espaço é constituído por escritos exclusivamente de mulheres negras, as quais estão inseridas em uma sociedade que as trata como “iguais”, mas que nunca se perguntou “de que mulheres estamos falando?”. Esse espaço acolhe mulheres negras que escrevem a partir de suas vivências, a partir do seu *lugar de fala*, isto é, do saber de experiência, porém, numa perspectiva linguístico-discursiva, o *lugar de fala*, segundo Zoopi Fontana (2017, p. 69-70) é:

sobredeterminado pela ideologia, a língua e o inconsciente, o “lugar de fala” se mostra, no seu funcionamento enunciativo, sustentado em processos metonímicos que o legitimam a partir da experiência vivida de um eu que se identifica com outros eu.

A partir disso entende-se que é por meio do *lugar de fala*, o qual é também espaço de funcionamento enunciativo que essas mulheres “rompem” para continuar, o que justifica parte do título dessa pesquisa, “entre rupturas e continuidades”. Enfim, essas mulheres, entre rupturas

e continuidades, resistem por meio da organização e escritos delas no blog às relações de poder impostas pelo grupo hegemônico que predomina na memória discursiva da sociedade.

1.2 Problematização e objetivos

É a partir da Análise do Discurso Materialista, com enfoque nos estudos de Michel Pêcheux e de Eni Orlandi, que esta pesquisa visa analisar e compreender o funcionamento do discurso no blog *Blogueiras Negras*. Esse é um espaço coletivo criado por mulheres negras que visam atingir o público geral e, ao mesmo tempo, outras mulheres negras — historicamente silenciadas, apagadas e discriminadas em função das relações hegemônicas de poder de um povo sobre o outro que, no caso do Brasil, estão relacionadas à dominação e à exploração, partindo do europeu para o indígena e, posteriormente, sob o corpo e a vida do africano, estendendo-se aos afrodescendentes.

Quando nas relações de poder entre os grupos étnicos há a superioridade de uma etnia em detrimento de outra, esse poder é nomeado de racismo. O “racismo é um sistema de opressão e para haver racismo deve haver relações de poder” (RIBEIRO, 2018, p. 41). Para além do sistema de opressão, outra definição que complementa e contribui para que se compreenda o significado da palavra racismo é a definição proposta a partir dos estudos de Almeida (2018, p. 52), em que o autor afirma: “racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas ou conscientes ou inconscientes”.

Assim, opondo-se à ideologia predominante, utilizando o dizer, a voz e a escrita como ferramenta de rompimento do silêncio, percebe-se o funcionamento do ato de resistência na materialidade da língua a partir da ressignificação que essas mulheres fazem de si. Essa possibilidade outra de significar ocorre porque o modo como elas dizem nesse espaço aponta para essa alteração “de rota” dos movimentos dos sentidos.

No entanto, deve-se considerar que este posicionamento enquanto sujeitos das mulheres negras no espaço do blog também é uma resposta e uma forma de oposição ao *discurso político* instaurado na estrutura da sociedade. Isso porque, o discurso político é legitimado pelo *Aparelho Repressivo do Estado* (ARE) (ALTHUSSER, 1985), isto é, pelo governo, pela administração pública, pelo exército e pela polícia. Esses são ARE’s que usam da força para efetivar a *política do silêncio* (ORLANDI, 2007). Com relação ao silenciamento e ao ARE, Mariani (2020, p.18) afirma que:

o discurso político se legitima pelo jurídico, se instaura pelos aparelhos de repressão e circula pela mídia e, atualmente, pelas novas tecnologias de linguagem. Os sentidos são administrados por estas instâncias e gerenciados em função do modo como o poder ocupa essas mesmas instâncias.

Sendo assim, para desenvolver uma pesquisa com objetivo de compreender o funcionamento do *discurso da resistência* é necessário considerar que esse discurso está relacionado a outros, pois, como afirma Orlandi (2010, p. 62), “todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro”.

Desse modo, a problematização desta pesquisa se inicia tomando como empréstimo da filósofa brasileira Sueli Carneiro (2011) a frase retórica “De que mulher estamos falando?”. Essa frase foi utilizada pela autora em seu artigo *Enegrecer o feminismo: A situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero* para demonstrar que, quando se falava sobre a mulher, havia especificidade em tais discursos, pois a pauta girava em torno da mulher branca. A partir disso, surge a problemática de que não basta dizer sobre as mulheres e igualá-las em um mesmo patamar, mas, antes, é preciso refletir que sujeito é esse; por que ao se referir a ela fala-se de um modo e não de outro; de qual lugar ela está falando; o que ela diz; como ela articula esse dizer a outros dizeres sobre ela; para quem ela está dizendo. Assim sendo, é preciso pensar a mulher considerando o viés da interseccionalidade, isto é, as relações de poder, dominação e exploração que perpassam o gênero, raça e classe.

É sabido que na história do país, principalmente, durante o período denominado “Brasil colonial”, a mulher negra, por muito tempo, foi silenciada em vários setores da sociedade — ela foi mucama, ama de leite, aquela que trabalhava exposta ao sol nas lavouras, mãe de filhos que lhes foram roubados.

Observa-se um silêncio sobre essa dor histórica, pois não se fala do sentimento dessa mulher frente a diferentes atrocidades vivenciadas pelo negro. E isso, de certa forma, gerou um apagamento da memória social em torno do papel de brancos e negros na sociedade. As pautas feministas não engajaram discussões sobre o tratamento dado à mulher negra, como se brancas e negras vivenciassem problemas sociais semelhantes apenas por serem mulheres. Contudo, em numa escala social entre homens e mulheres, a mulher branca ainda ocupa a posição superior à posição ocupada por negros, quer sejam homens, quer sejam mulheres. Nesse caso, ainda se observam na sociedade resquícios da memória escravagista de a mulher branca representando “a senhora”, “a dona”, “a patroa”.

É necessária a retomada histórica não apenas a partir do ponto da escravidão para entender as condições de produção do dizer das Blogueiras Negras no ciberespaço, mas a partir dos estudos na história de como elas eram vistas. Lélia Gonzalez (1984, p. 224), a partir do estudo da Psicanálise (Lacan e Freud), tece algumas considerações relevantes sobre os estudos que dizem respeito ao tratamento dado à população negra:

E justamente a partir da alternativa proposta por Miller, ou seja: por que o negro é isso que a lógica da dominação tenta (e consegue muitas vezes, nós o sabemos) domesticar? E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa.

Gonzalez (1984, p. 225, apud Miller 1976, p. 17), a partir da obra *Teoria da língua*, faz postulações sobre a Psicanálise e a Lógica, tecendo discussão sobre o ato de fala e a análise, aponta. Gonzalez (1984) discute a importância do ato de falar, não o ato em si, mas o sujeito que fala, sendo esse o negro. Percebe-se a partir dos estudos da autora que o sujeito negro na sociedade precisa reivindicar pelo direito de tomar a palavra. Isso também se deve ao fato de que “o sujeito ao significar, se significa. Desse modo é que podemos dizer que sujeito e sentidos se constituem ao mesmo tempo” (ORLANDI, 2013, p. 21).

O problema exposto por Gonzalez (1984) com relação à fala e o silêncio, e também com relação ao negro no social, está no fato de quando ele não fala sobre si, um outro sujeito não negro fala em seu lugar e a consequência disso é o apagamento, *o silenciamento local*, ou seja, esse sujeito é deslegitimado no social.

A partir disso, surgem as seguintes questões: quais eram os efeitos de sentidos construídos em torno da escrita (enquanto espaço de discursividade) da mulher negra no decorrer da história do Brasil antes da visibilidade tecnológica? Considerando *a priori* que a resistência é resposta de determinado grupo à opressão de outro grupo, como essa resistência está sendo evidenciada no layout do blog *Blogueiras Negras*? O funcionamento do *discurso da resistência* pode estar vinculado a algum gênero textual? Que silêncio as mulheres negras visam romper?

Como já dito, esta pesquisa situa-se no campo dos estudos da linguagem e tem como base a Análise do Discurso, a disciplina de entremeio, que quando emergiu em 1960, na França, pensava a linguagem com relação à exterioridade, levando em conta a história, a ideologia e o político. Por essa razão, acredita-se que os estudos desenvolvidos no interior da AD, ao longo

dos anos, contribuíram de modo significativo para fundamentar as análises que serão feitas, a partir do recorte das *sequências discursivas* retiradas do blog e da logomarca do blog, uma vez que, “a análise do discurso interessa-se por práticas discursivas de diferentes naturezas: imagem, som, letra, etc.” (ORLANDI, 2010, p. 62).

Como objetivo geral deste estudo, propôs-se analisar o funcionamento dos discursos no blog *Blogueiras Negras* a partir da discursividade em funcionamento nos gêneros textuais² informativos que orientam sobre o modo como a página funciona, bem como quem pode e deve publicar. Tendo como foco o *discurso da resistência* e como a resistência nos seus modos diversos têm relação parafrástica com outros movimentos que também se utilizam dela. Para torná-la evidente para a “oposição”, ela não só se apropria do silêncio como estratégia de organização discursiva, mas também da política do silêncio (silenciamento). Sendo assim, a política do silêncio está vinculada ao *discurso da resistência* e também à noção de evidenciamento proposto por Moreira (2007, 2009).

A AD Materialista como disciplina de entremeio não descarta a possibilidade de diálogo com outros campos do saber, como a História, da qual apoia-se para auxiliar na compreensão da constituição da mulher negra, pensando como historicamente esse grupo de mulheres se organizou de tal modo até chegar às redes sociais.

Com relação aos objetivos específicos, buscou-se analisar e compreender as relações parafrásticas do *discurso da resistência* do feminismo negro com relação ao movimento feminista branco, entendido como coletivo de mulheres não negras privilegiadas. Além disso, pretendeu-se analisar os possíveis efeitos de sentidos que são evidenciados a partir do *discurso da resistência*, uma vez que ele funda discursividades. Também pretendeu-se analisar e compreender o funcionamento do *discurso da resistência* na materialidade — o blog — e analisar o (s) funcionamento (s) discursivo (s) nos diferentes gêneros textuais informativos a fim de se compreender como eles estão relacionados à noção de *discurso de resistência*.

Esta dissertação está dividida em oito partes. Inicialmente, nesta introdução apresenta-se a justificativa para esta pesquisa, além de contextualizá-la e contar um pouco da forma como

² Reitera-se que esta pesquisa não tem como objetivo elencar discussões a respeito dos gêneros textuais/discursivos, no entanto, postula-se que, as sequências discursivas no capítulo das análises somente puderam ser consideradas por meio do gênero, uma vez que, elas estão inseridas no interior dos gêneros textuais e se retirá-las comprometeria, de certo modo, a análise da materialidade linguística.

foi construída. Logo em seguida, no capítulo “Análise do discurso: “a poeira dos arquivos, o giz dos quadros e o suor dos divãs””, apresenta-se alguns pontos cruciais da Análise do Discurso Materialista desde sua formulação teórica até algumas noções que são vitalícias para a proposta teórica e fundamentais nas reflexões empreendidas a partir de materialidades linguística, no caso desta dissertação, a materialidade é extraída de gêneros textuais presentes no *Blogueiras Negras*.

O capítulo seguinte tem por tema a “Resistência: a fuga do assujeitamento perfeito” e trata de modo profícuo a noção de resistência proposta por Pêcheux (2014), noção que é norteadora das reflexões efetuadas neste estudo. Em “Silêncio e silenciamento: a mulher negra no feminismo” expõe-se a noção de silêncio e silenciamento em diálogo com a história da mulher negra no continente americano como todo e a ressalva de alguns pontos do feminismo negro.

Para refletir sobre o discurso que circula na materialidade do digital, especificamente o blog, além de tratar da história de formação do blog *Blogueiras Negras*, apresenta-se o capítulo “Materialidade no digital: discussão sobre o gesto de leitura no *Blogueira Negras*”. No capítulo seguinte, “Aspectos teóricos e metodológicos, procedimentos e recorte do corpus”, é empreendida a reflexão sobre o modo como a AD trata determinado corpus. Essa seção é dedicada aos pesquisadores iniciantes que têm dúvidas sobre os procedimentos da teoria com relação ao recorte do corpus; essa parte é descritiva e exemplificativa, pois, por meio do corpus selecionado nesta pesquisa, o pesquisador terá em sua disposição uma perspectiva, dentre as várias existentes, para ampliar o seu entendimento na área em questão.

No último capítulo, intitulado, “Análise: o funcionamento do discurso da resistência no *Blogueiras Negras*”, é empreendida a análise do corpus. Por fim, apresenta-se as considerações finais, na qual reflete-se o percurso da pesquisa e reflexão das análises, e assim, apontando caminhos para novas propostas de pesquisa que podem ser geradas por meio desta dissertação.

2. ANÁLISE DO DISCURSO: “A POEIRA DOS ARQUIVOS, O GIZ DOS QUADROS E O SUOR DOS DIVÃS”

O discurso é assim a palavra em movimento, prática de linguagem: com estudo do discurso observa-se o homem falando (ORLANDI, 2010, p.15).

A Análise do Discurso, doravante AD, emergiu na década de 1960, na França, com os estudos de Michel Pêcheux e seu grupo. Eles apresentaram uma nova proposta de estudo sobre o funcionamento do discurso, visando a linguagem na relação com sua exterioridade, com a condição de produção de discurso (ORLANDI, 2012). A AD surgiu, segundo Gadet (2014, p.8)

Sob uma conjuntura dominada pelo estruturalismo ainda pouco criticado na linguística, e triunfante por ser “generalizado”, isto é, exportado para as outras ciências humanas (Lévi-Strauss ou Barthes), ou inspirador de reflexões como mesmo quando não se declara explicitamente (por exemplo por Lacan, Foucault, Althusser ou Derrida); a linguística pode ser chamada de ciência-piloto das ciências humanas.

A AD se desenvolveu dentro do contexto estruturalista, embora estivessem em desenvolvimento outras tendências de estudos sobre o funcionamento da linguagem com foco na interação. Ainda assim, o estruturalismo permanecia em uma relação superior a qualquer estudo relacionado à linguística, servindo de referência às outras áreas das Ciências Humanas, tanto à Filosofia (da linguagem) quanto à Psicanálise (GADET, 2014).

Outro fator que caracteriza a Análise do Discurso é o aspecto político, pois, segundo Gadet (2014, p. 9), a AD emergiu se apoiando no político, portanto: “ela nasce na crença em uma visão de intervenção política, porque aparece como portadora de uma crítica ideológica apoiada em uma arma científica, que permitiria um modo de leitura cuja objetividade seria insuspeitável”.

A AD surgiu com o objetivo de compreender o que está sendo dito verdadeiramente, isto é, nas entrelinhas da materialidade discursiva, sendo num primeiro momento o texto. Entretanto, Gadet (2014, p. 9) destaca “[...] que haja aí uma ilusão[...]”, ilusão no sentido de que a AD tinha essa crença de intervenção no político, de expor a veracidade do sentido. Portanto, o autor continua dizendo que somente em momentos posteriores, após muitas reflexões críticas dos próprios fundamentos da AD, a suspeita virá à tona.

Assim, Gadet (2014, p. 9), conclui: “Ilusão ainda é concepção da linguística como instrumento objetivo de abordagem da língua, sonho de uma hipotética neutralidade da gramática”. Ou seja, é ilusão acreditar na neutralidade da língua, da gramática, olhar para o funcionamento da linguagem apenas na superfície e não levar em conta a sua profundidade, isto é, a sua relação com a história, com a ideologia e com o sujeito. Em relação ao sujeito, Gadet (2014, p. 9) fez uma colocação enfática e relevante: “[...] na última característica da Análise de Discurso francesa, cuja forma acabada é Michel Pêcheux, como o apoio sobre uma teoria do discurso. Para ele é impossível a Análise de Discurso sem sua ancoragem em uma teoria do sujeito [...]”.

Com isso, entende-se que a AD é uma disciplina que não se constitui sem o sujeito, ao contrário, o sujeito é um dos pontos centrais da sua própria reflexão, assim como o discurso. Diferentemente de outras tendências, a AD não tem como objetivo o estudo específico da estrutura da língua, da gramática em si, embora tanto uma, como a outra são interessantes e importantes para ela, mas o seu foco principal é o discurso, portanto: “o estudo que interessa à ela – o da língua funcionando para a produção de sentidos e que permite analisar unidades além da frase, ou seja, o texto – já se apresentara de forma não sistemática em diferentes épocas e segundo diferentes perspectivas” (ORLANDI, 2010, p. 17).

É relevante acentuar que desde a Antiguidade Clássica já existiam estudos sobre os textos em sua materialidade linguística. No século XIX, destacou-se o estudo da semântica histórica; no século XX, destacaram-se os formalistas russos — embora seus estudos se situem na Teoria Literária, eles visavam compreender a lógica interna do texto (ORLANDI, 2010).

A AD parte do princípio de que a língua não é transparente e, por assim sê-la, ela não visa encontrar o sentido do outro lado do texto, mas ela questiona, bem como Orlandi (2010, p. 17) pontua: “[...] como este texto significa?”. Para a AD, o que importa é o “como” e não necessariamente o “o quê”, a partir disso, a AD extrai a discursividade do texto, pois o “como” diz respeito, semanticamente, ao modo, ao funcionamento e ao significado. Orlandi (2010, p. 18) assevera que: “ela produz um conhecimento a partir do próprio texto, porque o vê como tendo uma materialidade simbólica própria e significativa, como tendo uma espessura semântica: ela o concebe em sua discursividade”. A discursividade advém do texto, pois o texto significa, ele é uma materialidade, é um “lugar” em que os efeitos de sentidos se movimentam. Assim, um texto, uma imagem, uma música podem ser consideradas materialidade discursiva, porque o sujeito significa a si mesmo e atribui significados.

“A palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim a palavra em movimento, prática de linguagem: com estudo do discurso observa-se o homem falando” (ORLANDI, 2010, p. 15). A AD é a disciplina que visa compreender o movimento não das palavras em si, mas dos sentidos, ora de um modo, ora de outro modo. Os sentidos se movimentam de acordo com a posição dos sujeitos em dada interação. Desse modo, na AD, “procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2010, p. 15).

A língua no interior da AD não é concebida enquanto sistema abstrato, mas, antes, estabelece relação com o mundo, com os modos de significar e considera a produção de sentidos como parte da vida dos sujeitos falantes pertencentes à determinada comunidade ou grupo da sociedade (ORLANDI, 2010). A AD foi constituída a partir de um campo heterogêneo, pois a ela estão vinculadas outras áreas do conhecimento, como a Linguística, os estudos de Louis Althusser sobre ideologia, de Michel Foucault sobre discurso e formação discursiva, de Jacques Lacan sobre o sujeito do inconsciente.

No campo das Ciências Sociais, levando em consideração também a Psicologia Social, Michel Pêcheux se apoia na tríade: Linguística (estruturalismo), Marxismo Histórico e Psicanálise. Paul Henry (2014, p. 13) afirma que:

O materialismo histórico tal como Louis Althusser o havia renovado a partir de sua releitura de Marx; a psicanálise, tal como a reformulou Jacques Lacan, através de seu “retorno à Freud”, bem como certos aspectos do grande movimento chamado, não sem ambiguidades, de estruturalismo. No fim da década de sessenta, o estruturalismo estava no seu apogeu. O denominador comum entre Althusser e Lacan tem algo a ver com o estruturalismo, mesmo que ambos não possam ser considerados estruturalistas. O que interessava a Pêcheux no estruturalismo eram aspectos que supunham uma atitude não reducionista no que se refere à linguagem.

A tríade serviu como base para fundamentar a Análise do Discurso enquanto proposta teórica, ou seja, enquanto uma disciplina que estuda o discurso levando em conta a sua relação com a exterioridade, com o sujeito, com a história e com a língua, no intuito de compreender os movimentos dos sentidos. Entretanto, há todo um contexto sócio- histórico-cultural atrelado ao surgimento dessa disciplina, visto que Pêcheux, em um primeiro momento, estava iniciando a AD-1, ou melhor, a Análise Automática do Discurso. Por isso é válido considerar e (re) conhecer a formação do precursor da AD, Henry (2014, p.17) afirma que:

Pêcheux é um filósofo de formação, mas um filósofo fascinado pelas máquinas, pelas ferramentas, pelos instrumentos e pelas técnicas, por razões profundamente enraizadas em sua história pessoal e antecedentes familiares. E ele não é um filósofo qualquer, mas sim um filósofo convencido de que a prática tradicional da filosofia, em particular no que tange às ciências, está desprovida de sentido, ou é, no mínimo, um fracasso.

A *Análise do Discurso* tem como precursor o filósofo que, a princípio, na AD-1, propunha uma teoria como uma espécie de “máquina de ler textos”, portanto, nos seus escritos, ele se utiliza da lexicometria e da informática. Maldivier (2003, p. 25) afirma sobre Pêcheux que “sua primeira experiência de informática o faz sentir a necessidade da linguística”. Ou seja, embora Pêcheux fosse um filósofo, ele também tinha um fascínio pelas máquinas, como Henry (2014) pontuou. A AD-1 é o “primeiro modelo de máquina de ler que arrancaria a leitura da subjetividade” (MALDIDIÉ, 2003, p. 21). A citada pesquisadora (2003, p. 19) afirma que a ideia desse projeto de máquina discursiva nasceu com um propósito: “máquina de guerra, uma espécie de cavalo de Tróia destinado a ser introduzido nas ciências sociais para aí produzir uma reviravolta”.

Na AD-1, o discurso era concebido como máquina, fechado em si mesmo, e a noção de sujeito-estrutura atribuía ao sujeito a característica de produtor do seu próprio discurso. No entanto, em momento posterior, o próprio Pêcheux (2014 [1975]) afirma que o sujeito é interpelado ideologicamente (conceito de ideologia tomado a partir de Louis Althusser), portanto, ele é assujeitado. A AD-1 tem uma tomada de posição estruturalista que, com o passar do tempo, desaparece. Para tanto, Pêcheux (2010 [1969], p. 307) acentua que houve uma recusa “[...] de qualquer metalíngua universal supostamente inscrita no inatismo do espírito humano, e de toda suposição de um sujeito intencional como origem enunciativa de seu discurso”.

Desse modo, com relação aos procedimentos, o corpus na AD-1 era fechado. As sequências discursivas eram selecionadas no interior de um espaço discursivo dominado pelas condições de produção consideradas estáveis e homogêneas. Maldivier (2003, p. 22) afirma que:

A Análise Automática do Discurso é a oficina em que se apreende o objeto novo. Aqui ele tem nome: “processo discursivo”, “processo de produção do discurso”. O discurso deve ser tomado nas relações e nos procedimentos imaginados pelo mecânico-teórico Pêcheux.

Pêcheux estava visando o discurso para além da transmissão de informações, ou seja, ele estava considerando, no momento da interação, as formações imaginárias e as condições de produção dentro desse processo ou produção discursiva.

As Formações Imaginárias (doravante FI) estão atreladas à imagem antecipada que o sujeito A constrói do sujeito B no momento da interação, isso se deve ao fato de o sujeito estar falando/escrevendo em condições de produção dadas. Tal sujeito situa-se no interior da relação de forças que são antagônicas, pois os sentidos estão se jogando naquela circunstância dada e o sujeito que profere o seu dizer, atravessado por discurso, pode ter o seu dito/escrito interpretado de vários modos (PÊCHEUX, 2014 [1969]). O autor ainda assevera que “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do outro” (PÊCHEUX, 2014 [1969], p. 82).

As FI são constitutivas do processo discursivo, em que o sujeito, ilusoriamente, atribui um lugar a si e um lugar ao outro. Desse modo, quando o sujeito, na interação, dirige-se a outro, ele espera que o outro entenda e compreenda exatamente o que ele quis dizer. Porém, ele se esquece de que não é autor daquilo que diz e nem controla o sentido do seu dizer, devido ao fato de ele estar situado no interior da relação de forças antagônicas.

Com relação às Condições de Produção (doravante CP), Pêcheux (2014 [1969], p. 76) faz a seguinte assertiva: “[...] um discurso é pronunciado a partir de *condições de produção* dadas”. Ou seja, o discurso corresponde a um lugar no social, ele faz parte de um mecanismo em funcionamento, pois “derivam da estrutura de uma ideologia política, correspondendo, pois, a um certo *lugar* no interior de uma formação social dada” (PÊCHEUX, 2014 [1969], p. 76). Percebe-se, nesse início da AD, que o discurso apresenta a CP, a ideologia e está situado em dado espaço social.

Pêcheux (2014 [1969]), ao desenvolver a noção de processo de produção do discurso, integra também a noção de relações de sentidos, em que “o discurso remete a tal outro, frente ao qual é uma resposta direta ou indireta, ou do qual ele ‘orquestra’ os termos principais ou anula os argumentos” (PÊCHEUX, 2014 [1969], p. 76). Sendo assim, o discurso se constitui a partir de um outro discurso. No processo discursivo, o discurso se conjuga a partir de um discurso prévio. Pêcheux (2014 [1969], p. 76) também afirma que ele “sabe que quando evoca tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressucita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, com as ‘deformações’ que a situação presente introduz da qual pode tirar partido.” Em outras palavras, o autor apresenta a noção de acontecimento para tratar do processo discursivo.

O acontecimento, para Pêcheux (2015 [1983], p. 76), é o “[...] ponto de encontro de uma atualidade e uma memória”, ou seja, o acontecimento trabalha a história, o sujeito e a língua, pois se inscreve na ordem do discurso e, por assim sê-lo, poderá ser interpretado várias vezes e de diversos modos pelos sujeitos. Isso é possível, bem como Pêcheux (2014 [1975], p. 144) assevera:

O sentido de uma palavra, expressão, proposição não existe *em si mesmo* (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que palavras, expressões, proposições são produzidas (isto é, reproduzidas).

O sentido só se *faz*, ou melhor, se *constitui* a partir das posições ideológicas que são postas em jogo no processo sócio histórico no momento em que o discurso está sendo proferido pelo sujeito, sendo assim é na ordem da história e da posição ideológica de determinado sujeito no social que o sentido se faz. É na segunda fase da AD que Pêcheux evocará outras vozes do campo das Ciências Humanas, especificamente a Filosofia.

Na fase denominada AD-2, a Análise do Discurso parte da justaposição dos processos discursivos para a tematização de seu entrelaçamento desigual. Ou seja, nesse momento, a AD adota a perspectiva filosófica para tratar o seu objeto estruturante: as máquinas discursivas. A partir da noção de formação discursiva, proposta por Michel Foucault e tomada como empréstimo por Pêcheux, a noção de máquina estrutural fechada começa a ser ressignificada, pois a formação discursiva não é fechada em si mesma, mas é invadida por elementos de outras FD, os quais se repetem no interior dela (PÊCHEUX, 2014 [1969]). Com relação à noção de formação discursiva, Michel Foucault (2008, p. 43) afirma que:

se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva.

A FD é essa junção de determinados números de enunciados que podem ser entendidos como discurso; visto que, discurso, para Foucault (2008, p. 13), é “um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva”. Assim, a FD segue um princípio de regularidade e onde há regra ou regularidades, conseqüentemente, há determinadas limitações, portanto, para Pêcheux (2014 [1988], p. 147) uma FD consiste:

numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que*

pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.).

A FD determina o que pode e deve ser dito porque Pêcheux (2014 [1988]) considera a formação ideológica, noção extraída do materialismo histórico a partir dos pressupostos de Louis Althusser. Pêcheux também considera a posição do sujeito em determinado tempo e sua posição no interior da luta de classes, ou seja, tudo isso determina o que pode e deve ser dito.

Foucault (1999, p.37) afirma que “(...) ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfazer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo”. O discurso tem uma ordem social relacionada diretamente ao conceito de FD, uma vez que, para pertencer a determinada FD, o sujeito precisa se inscrever e ser identificado como pertencente a ela. Ainda para o autor (1999, p. 9) “sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”. Ou seja, o processo de inscrição do sujeito na ordem do discurso em uma determinada FD segue um princípio de regularidade.

Além dessa noção apresentada, há o interdiscurso externo à FD. Ele auxilia a compreender o porquê de o processo discursivo não ser fechado em si mesmo, pois a FD tem um exterior que irrompe, tornando a noção de fechamento paradoxal (PÊCHEUX, 2014 [1983]). Orlandi (2012, p.59), com relação ao interdiscurso, concebe que ele é:

O conjunto de dizeres já ditos e esquecidos que determinam o que dizemos, sustentando a possibilidade mesma do dizer. Para que nossas palavras tenham sentido é preciso que já tenham sentido. Esse efeito é produzido pela relação com o interdiscurso, a memória discursiva: algo fala antes, em outro lugar, independentemente. Tenho definido o interdiscurso como a memória que se estrutura pelo esquecimento.

O sentido somente pode fazer sentido se ele faz parte desses dizeres já ditos e esquecidos, ou seja, aquilo que está sendo dito pelo sujeito está na história, na memória, portanto, o sujeito é, em si, histórico e tudo o que ele diz nunca é originado nele, ao contrário, ele repete enunciados, discursos que estão no já dito, no interdiscurso e exterior à FD.

Retomando, o sujeito na AD-2 é interpelado ideologicamente, portanto, é assujeitado, identificando-se com a FD *x* e não *y*. Nesse sentido, a subjetividade na enunciação é concebida no sentido do assujeitamento, pois o sujeito é efeito dessa maquinaria da FD. Por isso, nessa fase, o “sujeito da enunciação” não pode ser posto no nível da AD-2, senão em termos da “ilusão do ‘ego-eu’” (PÊCHEUX, 2014 [1983], p. 310), devido à ação da ideologia no inconsciente do sujeito. Desse modo, o sujeito vivencia a ilusão subjetiva, termo que Pêcheux propõe a partir

dos pressupostos do filósofo Baruch Spinoza. Segundo Pêcheux (2010, p. 310), essa ilusão é “produzida pela ‘ignorância das causas que nos determinam’”.

Na fase da AD-3, Pêcheux deixa de lado a questão da máquina discursiva e apresenta a noção de heterogeneidade enunciativa e discurso-outro, noções concernentes à posição sujeito. É nessa fase que ele se apropria do sujeito da psicanálise (lacaniana/freudiana): inconsciente, clivado e descentrado. Esse sujeito é o da ilusão intersubjetiva (esquecimento nº1 e esquecimento nº2) e apresenta no seu dizer o dizer do outro, por isso a noção de heterogeneidade mostrada. Por fim, Pêcheux (2014 [1969]) encerra com mais questionamentos que respostas. Entretanto, Orlandi (2003, p. 11-12) ressalta que

o modelo da AAD proposto por M. Pêcheux é, em particular, a linguagem em geral e sobre o funcionamento da memória discursiva indicando perspectivas metodológicas importantes. A possibilidade de trabalhar com os grandes corpora – e os desenvolvimentos das novas tecnologias da linguagem – não deixou de interessar M. Pêcheux e enganam-se os que interpretam as três épocas da análise do discurso como se fossem cronológicas e indicassem uma “evolução” da análise de discurso (como ciência). A questão da automatização continua a ser posta na exploração das relações léxico-sintáticas, nos trabalhos de articulação da sintaxe com a semântica assim como em diferentes tentativas de formalização do modelo e da construção de programas de tratamento de dados.

Embora a narrativa sobre a história da AD tenha o efeito cronológico e a AAD (Análise Automática do Discurso) pareça ser ultrapassada, Orlandi (2003) alega ao contrário. Este trabalho, por exemplo, explora a relação da sintaxe com a semântica e outras materialidades significantes, bem como, a imagem. Assim, pode-se compreender o porquê de a AD se apresentar como uma proposta teórica de entremeio e não uma disciplina fechada em si mesmo, pois está em constante (re)formulação.

A AD teve seu desdobramento no Brasil com os estudos de Eni Orlandi. A autora (2012) entende que essa é uma disciplina de entremeio, que não acumula conhecimento exclusivamente em si, estando em constante discussão acerca dos seus pressupostos. Para a analista (ORLANDI, 2012, p. 23), a Análise do Discurso “se faz na contradição da relação entre outras”. Essas outras podem ser entendidas como a Ciência da Linguagem, que se desmembra na sociolinguística, no gerativismo e nas teorias da enunciação. Enfim, a AD se constituiu, em 1960, “no lugar produzido pela relação contraditória entre as três existentes” (ORLANDI, 2012, p. 24). Em outras palavras, a AD se forma entre essas disciplinas, nas contradições delas mesmas e, a partir dessa constituição, produz um lugar outro de conhecimento, ou seja, produz conhecimento a partir de sua especificidade.

A AD está inscrita no campo da reflexão da linguagem, questionando as noções importantes que a linguística excluiu, como o sujeito e a situação. Dessa forma, a AD redefine ambas as noções excludentes em função da constituição do seu objeto. As referidas noções não são pensadas na sua relação contraditória com a estrutura, o sistema, portanto, o modo como a situação é concebida no interior das Ciências Sociais é “incompatível com a concepção de linguagem em sua ordem própria” (ORLANDI, 2012, p. 26).

A AD é uma disciplina de entremeio que reconhece a estrutura da língua, mas não se prende a ela, pois, antes, considera o discurso na sua relação com a exterioridade, isto é, com sua exterioridade, com a história e com a ideologia que atravessa determinado discurso.

O arquivo na Análise de Discurso está relacionado à memória e ao interdiscurso. De acordo com Orlandi (2003, p. 15)

a memória, pensada discursivamente, refere ao saber discursivo, ao fato de que todo dizer se produz sobre um já-dito. Todo dizer é já gesto de interpretação, posição face à memória. Para significar, nossas palavras já fazem sentido, se produzem em uma memória significativa, para que possa ser interpretadas.

O dizer do sujeito só é possível porque é produzido no já dito, assim, esse dizer é interpretativo, pois está filiado a uma memória. Ao dizer, o sujeito evoca a memória constitutiva, isto é, o interdiscurso. Orlandi (2003, p.15) reitera que na memória constitutiva,

os sentidos se estabilizam e se movimentam. Uma coisa ou outra – a estabilização ou a transformação - vai depender da natureza do gesto de interpretação produzido, da posição do sujeito na relação com o interdiscurso (ORLANDI, 2003, p. 15).

Há sentidos estáveis e em movimento, esses são o que torna possível o gesto de interpretação do sujeito, porém, o sujeito falante ao dizer, ao significar, é atravessado por apagamentos, Orlandi, (2013, p. 15) salienta que:

[...] Para todo falante, no entanto, embora falemos com palavras que (já) fazem sentido, há duas formas de apagamento (esquecimento segundo M. Pêcheux, 1975): **a.** apaga-se o fato de que os sentidos não começam nele e **b.** apaga-se de que ao dizer ele interpreta, ele se posiciona, ele se faz (um lugar) uma posição em relação a uma memória de dizer.

O sentido ao dizer não seria possível se não houvesse a memória constitutiva que perpassa o sujeito, essa memória, o interdiscurso, é estruturada pelo esquecimento, assim, Orlandi, (2013, p. 15) afirma que:

[...] nesse funcionamento do interdiscurso o esquecimento é fundamental. Porque esquecemos é que os sentidos podem ser outros. O retorno do mesmo em condições e relações distintas com a memória, desloca, produz o que chamamos “efeitos metafóricos”, transferências, derivas, deslizamentos de sentidos

Entende-se que o interdiscurso possibilita a circulação de sentidos outros, no entanto, o arquivo, segundo Orlandi (2003), estabiliza sentidos, pois é memória institucionalizada. Nele, atesta-se o dizer, que é documentado.

A Análise de Discurso é a “poeira” dos arquivos porque ela não se prende ao já dado, ao institucionalizado, estabilizado, mas antes, ela busca na exterioridade, na história, compreender o como, isto é, o funcionamento. Por sua vez, o arquivo estabiliza os sentidos, pois a memória trabalha na ordem da instituição, assim, aquilo que é inscrito no arquivo pode ter o efeito de fechamento, ou seja, pode não abrir para outras possibilidades de significar (ORLANDI, 2003). Por outro lado, o interdiscurso tem o efeito de abertura, pode-se colocar, assim, que o modo de funcionamento entre arquivo e interdiscurso se difere. O Quadro 1 apresenta tais diferenças:

Quadro 1: INTERDISCURSO E ARQUIVO

Interdiscurso	Arquivo
"Há o que deve dizer mas também o que se pode dizer e mesmo a possibilidade de se dizer o irrealizado."	"repousa sobre o realizado, menos sobre o que pode e muito mais sobre o que deve ser dito."
Possibilidades outras de significar (abertura)	"Efeito de fechamento."
"Estrutura pelo esquecimento."	"é o que não se esquece (ou o que não deve esquecer)."
"fala uma voz sem nome".	"fala a voz comum, a de todos (embora dividida)."

Fonte: feito pela autora com base em ORLANDI (2003, p. 15)

O arquivo, de certo modo, é o espaço que contribui para o funcionamento da censura, isto é, impossibilita que o outro sustente o seu dizer, pois o arquivo está calcado no que deve ser dito, causando um efeito de autoridade, de legitimação e, conseqüentemente, de fechamento. Aquilo que está no arquivo não deve ser esquecido, ou seja, ele não abre espaço para o esquecimento daquilo que está contido nele. Não é preciso que ele institucionalize, pois um fala

por todos, ou seja, o sentido repousa naquilo que está ali, no realizado, e não naquilo que poderia vir a ser.

O interdiscurso está na ordem da dispersão do sujeito de discurso, sujeito do desejo, da incompletude, do inconsciente e da resistência. É pelo interdiscurso, memória constitutiva, que ele se estrutura pelo esquecimento, permitindo outra possibilidade de significar, por exemplo, que os sujeitos negros escravizados deveriam ter tido a possibilidade de (re) contar suas histórias, porém, bem como aponta Orlandi (2003, p.15)

Em uma sociedade como a nossa, com a nossa forma histórica, há tendência em sobrepor (igualar) o arquivo sobre o interdiscurso no funcionamento discursivo. É a partir do efeito dessa sobreposição que geralmente se distingue escrita (que fixa) e oralidade (que dispersa).

Analisando o modo de funcionamento discursivo do arquivo e do interdiscurso, nota-se que a escrita, como instrumento pelo qual se exerce relação de poder, principalmente por meio do arquivo, institucionaliza os sentidos, os quais se sobrepõem à memória constitutiva, isto é, ao interdiscurso, o qual também pode funcionar na ordem da oralidade e da dispersão.

A exemplo desse funcionamento, pode-se considerar a interpretação fixa sobre o dia 13 de maio 1.888, lei Áurea³ em que se tem o efeito de fechamento acerca do “bem” que não deve ser esquecido. Esse “bem” institucionalizado e fixado pela escrita no arquivo atribuiu à princesa Isabel o status de salvadora. Ela passa ser endeusada pelos dois artigos da lei 3.353 lavrada no dia 13 de maio 1.888: Art. 1º É declarada extinta, desde a data desta Lei, a escravidão no Brasil; Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

O arquivo institucionalizou a memória e automaticamente apagou a luta dos abolicionistas, como a abolição da escravidão no estado do Ceará em 1884, antiga província. Desse modo, percebe-se que a memória institucionalizada sobrepõe a memória constitutiva, sendo essa, do interdiscurso, na ordem da dispersão. Assim, tanto a escrita quanto a oralidade, nessa ocasião, têm funcionamentos diferentes, enquanto a escrita no arquivo fixa e institucionaliza, a memória colabora e reforça os perigos de uma história única, como bem propôs Chimamanda Ngozi Adichie.

³ BRASIL. LIM3353. LEI Nº 3.353, DE 13 DE MAIO DE 188. Declara Extinta a Escravidão no Brasil. Coleção das Leis do Império do Brasil, 1888.

O interdiscurso funciona na ordem da oralidade, na qual há dispersão e possibilidades outras de significar. Isso é perceptível quando se desloca do arquivo da lei áurea 13 de maio de 1.888 e caminha-se em direção ao excerto do livro literário e autobiográfico de Carolina Maria de Jesus, 13 de maio de 1958. Também considerado um arquivo, a memória não é institucionalizada, mas, constitutiva, visto que “o arquivo não se sobrepõe ao interdiscurso” (ORLANDI, 2003, p. 15).

Assim, o 13 de maio, na obra de Carolina Maria de Jesus, é um acontecimento discursivo, que evidencia-se outros sentidos, outras possibilidades de significar, pois traz à memória as consequências da exploração, da opressão e da violência do Brasil Colônia em detrimento ao 13 de maio de celebração à bondade “extrema” da coroa portuguesa. Desse modo, a memória funciona de modo x no arquivo e de modo y no interdiscurso. O quadro abaixo, baseado em Eni Orlandi (2003, p.15), demonstra-se a diferenciação do funcionamento da memória, tanto no arquivo quanto no interdiscurso:

Quadro 2: MEMÓRIA NO ARQUIVO E NO INTERDISCURSO

Interdiscurso	Arquivo
“A memória é historicidade, e a relação com a exterioridade alarga...”	“a memória tem a forma da instituição que congela, que organiza, que distribui sentidos”.
“... abre para outros sentidos, dispersa, põe em movimento”.	“O dizer nessa relação é datado. Reduz-se ao contexto, à situação de época, ao pragmático”.

Fonte: Feito pela autora.

Ao analisar o funcionamento da memória a partir do arquivo 13 de maio de 1.888, os sentidos são distribuídos e organizados como a instituição dita que almeja ser lembrada. Essa ocorrência, apaga, exclui e deixa de lado a história dos negros escravizados e das lutas dos abolicionistas.

Assim, 13 de maio, desde então, passa a ser ressignificado, pois o sujeito só pode dizer por meio de duas possibilidades — a polissemia e a paráfrase (ORLANDI, 2003). A polissemia é o conjunto de vozes que atravessam o dizer. Quando o sujeito diz, ele não diz sozinho, mas com outras vozes, e ele não é autor do que diz — esquecimento nº 1 (Pêcheux, 2014). A paráfrase é a possibilidade de dizer o mesmo, porém, de modo outro, ou seja, com palavras diferentes.

Orlandi (2003, p. 15) afirma que na repetição histórica constitui as possibilidades de dizer, para a autora:

não há dizer que não se faça a partir da repetição. No entanto, na repetição histórica, há deslocamento, deriva, transferência, efeito metafórico. E o efeito metafórico é retomada e esquecimento, deslize para outro lugar de sentido, novo gesto de interpretação.

O novo gesto de interpretação surge com o excerto 13 de maio de 1958, escrito por Carolina Maria de Jesus, por exemplo, pois há um efeito metafórico, isto é, o mecanismo responsável pela constituição dos efeitos de sentidos funciona de modo a contribuir com a significação, com o gesto de interpretação do sujeito.

O excerto de 13 de maio de 1958, escrito por Carolina Maria de Jesus, é ao mesmo tempo retomada ao dia 13 de maio de 1888, e, esquecimento, deslize, deslocamento e deriva de sentidos no que diz respeito a escravidão versus a liberdade. Em 1888, a escravidão era promovida pelos brancos que dominavam, exploravam e dizimavam a população negra, em 1958, a escravidão era a fome. A liberdade, em 1888, era o sujeito livre, em 1958, a liberdade era a dignidade humana concernente à alimentação, ao trabalho e à moradia.

O arquivo, em comparação à fala e à escrita funciona na ordem da escrita, que, por sua vez, segundo Orlandi (2003, p.16):

é um gesto simbólico que faz um efeito no real produzindo um artefato. [...] A produção desse artefato intervém no imaginário constitutivo da “autoria”. [...] quem escreve tem que ter autoria atestada (legitimada). Esta atestação produz um efeito pragmático de unidade, de precisão, de objetividade.

O arquivo é construído na e pela ordem da autoria. É válido ressaltar que o arquivo não se limita apenas aos textos escritos e datados, visto que há outras formas de datar e institucionalizar uma memória por meio do audiovisual (documentário, entrevistas, reportagens, podcasts, programação de rádio e etc.). Também é interessante refletir que o arquivo, para sê-lo, precisa da autoria atestada, legitimada, produzindo um efeito de fechamento, como a escrita de unidade, precisão e objetividade.

É perceptível, porém não é uma regra, que a oralidade está situada na ordem da dispersão, isto é, possibilidades outras de significar, pois “quem fala não precisa da legitimação da autoria” (ORLANDI, 2003, p. 16). Retomando o exemplo de 13 de maio de 1888 em comparação ao 13 de maio de 1958, ambos são arquivos, porém, o primeiro na ordem da memória institucionalizada, com efeito de fechamento, enquanto, o segundo, na ordem da dispersão.

Carolina Maria de Jesus, utilizando-se da escrita, permite que o 13 de maio seja lembrado com possibilidades outras de significar. Desse modo, o blog também pode ser pensado como esse espaço em que o arquivo não se sobrepõe ao interdiscurso, isto é, por meio dos textos escritos no blog, sentidos outros estão em circulação, e isso, pode-se afirmar que também é um modo de funcionamento da resistência. Assim sendo, tal noção será apresentada no capítulo seguinte.

3. RESISTÊNCIA: A FUGA DO ASSUJEITAMENTO PERFEITO

A palavra resistência, substantivo comum, derivada do verbo resistir, nas condições de produção desta pesquisa, tem sido muito utilizada, principalmente, no que diz respeito às questões políticas-sociais do Brasil em 2020 a 2022. Na sua significação social, essa palavra tem o efeito de sentido de subversão; de sujeito que resiste a. Assim, não há somente a existência de um “eu” ou um “nós”, mas há um “tu” e um “vós”, ou seja, há um jogo de forças e uma oposição/dominação do qual poderia se dizer que se trata de um possível não-assujeitamento.

Michel Pêcheux (2014 [1978]), no texto “*Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação*”⁴ tenta empreender reflexão a respeito da noção de resistência a fim de repensar e ajustar a noção de ideologia dominada. Em nota de rodapé o Pêcheux (2014 [1978], p. 270) justifica:

Este trabalho de retificação implica outros, sobre a noção de ideologia dominada, e também sobre o termo “desindetificação”, que achei bom propor em 1975. Estou mantendo aqui apenas a questão da disjunção entre *sujeito* e *ego* na problemática da interpelação ideológica, em relação a questão do sentido, portanto, com a questão da linguagem e especificamente da metáfora.

Desse modo, Pêcheux (2014, p. 271) se posiciona criticamente diante da conclusão do texto de 1978:

A forma-sujeito do discurso, na qual coexistem, indissociavelmente, interpelação, identificação e produção de sentido, realiza o *non-sens* da produção do sujeito como causa de si sob a forma de evidência primeira.

Antes de tudo, quando se trata da *resistência*, concomitantemente, trata-se da questão da ideologia, das *formações ideológicas* e do *assujeitamento*. Para tratar dessas noções, Pêcheux (2014) retoma da tese central de Althusser — na qual a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos —, a fim de “esclarecer os fundamentos de uma teoria materialista do discurso” (PÊCHEUX, 2014 [1978], p. 129).

Pêcheux (2014 [1978], p.135) explica essa tese central de Althusser, a partir de duas proposições: “1) Só há prática através de e sob *uma* ideologia; 2) Só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos”. No que diz respeito à primeira, o artigo indefinido remete à formação ideológica, pois “a instância ideológica existe sob forma de *formações*” (PÊCHEUX, 2014 [1978], p. 132),

⁴ Este texto compõe a parte “ANEXO” do livro *Semântico e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (2014). O referido texto foi escrito em 1978.

ou seja, uma ideologia. Com relação à segunda, Pêcheux (2014 [1978]) afirma que o termo ideologia “funciona em geral”, ou seja, ele faz alusão à tese central, na qual, o sujeito só pode sê-lo porque ele foi interpelado ideologicamente.

Entretanto, Pêcheux fará retificações a respeito da Tríplice Aliança (Linguagem, Sujeito e Ideologia): “gostaria de apresentar aqui para os leitores um esboço fragmentário dessa tentativa de ajustamento lançando mão de um ponto preciso, ao qual me restringirei” (PÊCHEUX, 2014 [1978], p. 271). Este ajustamento e/ou retificação diz respeito à noção de ideologia dominada e, também, sobre o termo de desidentificação.

Neste momento, Pêcheux (2014 [1978]) problematiza a questão da interpelação ideológica do sujeito, proposta por Althusser, que enuncia teoricamente algo que estava externo ao movimento operário e coloca em jogo a relação teórica do marxismo com determinados conceitos da psicanálise (sujeito, ego, inconsciente, consciente, imaginário e identificação). Além disso, Pêcheux (2014 [1978], p. 273) afirma que Althusser desvendou politicamente o movimento operário: “ele fez com que, do interior das práticas do movimento operário, se ouvisse (escutasse/entendesse) em que medida as evidências e as injunções da Ideologia dominante podem cegar e ensurdecer”.

Pêcheux (2014 [1978], p. 273) argumenta que a obra *Aparelhos Ideológico de Estado* era uma “espécie de intervenção puramente *teórica*, mais precisamente uma tese funcionalista, seja para reproduzi-la, seja para condená-la”. O assujeitamento proposto por Althusser causou polêmica entre vários teóricos daquela época, levando Michel Pêcheux para a seguinte proposição: “cheguei finalmente a um paradoxal sujeito da prática política do proletariado cuja simetria tendencial como sujeito da prática política burguesa não era questionada!” (PÊCHEUX, 2014 [1978], p. 275). Pêcheux havia focado apenas em uma exterioridade da teoria marxista-leninista, ou seja, visado mais a questão da burguesia em relação a do proletariado. Essa teoria estava fundada num “pedagogismo invertido”, ocasionando o efeito de sucessão, ou melhor a linearidade no raciocínio por Pêcheux (2014 [1978], p. 275) sendo:

- 1) mecanismo ideológico da interpelação-assujeitamento; 2) O apagamento (“esquecimento) de qualquer traço detectável desse mecanismo do sujeito pleno que nele se encontra produzido; 3) A rememoração teórica de tal mecanismo e de seu apagamento, em uma espécie de anamnésia de porte marxista-leninista da qual resultava a noção de “apropriação subjetiva” a título de efeito prático.

O autor visa justificar a falha teórica no interior da Análise do Discurso, apontando “levar demasiadamente a sério a ilusão de um ego-sujeito-pleno em que nada falha, eis precisamente

algo que falha em *Les Vérités de La Palice* (PÊCHEUX, 2014 [1978], p. 276). Enfim, quanto a ideia de *interpelação ideológica do sujeito*, Pêcheux (*idem*) afirma que:

só há causa daquilo que falha (L. Lacan). É nesse ponto preciso que ao platonismo falta radicalmente inconsciente, isto é, a causa que determina o sujeito exatamente onde o efeito de interpelação o captura; o que falta é essa causa que, na medida em que ela se “manifesta” incessantemente e sob mil formas (o lapso, o ato falho etc.) no seu próprio sujeito, pois os traços inconscientes do significante não são jamais “apagados” ou “esquecidos”, mas trabalham, sem se deslocar, na pulsação *sentido / non-sens* do sujeito dividido.

O inconsciente não é algo que está escondido, encoberto, mas, estrutura-se e manifesta-se também na linguagem. O sujeito é dividido, clivado, e, por sua vez, ao sonhar, vê-se como autor e testemunha desse sonho. Diante disso, na psicanálise freudiana, há distinção daquilo que o sujeito verdadeiramente fala, isto é, no momento do sonho, com aquilo que quando ele relata do sonho, quando está como locutor (HENRY, 1977). Por isso, o sujeito é dividido “como aquele que cometeu um lapso: não foi ele quem cometeu, ele disse uma palavra por outra etc.. Mas é preciso que haja o sonho, o lapso, o singular, o singular de uma conduta, a neurose ou a psicose para que isso apareça” (HENRY, 1977, p. 114 apud PÊCHEUX, 2014 [1978], p. 277).

Desse modo, o sujeito precisa ser considerado a partir da perspectiva tanto da ideologia quanto do inconsciente. O fato de Pêcheux (2014 [1978]) refletir e rever sobre a questão do *assujeitamento* não quer dizer que ele inviabiliza ou desconsidera a questão da ideologia, ao contrário, essa noção e a do inconsciente são conceitos caros à AD materialista.

Existem pontos interconectados entre a psicanálise e a linguagem, que, de acordo com Silveira (2004, p. 50), são:

[...] 1) a linguagem é o elemento da experiência psicanalítica; 2) a linguagem é o material constituinte do homem; 3) o inconsciente é a própria estrutura da linguagem, o texto desconhecido que determina a subjetividade para além da consciência, isto é, o inconsciente é o “discurso do outro”; 4) a psicanálise, ao estabelecer seu parentesco com o paradigma científico inaugurado pela lingüística estrutural, vê assegurado para si um lugar legítimo no rigor da ciência moderna.

Pêcheux menciona conceitos do campo da psicanálise, como lapso e ato falho, portanto, faz-se necessário defini-los de modo sucinto, para a melhor compreensão. Quanto ao ato falho, esse “[...] é um ato bem sucedido: o desejo inconsciente realiza-se nele, muitas vezes, de uma forma bastante clara” (LAPLANCHE, 1991, p. 44), já o lapso constitui e é constitutivo do processo do ato falho. Sobre o lapso e o ato falho, Pêcheux (2014 [1975], p. 278) pontua que:

O lapso e o ato falho (falhas do ritual, bloqueio da ordem ideológica) bem que poderiam ter alguma coisa de muito preciso a ver com esse ponto sempre-já

aí, essa origem não-detectável da resistência e da revolta: formas de aparição fugidas de alguma coisa “de uma outra ordem”, vitórias ínfimas que, no tempo de um relâmpago, colocam em xeque a ideologia dominante tirando partido de desequilíbrio.

É pelo ato falho e pelo lapso que o desejo inconsciente realiza-se. Neste ponto preciso, pode-se afirmar que a resistência reside. A ideologia dominante não surte um efeito de assujeitamento perfeito no sujeito, mas, antes, é colocada à prova, num período curto de tempo, nessa manifestação do desejo inconsciente. Ou seja, há contradição nas práticas sócio históricas de dominação (SOBRINHO, 2020). Pêcheux (2014 [1978], p. 279) cita, em nota de rodapé, o texto autobiográfico do intelectual militante Robert Linhart (1978), que trabalhou em determinada indústria no setor de montagem em série na qual a repetição fazia parte do ofício. Com essa citação, Pêcheux (2014 [1978], p. 278 apud R. Linhart, 1978, p. 14) ilustra o funcionamento da noção de resistência:

Esse ponto de *realização impossível do assujeitamento* “perfeito”, no interior do *processo de trabalho* imposto pelo modo de produção capitalista, surge nessas poucas linhas, tiradas da narrativa autobiográfica de um militante intelectual empregada durante um ano como OS² em um das indústrias Citroen; ele fala do trabalho em série: “E se a gente dissesse que nada tem muita importância, que basta se habituar a fazer os mesmos gestos de uma forma sempre idêntica, aspirando somente à perfeição plácida da máquina? Tentação da morte. Mas a vida se revolta e resiste. O organismo resiste. Algo no corpo e na cabeça, se fortalece contra a repetição e o nada. A vida: um gesto mais rápido, um braço que prende inoportunamente, um passo mais lento, um sopro de irregularidade, um falso movimento, a ‘reconstrução’, o ‘escoamento’, a tática do posto; tudo o que faz com que, nesse irrisório quadrado de resistência contra a eternidade vazia que é posto de trabalho, haja ainda acontecimentos, mesmo minúsculos, que haja ainda um tempo, mesmo monstruosamente estirado. Esse desajeito, esse deslocamento supérfluo, essa aceleração súbita, essa solda fracassada, essa mão que retorna a vida que liga. Tudo o que, em cada um dos homens da cadeia, urra silenciosamente: Eu não sou uma máquina.

Percebe-se que a resistência se dá a partir das práticas sociais e das suas contradições. Ela se manifesta neste ato falho, neste lapso do sujeito que o torna não uno, homogêneo, mas dividido, clivado, heterogêneo. O sujeito também o é a partir dos seus desejos, e, por sua vez, pensa por si mesmo, ressaltando que isso está atrelado à luta de classe, em que o sujeito materializa discursivamente a resistência. Pêcheux (2014 [1978], p. 281) propõe dois pontos incontornáveis sobre a resistência:

- não há dominação sem resistência: primeiro prático da luta de classes, que significa que é preciso “ousar e se revoltar”. - ninguém pode pensar no lugar de quem quer que seja: primado prático do inconsciente, que significa que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso “ousar pensar por si mesmo.

A resistência não está dissociada da dominação, pois é essa última que torna a resistência possível. O não assujeitamento “pleno” ou “perfeito” à ideologia dominante tem-se o ato de resistência, pois a contradição constitui e atravessa os sujeitos nas suas práticas sociais. O *pensar por si mesmo* está relacionado ao desejo inconsciente quando o sujeito afirma “eu não sou uma máquina”. A respeito do sujeito, Eni Orlandi (2013, p. 77) contribui com a seguinte reflexão:

O que aparece no sujeito como sua definição mais interna e essencial é justamente o que o submete: quanto mais centrado o sujeito, mais ideologicamente determinado, mais cegamente preso a sua ilusão de autonomia. Quanto mais certeza, menos possibilidades de falhas: não é no conteúdo que a ideologia afeta o sujeito, é na estrutura mesma que o sujeito (e sentido funciona).

Refletindo sobre a resistência propositada por Pêcheux junto à colocação de Eni Orlandi (2003), compreende-se que o sujeito que resiste é o sujeito que se afasta deste centro, ou seja, o sujeito descentrado, ele não se ajeita/assujeita às condições de determinado meio e, conseqüentemente, ele não se prende na sua ilusão de autonomia, mas, antes, há um desejo inconsciente que o leva a se revoltar contra aquela posição a qual ele ocupa. Desse modo, é por meio dos atos falhos que a resistência é instaurada, pois “a vida se revolta e resiste” (PÊCHEUX, 2014 [1978], p. 278).

A resistência só é possível diante da existência da dominação, visto que a revolta é constitutiva do processo de resistência. Ao se perguntar “E eu, não sou uma mulher?”, Sojourner Truth remete ao efeito de sentido do discurso de resistência. Sojourner é uma mulher negra e seu questionamento é semelhante à afirmação “Eu não sou uma máquina”, de Robert Linhart, exemplo utilizado por Pêcheux (2014 [1978]).

Tanto em “E eu, não sou uma mulher?” quanto em “Eu não sou uma máquina”, materialidades linguísticas manifestam o discurso da resistência, que pode ser compreendido como “formas de aparição fugidas de alguma coisa ‘de uma outra ordem’, vitórias ínfimas que, no tempo de um relâmpago, colocam em xeque a ideologia dominante tirando partido de desequilíbrio” (PÊCHEUX, 2014 [1978], p. 278).

O sujeito que resiste a determinada dominação (principalmente da ordem hegemônica) na prática social torna o sujeito segregado, que é definido, segundo Beck (2017, p. 182)

como o indivíduo interpelado em sujeito pela Ideologia, cujos direitos e cidadania não estão assegurados pelo Estado. Ou seja, ele é segregado dos direitos supostamente universais conferidos pelo Estado Moderno. Sujeito

segregado que, quando infringe a lei, pode ser simplesmente abatido, sem passar pelo rito de prisão, julgamento, absolvição/punição.

Na sociedade, há várias classes de sujeitos segregados, enquanto, nesta pesquisa, o sujeito segregado que revolta e resiste é a mulher negra. É sabido que os afrodescendentes tiveram suas humanidades desconsideradas e anuladas desde quando pisaram no continente americano. Dessa maneira, a palavra segregação evoca sentidos e acontecimentos que compõem a memória discursiva em torno dos afrodescendentes que foram escravizados, principalmente no que diz respeito às mulheres negras. Historicamente, elas foram silenciadas, apagadas, excluídas, desumanizadas e objetificadas, sendo ainda impostas ao trabalho doméstico, ao trabalho agrícola e à prática sexual sem consentimento.

O sujeito segregado vive sob a dominância do estado, porém, onde há dominação, há resistência. Ângela Davis (2016, p. 21) apresenta o relato de uma ex-escravizada:

Diferentemente de outras mulheres, uma jovem se recusou a deixar seu bebê no fim da fileira em que trabalhava e inventou uma espécie de mochila, feita de trapos de lençóis, na qual ela prendia a criança, muito pequena, nas costas; e ficava assim o dia todo, usando a enxada como os outros.

A resistência enquanto discurso e prática, nessa ocasião, acontece na medida em que a mulher negra e, infelizmente, escravizada, no desejo de viver a sua maternidade, naquele contexto de dominação e exploração, improvisa uma espécie de canguru, utilizando-se dos lençóis para ficarem perto de suas crianças. A resistência é isso, é esse ato falho, esse pensar por si mesmo e pôr em xeque o equilíbrio da ideologia dominante (PÊCHEUX, 2014 [1975]). Em outras palavras, este é o efeito da resistência, pois o posicionamento desta jovem mulher negra é uma quebra de rituais, pois ela “invalida” a proibição imposta pela dominação, segundo Pêcheux (1990 [1982], p.17) existem:

As resistências: não entender ou entender errado; não escutar” as ordens; não repetir litânicas ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras...

Posto isso, não apenas no Brasil, mas, no continente americano, o processo da escravização de pessoas negras por pessoas brancas legitimou a ideologia dominante capitalista, a qual postulou quem era “maior”, “melhor” e “mais relevante” e quem não era, daí se tem o preconceito racial, bem como Orlandi (2017, p, 97) afirma que:

tem a dominante da ideologia capitalista que divide negros e brancos, atribuindo valores sociais distintos que podem levar à segregação, em um imaginário em que o sujeito já está vinculado significado, se de que cor for.

Ao refletir sobre a mulher negra, a partir da citação anterior, entende-se que dentre a tríplice da interseccionalidade (classe, gênero e raça), a classe e a raça imperam dentre elas, no sentido de serem marcadores utilizados pela dominação que promovem violência nestes corpos. Uma vez que, os sujeitos que estão no topo da classe detém o poder (o capital) e são majoritariamente brancos, são os mesmos sujeitos que patrocinam, coadjuvam entre si e proporcionam condições de produções para que o racismo seja disseminado, bem como apontou Viola Davis⁵ (2015):

Na minha mente, vejo uma linha. E depois dessa linha, vejo campos verdes, flores adoráveis e lindas mulheres brancas com seus braços esticados na minha direção, depois dessa linha. Mas não consigo chegar lá. Não consigo passar dessa linha.’ Quem disse isso foi [a ex- escrava e abolicionista americana] Harriet Tubman, nos anos 1800. E deixem- me dizer algo a vocês: a única coisa que separa as mulheres negras de qualquer outra pessoa é a oportunidade. Você não pode ganhar um Emmy por papéis que simplesmente não existem. Então aqui vai um agradecimento a todos os roteiristas, as pessoas incríveis que são Ben Sherwood, Paul Lee, Peter Nowalk, Shonda Rhimes, pessoas que redefiniram o que significa ser bonita, ser sexy, ser protagonista, ser negra. [...]

As condições de produções viabilizam o aparecimento de alguns sujeitos e o apagamento de outros, segundo Orlandi (2017, p.97)

para mudar algo em relação ao preconceito que se produz, ou sejam é preciso que as práticas de significação não separem o homem do outro homem, mas, ao contrário, constitua-se em uma relação de solidariedade, de convivência, de uma diferença verticalizada, mas co- extensiva.

Percebe-se que as condições de produção das quais os sujeitos são participantes colaboram tanto para que haja a dominação quanto para que haja a resistência. Quando se trata do sujeito mulher negra (na perspectiva da interseccionalidade — raça, gênero e classe) tem-se o sujeito segregado que resiste. Para Beck (2017, p. 182) “o segregado é aquele que não tem lugar assegurado pelo Estado Democrático de Direito, somente incluso precariamente na economia globalizada”.

⁵ Viola Davis pronunciou este discurso no Emmys 2015. Disponível em: <<https://www.pordentrodafrica.com/cultura/viola-davis-a-unica-coisa-que-separa-a-mulher-de-qualquer-outra-pessoa-e-a-oportunidade>> Acesso 2022.

Retomando a história dos africanos escravizados e acrescentando a ela os indígenas, também no Brasil, esses, na contemporaneidade, ainda lutam para saírem deste lugar de segregação. Nessas condições de produção, o Brasil Colônia, na ordem do discurso da desumanização, desumaniza para segregar. A segregação tem como fator principal a raça e, posteriormente, ela atravessa tanto classe quanto gênero. Desse modo, a segregação, o silenciamento, a exclusão e o apagamento são formas, concomitantemente, distintas e semelhantes. Quando há evidência de uma dessas práticas, as quais podem ser alocadas no escopo da dominação, haverá resistência, ou seja, ousar revoltar-se e pensar por si mesmo desestabiliza a ideologia dominante.

A reação à dominação leva o sujeito a romper, e, a ruptura como prática, produz um acontecimento (ORLANDI, 2017). Para Orlandi (2017, p. 98 e 99), analisando o gesto de interpretação do jogador de futebol Daniel Alves, alvo de racismo em uma partida,

ao comer a banana, faz toda a diferença: não responde a uma agressão. Seu gesto faz passar do fato a um acontecimento: resistência ao racismo. Este gesto passou a ter uma dimensão simbólica que transgrediu o fato que desencadeou significando sem parar em uma rede de significações em que se inscreve e produz sentidos outros. Ao comer a banana, dá o sentido de banana à banana e por este sentido trivial separa, paradoxalmente, do trivial: faz retornar sobre o gesto do torcedor de futebol o que ele havia significado, ou sejam o racismo contra os negros. A banana significava por ele. Uma coisa por outra.

A resistência nesse caso funciona por meio da transgressão. Aquilo que está posto torna-se acontecimento quando, por meio da transgressão, o sujeito resiste e rompe com sentidos estabilizados, abrindo possibilidades para outros modos de significar. Assim, a possibilidade outra de significar, de circulação dos sentidos, está na ordem da resistência, do desejo do inconsciente, do ousar pensar por si mesmo. O ato de dizer apaga, silencia outros dizeres e evidencia sentidos outros. Desse modo, no próximo capítulo, serão apresentadas as noções de silêncio e silenciamento em diálogo como o feminismo negro para melhor acuidade das discussões previamente levantadas neste capítulo.

4.SILÊNCIO E SILENCIAMENTO: A MULHER NEGRA NO FEMINISMO

Há silêncio nas palavras. [...] Há um sentido no silêncio

Eni Orlandi

Ao introduzir seus estudos sobre o silêncio, Orlandi (2007, p. 12) faz uma afirmação muito emblemática e relevante ao afirmar que ele “foi relegado a uma posição secundária como excrescência, como o ‘resto’ da linguagem”. Ou seja, o silêncio, na perspectiva dos estudos de linguagens, por tempos, foi deixado de lado, entretanto, a autora o apresenta como condição de significar. Assim, o silêncio “liga o não-dizer à história e à ideologia” (ORLANDI, 2007, p. 12).

O silêncio, assim como o discurso, está na ordem da história, da ideologia. Orlandi (2007, p. 13) afirma que “o silêncio é assim “respiração” (o fôlego) da significação; um lugar de recuo para que se possa significar, para que o sentido se faça sentido”. Em outras palavras, o silêncio é o lugar onde também o sentido se constitui.

Para além dos conceitos fundamentais, esta pesquisa opera com outras noções consideradas relevantes, bem como memória, silêncio e silenciamento. Quanto à memória, Pêcheux (2015 [1983], p. 44) adverte que ela “não deve ser entendida no sentido psicologista da memória individual”. Desse modo, a concepção de memória, em Pêcheux, também está associada ao acontecimento discursivo, pois ela coloca o acontecimento dentro de uma regularidade existente. A memória pode ser entendida como estabilização do discurso, visto que o acontecimento causa uma mudança que acarreta uma série de enunciados, suscitando ou acionando um já dito, uma memória discursiva. Ou seja, a memória deve ser entendida como parte da ordem do discurso.

A noção de acontecimento discursivo para Pêcheux (2015 [1983], p. 6) é “[...] ponto de encontro de uma atualidade e uma memória”, por isso é estabelecida a relação entre acontecimento e memória. O acontecimento trabalha a história, o sujeito, a língua e a ideologia e esses se inscrevem no discurso. O acontecimento na história está sempre a interpretar, pois o acontecimento discursivo permite não apenas um gesto de interpretação, mas vários.

Orlandi (2015) entrelaça à memória o silêncio, pois, segundo a autora, “(...) a memória é feita de esquecimentos, de silêncios. De sentidos não ditos, de sentidos a não dizer, de silêncios e de silenciamentos” (ORLANDI, 2015, p. 53). Quando o sujeito busca acessar a memória do passado, ele traz à existência o já dito, de modo parafraseado do passado naquela

atualidade (acontecimento). Isto pode ser exemplificado com o enunciado *Blogueiras Negras*, em que a palavra “negras” junto à palavra “blogueiras” abre margem para novos sentidos, pois não são apenas blogueiras, são mulheres negras ocupando espaços que foram negados a elas. De acordo com Orlandi (2015, p. 56), “(...) falar é esquecer. Esquecer para que surjam novos sentidos, mas também esquecer apagando novos sentidos que já foram possíveis, mas foram estancados em um processo histórico – político silenciador. São sentidos que são evitados, des-significados”. Desse modo, é válido compreender que o ato de falar é também esquecer, é um apagar e um inovar, concomitantemente.

Quanto ao silêncio e ao silenciamento, Orlandi expande essas noções em seu livro *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos* (2007). A autora parte de uma reflexão sobre a relação sujeito e linguagem como forma de significação. Para tanto, ela afirma que:

O ato de falar é de separar, de distinguir e paradoxalmente, vislumbrar o silêncio e evitá-lo. Esse gesto disciplina o significar, pois já é um projeto de sedentarização do sentido. A linguagem estabiliza o movimento dos sentidos. No silêncio, ao contrário, sentido e sujeito se movem largamente (ORLANDI, 2007, p. 27).

O silêncio estabelece o espaço da linguagem, ele é comunicável, causa efeito de sentidos, assim como a linguagem (verbal) — “no início é o silêncio, a linguagem vem depois” (ORLANDI, 2007, p. 27). Entende-se então que a linguagem, em específico, o ato de falar, surge como forma de romper com o silêncio, este também é pensado como *retórica do oprimido*, isto é, a resposta do oprimido diante do opressor. Isso pode ser exemplificado com as lutas das mulheres negras dentro da esfera do feminismo e do próprio movimento negro; pois tanto o feminismo patrocinado pelas mulheres brancas quanto o movimento negro não refletiam e não abordavam a opressão interseccional (gênero, raça e classe) sofrida pelas mulheres negras, conforme apontam Collin & Bilge (2021, p. 22):

Nem o feminismo brasileiro, liderado por mulheres que eram, sobretudo ricas e brancas, nem o movimento negro, que estava ativamente engajado em reivindicar uma identidade negra coletiva que identificava o racismo como uma força social, poderiam por si sós abordar de maneira adequada as questões das afro-brasileiras. Mulheres negras que participavam do movimento negro tinham aliados combativos quando se tratava de ativismo negro antirracista, mas encontravam muito menos compreensão a respeito do fato de que os problemas enfrentados pela população negra possuíam formas específicas de gênero.

Percebe-se que o silêncio teve seu espaço na luta antirracista, mas, ao mesmo tempo, ele foi grito, levando à união de mulheres afro-brasileiras para a consolidação do movimento do feminismo negro. Dessa forma, o silêncio está no movimento dos sentidos, ele é anterior à

criação do movimento próprio dessas mulheres em coletivo. Assim, as mulheres negras tiveram e têm que “tomar” e “tirar” a palavra porque, historicamente falando, elas foram impedidas de sustentarem os seus dizeres.

A política do silêncio, noção utilizada para se referir ao silenciamento, diz respeito ao ““tomar” a palavra, ao “tirar” a palavra, mais ainda, ao obrigar a dizer, fazer, calar, silenciar etc”. (ORLANDI, 2007, p. 29). O silêncio pode ser considerado, na retórica, tanto do lado da dominação (opressão) quanto do oprimido (resistência). Nesta pesquisa, busca-se estudar o silêncio a partir da retórica do oprimido, com base no discurso de resistência das mulheres negras no *Blogueiras Negras*, por meio dos gêneros textuais informativos.

Orlandi (2007) assevera que é preciso compreender a linguagem para entender o silêncio para além de sua dimensão política. A autora propõe que o silêncio é fundante. Em outras palavras, o silêncio subsiste na linguagem, ele é “o real da significação” (ORLANDI, 2007, p. 29). A autora ressalta que apenas se pode pensar o silêncio quando se pensa o avesso da estrutura, ou seja, nos processos de significação, sendo este avesso o discurso. Desse modo, ela caminha para uma reflexão importante na qual alega que o silêncio não é falta, mas a linguagem que é o excesso.

Orlandi (2007, p.31) exemplifica a relação linguagem e silêncio com seis sentenças que demonstram nitidamente o excesso da linguagem: “Estar em silêncio; Romper o silêncio; Guardar o silêncio; Tomar a palavra; Ficar em silêncio; Apropriar-se da palavra”. Tais sentenças validam e retomam o pressuposto de que o silêncio é fundante, ou seja, ele está instituído como primeiro estado. Na AD, o silêncio é e também significa, bem como afirma Orlandi (2007, p. 31): “no silêncio, o sentido é”. Além disso, o silêncio é discurso, tal como afirma Pêcheux (1970) ao pensar no discurso como efeito de sentidos.

Segundo Orlandi (2007, p. 73), “ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em situação discursiva dada”. Essa política do silêncio tem duas formas de existência: o silêncio constitutivo e o silêncio local. O primeiro diz respeito ao efeito do discurso que está instalado contra o implícito, em que o sujeito vai dizer “b” para não dizer “c”, a fim de colocar de lado o sentido daquilo que foi dito. Com relação ao silêncio local, esse é concebido como a interdição e proibição do dizer, sendo exemplificado na censura. Segundo Orlandi (2007, p. 76), “a censura pode ser concebida como a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas”.

Isso implica a noção de identidade proposta por Pêcheux (2014, [1975]), que é o processo de identificação em que o sujeito se inscreve em dada FD na qual suas palavras são validadas. No entanto, em contraponto à FD, “a censura estabelece um jogo de força pelo qual ela configura, de forma localizada, o que, do dizível, *não* deve (não pode ser dito quando o sujeito fala)” (ORLANDI, 2007, p. 77). É compreensível que a censura, como objeto do silêncio local, retire do sujeito o direito de dizer, pois aquele dizer foi proibido.

O silêncio está no limite da formação discursiva e, como tal, determina os limites do dizer (ORLANDI, 2007). Segundo a autora, quando há denominação, isto é, atribuição de nome a algo ou alguém, inevitavelmente se apaga os outros sentidos possíveis, uma vez que o dizer e o silêncio são indissociáveis, pois as palavras, ao mesmo tempo em que dizem, também silenciam.

O silêncio está presente em várias instâncias, visto que o real do discurso é o silêncio. Ele perpassa pelo poder, ocasionando o silêncio da opressão e, assim como a linguagem, possui ambiguidades, considerando a sua opacidade. O silêncio se divide em fundante, pois torna a significação possível, e em política do silêncio, sendo essa subdividida em silêncio constitutivo e local. Assim sendo, Orlandi (2007, p.102) aventa que:

O silêncio não é a ausência de palavras. Impor o silêncio não é calar o interlocutor mas impedi-lo de sustentar outro discurso. Em condições dadas, fala-se para não dizer (ou não permitir que se digam) coisas que podem causar rupturas significativas na relação de sentidos. As palavras vêm carregadas de silêncio (s). (...) O silêncio (...) não é o não-dito que sustenta o dizer mas é aquilo que é apagado, colocado de lado, excluído.

O silêncio assume formas e também se constitui como ponto de sustentação do dizer, por isso é carregado de sentidos. O dizer, ao romper a barreira do silêncio, circunscreve- o no dito. O silêncio, nas suas formas, funciona historicamente e o funcionamento é parte constitutiva no processo da análise discursiva de qualquer materialidade significativa. Portanto, Orlandi (2003, p. 18) propõe que:

Uma análise discursiva precisa pensar seus fatos como funcionamentos constitutivamente históricos. Ou seja, não há como pensar funcionamentos da linguagem sem entendê-los como formas que se constituem historicamente. E a história efetua-se, materializa-se, atualiza-se em todo funcionamento. Por isso é preciso buscar compreender a memória discursiva- que é histórica – para entendermos a atualização da relação do sujeito com o social. Relação afetada pela memória da língua que toca estes sentidos, enfim tocada pelo interdiscurso. O interdiscurso é movido pelo jogo contraditório da prática significativa. É o lugar da memória discursiva. É irrepresentável, inacessível. O interdiscurso é efeito e constituídos da relação das materialidades da história e da língua, enfim ele é a memória da língua.

Desse modo, para tratar do tema “silêncio e silenciamento: mulher negra no feminismo” é preciso tecer reflexões aprofundadas a respeito do feminismo negro, pois há uma memória discursiva como pano de fundo que é estruturada pelo esquecimento, pelo silenciamento, ou seja, é uma memória censurada. Entende-se que a memória do feminismo negro esteve por muito tempo fora dos espaços acadêmicos (ainda luta para estar), ou seja, esteve mais na ordem do indizível do que na ordem do dizível.

Maria W. Stewart, estadunidense, intelectual negra, órfã aos cinco anos de idade, trabalhava como doméstica e lutou para se educar no século XIX. Ela foi uma das primeiras intelectuais “a proferir discursos sobre questões políticas e legar cópias de seus textos, e ainda renunciou uma miríade de questões que seriam retomadas pelas feministas negras que a sucederam” (COLLINS, 2019, p. 29). Além disso, Maria Stewart incentivou outras mulheres negras a criarem suas próprias definições de autoconfiança e independência; também as incentivou “a usar seu papel específico como mães para constituir mecanismos poderosos de ação política” (COLLINS, 2019, p. 30). Segundo Collins (2019), Maria Stewart empreendeu um papel significativo na história do feminismo negro nos Estados Unidos, ressaltando a importância das relações recíprocas entre as mulheres negras no sentido de comunidade própria de ativismo e autodeterminação. Stewart acreditava tanto na potencialidade das mulheres negras, no ativismo e na educação, que proferiu: “Voltem-se para o conhecimento e o aprimoramento, porque conhecimento é poder”⁶ Collins (2019, p. 30) explana que:

Apesar do valor intelectual de Maria Stewart, o pensamento dessa mulher extraordinária chegou a nós apenas em fragmentos dispersos que não somente revelam seu brilhantismo como também demonstram eloquentemente o destino de muitas intelectuais negras. Existem muitas outras Marias Stewart: afro-americanas cujas ideias e cujos talentos acabaram suprimidos pelas panelas e chaleiras de ferro que simbolizam sua subordinação. Muitas intelectuais afro-americanas trabalharam em condições de isolamento e obscuridade e, como Zora Neale Hurston, jazem em túmulos não identificados. Algumas tiveram mais sorte, pois acabaram conhecidas, sobretudo graças aos esforços de acadêmicas negras contemporâneas (COLLINS, 2019, p. 31).

Pela colocação de Collins (2019), percebe-se que as intelectuais feministas negras foram historicamente suprimidas, o que para Análise de Discurso é a política do silêncio. Assim, as mulheres intelectuais feministas negras foram atravessadas pela política do silêncio.

⁶ Marilyn Richardson (org). *Maria W. Stewart: America's First Black Woman Political Writer* (Bloomington, IN, Indiana University Press, 1987) (COLLINS, 2019, p. 30).

Ora o silêncio constitutivo, “cujas ideias e cujos talentos acabaram suprimidos pelas panelas e chaleiras de ferro que simbolizam sua subordinação” (COLLINS, 2019, p. 31), ou seja, o trabalho impedia os estudos. O fato das mulheres negras passarem a maior parte do tempo a trabalhar, isso impedia, de certo modo, elas estudarem, além disso, é válido ressaltar que não era apenas o trabalho, mas o racismo estruturado na sociedade, o qual era legitimado, tanto pelo político, quanto pelo jurídico. Assim, o silêncio constitutivo está na ordem do modo de onde o corpo deste sujeito, mulher negra, se posiciona; pois é este lugar que predetermina se a emancipação dela será possível ou não. A subordinação empreende essa troca originada pelo silêncio constitutivo em que o trabalho é mais exigido e mais importante para a sobrevivência do que a ideia e o intelecto.

Ora o silêncio local, que é aquele que impede o sujeito de sustentar o seu próprio dizer, que o silencia. Collins (2019, p. 31) afirma que “algumas tiveram mais sorte, pois acabaram conhecidas, sobretudo graças aos esforços de acadêmicas negras contemporâneas”, ou seja, a retomada das intelectuais negras contemporâneas, evidenciando (MOREIRA, 2007, 2009) para naturalizar, torna possível a circulação de outros sentidos. Sem elas, o trabalho dessas mulheres jamais poderiam ser (re)conhecidos. A possibilidade de elas dizerem é resultante da resistência dessas mulheres negras contemporâneas, elas ousaram pensar por si mesmas e resgataram essas memórias discursivas que estavam sob o silenciamento empregado pelas instituições, principalmente.

A supressão, como Collins (2019, p.32)) denomina, o que seria o silenciamento, como a AD propõe a partir de Eni Orlandi (2007), não é um mero acidente, mas, sim, uma estratégia de dominação:

Suprimir os conhecimentos produzidos por qualquer grupo oprimido facilita o exercício do poder por parte dos grupos dominantes, pois a aparente falta de dissenso sugere que os grupos subordinados colaboram voluntariamente para sua própria vitimização. A invisibilidade das mulheres negras e de nossas ideias – não apenas nos Estados Unidos, mas na África, no Caribe, na América do Sul, na Europa e em outros lugares onde vivem mulheres negras – tem sido decisiva para a manutenção de desigualdades sociais. Mulheres negras que se dedicam a reivindicar e construir conhecimentos sobre mulheres negras costumam chamar a atenção para a política de supressão que seus projetos enfrentam.

O silenciamento em torno das ideias, dos talentos das mulheres feministas negras, fomentam a desigualdade social. O movimento feminista negro situa justamente nessas condições de produção, de supressão de ideias das afros-americanas versus o ativismo intelectual do pensamento feminista negro. Lélia Gonzalez (2020, p. 40) afirma que:

No período que imediatamente se sucedeu à abolição, nos primeiros tempos de “cidadãos iguais perante a lei”, coube à mulher negra arcar com a posição de viga mestra de sua comunidade. Foi o sustento moral e a subsistência dos demais membros da família. Isso significou que seu trabalho físico foi decuplicado, uma vez que era obrigada a se dividir entre o trabalho duro na casa da patroa e as suas obrigações familiares. Antes de ir para o trabalho, havia de buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimento para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas das filhas mais velhas no cuidado dos mais novos. Acordar às três ou quatro horas da madrugada para “adiantar os serviços caseiros” e estar às sete ou oito horas na casa patroa até a noite, após ter servido o jantar e deixado tudo limpo.

Após o período de escravidão, a mulher negra foi silenciada não apenas no sentido intelectual, mas nas suas vivências. O silêncio constitutivo que atravessa essas mulheres se dá pela exploração, supressão e dominação por parte da classe dominante. A mulher negra trabalha fora de e em casa, resultando no esgotamento do tempo e silenciando o lado mulher, o lado mãe, além de aspectos afetivos e intelectuais.

As intelectuais feministas negras denunciam, isto é, rompem com o silêncio em torno das mulheres negras, principalmente no que diz respeito à raça e à classe. Gonzalez (2020, p. 42) aponta:

Quanto à mulher negra, sua falta de perspectivas quanto à possibilidade de novas alternativas faz com que ela se volte para a prestação de serviços domésticos, o que a coloca numa situação de sujeição, de dependência da família de classe branca. A empregada tem sofrido um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da “inferioridade”, da subordinação. No entanto, foi ela quem possibilitou e ainda possibilita a emancipação econômica e cultural da patroa dentro do sistema de dupla jornada, como já vimos.

Gonzalez (2020) apresenta um recorte cirúrgico ao tratar da mulher negra na sociedade pós-abolição, no século XX. Se por um lado a mulher branca teve a oportunidade de emancipação social, foi em decorrência do processo de silenciamento (ORLANDI, 2007) ou supressão (COLLINS, 2019) que a mulher negra foi e luta para não ser mais silenciada ou morta (como no caso do assassinato da vereadora brasileira Marielle Franco) ou excluída ou colocada de lado, tanto na ordem do jurídico quanto na ordem do político.

Assim, a vida da mulher negra situa na ordem da invisibilidade, da falta de oportunidades de ascensão social, pois ela sai de casa em destino a casa da mulher branca para lavar, passar, cozinhar, ser babá, por vezes, sendo assediada (se não estuprada) pelos patrões exploradores. No interior desse funcionamento, a mulher branca se sobressai, visto que ela tem tempo para lazer, estudar e “lutar” pela emancipação de outras mulheres não negras. As feministas não negras, ao discutirem sobre a temática mulher, não refletem por mulheres negras,

como nos apontamentos de: *De que mulher nós estamos falando?*, da feminista negra Sueli Carneiro (2011), e *E eu não sou uma mulher?*, de Sojourner Truth. Essas questões indagadas pelas mulheres negras possibilitam a circulação de sentidos outros, rompendo com o silêncio construído em torno delas. Lélia Gonzalez (2020, p. 43) empreende a seguinte reflexão:

É interessante observar, nos textos feministas que tratam da questão das relações de dominação homem/mulher da subordinação feminina, de suas tentativas de conscientização etc., como existe uma espécie de discurso comum com relação às mulheres das camadas pobres, do subproletariado, dos grupos oprimidos. Em termos de escritos brasileiros sobre o tema, percebe-se que a mulher negra, as famílias negras – que constituem a grande maioria dessas camadas – não são caracterizadas como tais. As categorias utilizadas são aquelas que neutralizam a questão da discriminação racial, do confinamento a que a comunidade negra está reduzida.

Orlandi (2007, p. 76) afirma que “a censura pode ser compreendida como a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas dadas”. A mulher negra, não só no feminismo, mas em outros movimentos de luta pela emancipação dos negros, foi interdita primeiro por ser negra e segundo por ser mulher.

A supressão, a invisibilidade e a neutralidade funcionam como silêncio local e silêncio constitutivo, cooperando para aquilo que Gonzalez (2020) denomina de racismo cultural, presente nos discursos proferidos pelas feministas não negras. Nesses discursos estavam “presentes os velhos mecanismos do ideal de branqueamento, do mito da democracia racial” (GONZALEZ, 2020, p. 43). Para a autora, o movimento feminista brasileiro, no século XX, era flagrante, pois era liderado por mulheres brancas. Nas palavras de Gonzalez (2020, p. 43):

O discurso é predominante de esquerda, enfatizando a importância da luta junto ao empresariado, de denúncias e reivindicações específicas. Todavia, é impressionante o silêncio com relação à discriminação racial. Aqui também se percebe a necessidade de tirar de cena a questão crucial: a libertação da mulher branca tem sido feita às custas da exploração da mulher negra.

Para Gonzalez (2020), as feministas não negras utilizavam o discurso político de esquerda, pelo qual elas propunham uma luta em parceria com o empresariado, entre outras reivindicações, entretanto, a situação das mulheres negras era ignorada. Esse silêncio sobre as demandas das mulheres negras no feminismo liderado por mulheres brancas gerava incômodo nas mulheres negras, que entenderam que a libertação da mulher branca tinha (e tem) sido feita às custas da exploração da mulher negra. Bia Ferreira, cantora brasileira, compôs a música

intitulada “De dentro do AP”⁷, na qual ela tece críticas que convergem com o que Lélia Gonzalez (2021) reflete sobre o feminismo liderado por mulheres brancas:

De dentro do apê/ Ar condicionado, macbook, você vai dizer / Que é de esquerda, feminista, defende as mulher/ Posta lá que é vadia, que pode chamar de puta / Sua fala nem condiz com a sua conduta /Vai pro rolê com o carro que ganhou do pai /Pra você vê, não sabe o que é trabalho/ E quer ir lá dizer / Que entende sobre a luta de classe/Eu só sugiro que cê se abaixe/ Porque meu é tiro certo e vai chegar direto na sua hipocrisia/ O papo é reto, eu vou te perguntar/ Cê me responde se cê aguentar, guria/ Quantas vezes você correu atrás de um ônibus / Pra não perder a entrevista? / Chegar lá e ouviu um / "Não insista, / A vaga já foi preenchida, viu / É que você não se encaixa no nosso perfil" / Quantas vezes você saiu do seu apartamento / E chegou no térreo com um prato de alimento / Pra tia que tava trampando no sinal / Pra sustentar os quatro filhos que já tá passando mal de fome?/ Quando foi que cê parou pra perguntar o nome / E pra falar sobre seu ativismo? /Quando foi que cê pisou numa favela pra falar sobre o seu / Fe-mi-nis- mo? / Sempre deixando pra amanhã / Deixando pra amanhã / Há miliano que cês tão queimando sutiã.

O feminismo liderado por mulheres brancas levanta pautas convenientes às suas realidades que, ao contrário da realidade das mulheres negras, são confortáveis e com privilégios sociais. Enquanto mulheres brancas reivindicam afirmando que não são frágeis ou que não há problema em serem vadias ou ainda na busca pela desconstrução da feminilidade, as mulheres negras, por outro lado, reivindicam o direito de serem tratadas como humanas. O discurso sobre a força da mulher negra (aquela que trabalha em dois empregos, chega em casa às 18h00, dorme às 22h00 e levanta às 04h00) silencia, apaga e exclui essas mulheres do lugar de fragilidade, o qual é ou deveria ser o lugar de todos os seres humanos, não apenas de alguns. Stephanie Ribeiro⁸, jovem mulher negra, em palestra para o “TED X São Paulo”, disse:

Então eu estou aqui para tentar dizer para vocês o que eu faço para lidar com as fraquezas que eu não posso ter, porque eu sou uma mulher negra. A sociedade diz que eu tenho que ser forte; a sociedade diz que eu não posso vir aqui e chorar; a sociedade diz que eu não posso ir lá nas minhas redes sociais e dizer o quanto é difícil viver sem um pai, por exemplo; a sociedade diz que tenho que aguentar tudo nas minhas costas; a sociedade diz que tenho que ser forte, forte, forte. Eu não aguento mais. Eu não quero mais ser forte. Eu quero poder ser fraca.

Às mulheres negras são negados o choro e a fragilidade feminina, esses são processos de silenciamento, supressão e dominação. O “ser forte” matou e continua matando muitas mulheres negras aos poucos. O falar e não ser ouvida, mas, antes, silenciada, por meio da

⁷ FERRERA, B. De Dentro do Ap - Ao Vivo no Estúdio Showlivre por Vento Festival..

⁸ RIBEIRO, S. Eu quero poder ser fraca | Stephanie Ribeiro | TEDxSaoPauloSalon. 1

esnobação, contribui para que o racismo se torne uma cultura e se estruture na sociedade. Gonzalez (2020, p. 43) afirma que:

O espanto e/ou a indignação manifestados por diferentes setores feministas quando é explicitada a superexploração da mulher negra muitas das vezes se expressam de maneira a considerar o nosso discurso, de mulheres negras, como uma forma de revanchismo ou de cobrança. Outro tipo de resposta que também denota os efeitos de racismo cultural, de um lado, e do revanchismo, de outro, é o que considera a nossa fala como “emocional”. O que não se percebe é que, no momento em que denunciemos as múltiplas formas de exploração do povo negro em geral e da mulher negra em particular, a emoção por razões óbvias, está muito mais em quem nos ouve.

Depreende-se que, em uma perspectiva discursiva, quando as mulheres negras expuseram a superexploração sofrida por elas, não houve o processo de identificação na formação discursiva (ORLANDI, 2007) do feminismo liderado por mulheres brancas, mas, antes, o “estranhamento”, a indiferença, a falta de empatia, o que são nada menos que o funcionamento da censura, isto é, segundo Orlandi (2007, p.76-7)

a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas dadas (...) a censura estabelece um jogo de relações de força pela qual ela configura, de forma localizada o que, do dizível, *não* deve (não pode) ser dito quando o sujeito fala.

Desse modo, quando as mulheres negras expõem questões sobre as suas vivências, elas não são ouvidas, não porque elas não dizem, mas porque os grupos hegemônicos se recusam a ouvi-las. Assim, “na medida em que o racismo, enquanto discurso, se situa entre os discursos de exclusão, o grupo por ele excluído é tratado como objeto e não como sujeito” (GONZALEZ, 2020, p. 43).

A censura destitui os sujeitos de suas humanidades, o que remonta a memória escravagista, na qual os exploradores davam ultimatos e apenas eles tinham o direito à palavra, ocasionando o efeito de fechamento dos sentidos. Gonzalez (2021, p. 43) afirma que o sujeito quando não fala por si, mas o outro fala por ele e, “consequentemente, é infantilizado, não tem direito a voz própria, é falado por ele”. O direito de tomar a palavra, isto é, de romper o silêncio é um ato político e, ao mesmo tempo, de resistência.

A palavra para as mulheres, principalmente, para as mulheres negras, por mais de trezentos anos de escravidão, nunca foi uma possibilidade, a exemplo da censura sofrida pela mulher negra escravizada Anastácia, em que há lacunas sobre a vida e a comprovação real da sua existência.

Tais discussões perduram porque a reconstrução da memória bibliográfica de qualquer ancestral negro e negra no período Brasil Colônia culmina em pedaços de palavras, sentenças quebradas, textos em documentos queimados, perdidos. Além disso, há uma dificuldade financeira para uma investigação arqueológica, filológica, historiográfica e etnolinguística discursiva desse passado, visto que, para os privilegiados sucessores dos opressores é glorioso e romântico, mas para os descendentes dos oprimidos são opacos e cheios de questões das quais a maioria ainda não se tem respostas.

De certo modo, isso coopera para aquilo que Collins (2019) denomina de supressão do pensamento feminista negro, por isso, é válido ressaltar e considerar as condições de produção, porém, como bem coloca Mariani (2020), os aparelhos de repressão são instaurados pelo jurídico no qual se legitima o discurso político. Ou seja, é preciso reprimir para dominar.

A escravidão foi uma ação política (oligárquica, monárquica e ainda existe em regimes democráticos) legitimada pelas leis e o racismo enquanto discurso é da ordem tanto do discurso político quanto do discurso jurídico. A resistência (PÊCHEUX, 2014) negra em reação à dominação faz com que aqueles que detém o poder recorram aos aparelhos de repressão, os quais, ao subirem favelas e comunidades, assassinam jovens negros, crianças negras (como Ágatha Félix), membros de famílias negras (como o caso de Evaldo Rosa, que teve o seu automóvel alvejado por oitenta tiros feitos por militares do exército), ou seja, filhos de mães negras.

A maternidade da mulher negra não é romântica e suave como a de uma mulher não negra desde quando suas ancestrais vieram do continente africano, de onde foram “arrancadas do convívio de seus filhos, de suas famílias e de seus povos, transformadas em mercadorias e vendidas por bons preços para trabalharem até o fim de seus dias numa terra absolutamente desconhecida” (GONZALEZ, 2020, p. 201). O afeto das mulheres negras pelos seus filhos foi trocado pelo afeto dedicado aos filhos da patroa (exploradora). As mulheres negras foram obrigadas a negar os seus e acolher os filhos do explorador, isso quando elas

não morriam nos malfadados navios negreiros, ao chegarem aqui, eram dirigidas para dois tipos de atividades: a escrava eito trabalhava nas plantações, e a mucama, na casa-grande. Tanto uma como outra nada mais foram do que as avós da trabalhadora rural e da doméstica de hoje. Enquanto a escrava de eito foi utilizada para, com o seu trabalho, enriquecer os senhores escravistas e fortalecer o tipo de sistema econômico imposto pelos portugueses, a mucama foi utilizada para garantir o lazer e o bem-estar de seus senhores: de sua senhora, na medida em que lhe cabia todo o trabalho doméstico, além de cuidar das crianças brancas desde o seu nascimento (foi

por aí, enquanto ama de leite e babá, que ela se transformou na famosa mãe preta); de seu senhor, na medida em que era utilizada como objeto de sua violência sexual (GONZALEZ, 2020, p. 202).

Essas opressões construíram sentidos cristalizados em torno da mulher negra que perduram até nos dias de hoje. A mulher negra na perspectiva da escravidão era vista a partir do corpo que trabalhava na lavoura ou a serviço da exploradora, como babá ou mucama, ou ainda, como escrava sexual do explorador. Esses papéis empreendidos por elas silenciaram sua intelectualidade. Além disso, contribuíram para institucionalizar a memória discursiva racista (e romantizada) a respeito da miscigenação e da democracia racial. Gonzalez (2020, p. 202) afirma que “o grande contingente de brasileiros mestiços resultou de estupro, de violentação, de manipulação sexual da escrava”. A partir dessas condições de produções, discursos com sentidos falsos e mentirosos em torno das mulheres negras foram criados, como a autora ressalta sobre o mito da mulata que é “fácil” e “boa de cama”.

Essas memórias apresentam a mulher negra em posição de desumanidade, ela é enxergada a partir do corpo, desde para a exploração do trabalho braçal à exploração sexual. Nesse contexto, surge a memória estruturada pelo esquecimento da hiperssexualização da mulher negra que é reforçada pela mídia, em que a valorização da mulher negra, por exemplo, na dança, mais especificamente no carnaval, dá-se pela exposição do corpo⁹. Gonzalez (2020, p. 80) afirma que:

O mito que se trata de reencenar aqui é o da democracia racial. E é justamente no momento do *rito* carnavalesco que o *mito* é atualizado com toda sua força simbólica. E é nesse instante que a mulher negra se transforma única e exclusivamente rainha, na “mulata deusa do meu samba” [...] Ali ela perde seu anonimato e se transfigura na Cinderela do asfalto, adorada, desejada, devorada pelo olhar dos príncipes altos e loiros, vindos de terras distantes para vê-las. Estes, por sua vez, tentam fixar sua imagem, estranhamente sedutora, em todos os seus detalhes anatômicos; e os flashes se sucedem [...].

O momento de visibilidade da mulher negra por muito tempo se deu nessas circunstâncias, ainda hoje, luta-se contra essa imagem cristalizada. Nesse sentido, Gonzalez (2020) afirma que as mulheres negras se doavam, isto é, davam o máximo de si, pois, no dia

⁹ Ressalta-se que, ao fazer esta colocação não está se criticando a mulher negra por dançar, se divertir, mas, a crítica se faz *ao efeito de sentido* atribuído a ela pelos exploradores a partir do seu corpo e não da sua intelectualidade, humanidade. Essa é uma prática de silenciamento constitutivo e local, pois exalta-se o corpo no sentido sexual e isso, de certo modo, “camufla” o racismo e, por outro lado, censura a mulher negra, impedindo-a de sustentar o seu próprio dizer, retirando as oportunidades de elas estudarem, de se emanciparem na sociedade. Ao contrário, foi através da exploração do corpo da mulher negra após a “abolição” que possibilitou a emancipação da mulher branca, retomando Gonzalez (2020, p. 43) “a libertação da mulher branca tem sido feita às custas da exploração da mulher negra”.

seguinte, elas estariam nas capas de revistas do mundo inteiro. Assim, os sonhos das outras meninas negras que desfilavam em pequenos blocos eram desfilarem na passarela da Marquês da Sapucaí. Gonzalez (2020, p. 80) reflete que:

Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra, pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. E por aí a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos “mulata” e “doméstica” são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas.

Quando, quem e onde? Se a mulher negra pertence à classe média alta e mora em um lugar privilegiado, mesmo assim, ela não será vista como madame. Essa construção discursiva é efeito de sentido da memória escravista em que a mulher negra executava o papel de mucama ou doméstica. A memória discursiva em torno da mulher negra não é da ordem interdiscursiva, mas do arquivo, pois há apenas o sentido único, ocasionando o efeito de fechamento (ORLANDI, 2003) e a impossibilidade da circulação de sentidos outros.

Não adianta serem “educadas” ou estarem “bem vestidas” (afinal, “boa aparência”, como vemos nos anúncios de emprego, é uma categoria “branca”, unicamente atribuível à “brancas” ou “clarinhas”). [...] afinal, se é preta só pode ser doméstica, logo, entrada de serviço é algo meio maroto, ambíguo, pois sem querer remete a gente para outras entradas (não é, seu síndico?). É por aí que a gente saca que não dá para fingir que a outra função da mucama tenha sido esquecida (GONZALEZ, 2020, p. 82).

A memória discursiva construída em torno da mulher negra está na ordem do arquivo, isto é, ela é efeito de fechamento, ela é lembrada ao ser vista apenas a partir de um sentido único. Assim, o arquivo, quando não permite a circulação de sentidos outros, coopera de modo significativo para que a censura se instale, pois, é no e pelo arquivo que um sujeito fala em nome de todos, causando o efeito de fechamento. Desse modo, quando se trata da história do negro no Brasil, é a voz do branco que narra, conta e controla a história. Na maioria das vezes, é ele quem se sobressai por ser o autor das relações de poder e dos privilégios sociais. A voz do branco fala por todos (indígenas e negros) e, por sua vez, cristalizou e perpetuou sentidos e memórias “únicas” em torno da mulher negra.

Onde o fato de ser negro, portanto diferente do branco, significa ser inferior ao branco. Onde o fato de ser índio, portanto diferente do branco, significa ser inferior ao branco. Onde ser mulher, portanto diferente do branco, significa ser inferior ao branco. Uma sociedade profundamente injusta, porque hierárquica.

Assim, o silenciamento funciona na ordem da interdição, nas condições de produção do negro, em específico, da mulher negra na sociedade. A ordem do discurso funciona na seguinte premissa: é preciso inferiorizar para interditar, silenciar, isto é, excluir e colocar de lado. O silenciamento não perpassa apenas as relações sociais da mulher negra, mas, também, as interpessoais, envolvendo a vida afetiva dessa mulher. O amor, no período da escravidão, era um sentimento que ela apenas poderia senti-lo de modo pequeno. Collins (2017, p. 255), citando Toni Morrison sobre a liberdade, afirma que liberdade era “chegar a um lugar onde você podia amar qualquer coisa que quisesse – sem precisar de permissão para desejar”. A libertação da escravidão “significava não apenas a ausência de mestres autoritários e de trabalho interminável, mas recuperar a capacidade de amar qualquer coisa que quisessem” (COLLINS, 2017, p. 255).

A solidão da mulher negra é uma forma de silenciamento, pois elas desejam se relacionar afetiva e sexualmente com homens negros, no entanto, por vezes, elas são rejeitadas. Em muitos casos, os homens negros são os responsáveis por causar sentimento de inferioridade nas mulheres negras. Portanto, há pesos e medidas diferentes em relação à quando uma mulher negra é rejeitada por um homem branco e quando ela é rejeita por um homem negro. Assim, “quando elas têm de lidar com a solidão por não encontrar um parceiro negro, ‘sabedoria, experiência e certa paixão’ se tornam armas importantes (COLLINS, 2017, p. 273).

Desse modo, a solidão da mulher negra consiste no “sentimento de estar na parte inferior da escala de desejabilidade” (COLLINS, 2017, p. 273), e, de certo modo, isso provoca efeitos diversos. Algumas mulheres mantêm o desejo de encontrar um homem negro e se casar com ele algum dia; outras dedicam suas energias e seus afetos na maternidade. Nessa perspectiva, as mulheres negras se silenciam de modo constitutivo, em que x ama de um lado o filho(a) e y anula a sua vida sexual afetiva. Quando o filho é homem, ela tende a idealizar nele a figura do “homem dela”, passando por um período de desconstrução, entretanto, essa ainda é uma das reações da mulher negra à solidão. Outra reação está relacionada à dedicação as suas carreiras, nas quais elas passam a ser figuras respeitadas, senhoras de classe média e, na maioria das vezes, sem filhos, pois:

apesar das conquistas muitas das vezes notáveis dessas mulheres negras, a dor – mascarada pelo sucesso – que muitas vivenciam no caminho da respeitabilidade de classe média não é menos real. [...] Muitas alunas passam os quatro anos da vida universitária sem um único relacionamento amoroso, observa Wade – Gayles. [...] Em suma, os homens negros dão preferência a mulheres não negras, isso dói. (COLLINS, 2017, p. 274)

Os relacionamentos heterossexuais das mulheres negras com homens brancos são conflituosos, pois adentram num conflito social. Elas, reconhecendo que essas políticas sexuais foram criadas pelos homens brancos, optam, diante da rejeição do homem negro, por ficarem sozinhas, então não destinam afeto aos homens brancos. Além disso, há certa parte da sociedade civil negra que as colocam na posição de traidoras quando elas se relacionam com homens não negros. Isso é um dos legados da escravidão que recai em forma de pressão sobre essa mulher, visto que:

as relações entre mulheres negras e homens brancos são limitadas pelo legado de abuso sexual das primeiras pelos últimos e pelas tensões não resolvidas que isso cria. Tradicionalmente, liberdade significou para as mulheres negras libertar-se *dos* homens brancos, não liberdade de escolher homens brancos como amantes e amigos. (COLLINS, 2017, p. 275)

A interdição enquanto ordem e funcionamento do silenciamento encurralou a mulher negra nas suas relações afetivas e sexuais, uma vez que, se elas fossem amigas, amantes de homens brancos, seriam reprimidas e repreendidas pela comunidade negra, acusadas de traição à raça, isso quando não eram acusadas de prostituição e de procurarem os homens brancos a fim de adquirir ganhos financeiros e sociais (COLLINS, 2017).

Discursivamente, as mulheres negras, como sujeito diante de FD's tanto da branquitude quanto da negritude, dependendo das suas escolhas afetivas sexuais, eram censuradas, isto é, impedidas de se inscreverem, ou seja, não havia identificação. O relacionamento inter-racial remonta e aprofunda na ferida coletiva, sendo espelho das vivências de exploração entre os exploradores e as mulheres negras escravizadas. Mesmo que as mulheres escravizadas “aceitassem” se relacionar sexualmente com os exploradores, “qualquer encontro sexual em que uma das partes tenha tanto controle sobre a outra jamais poderá ser totalmente consensual, mesmo que a escrava parecesse concordar” (COLLINS, 2017, p. 275).

A memória desse acontecimento histórico ainda tem efeitos de sentidos os quais para terem efeitos de sentidos outros seria preciso uma mudança no modo como as pessoas brancas, privilegiadas na sociedade, tratam os negros(as) em toda sua faixa etária. Os sentidos mudam de rotas (ORLANDI, 2012), no entanto, nesta perspectiva, para os sentidos em torno da relação inter-racial mudarem de rotas, isto é, serem significados de modos distintos, seria preciso uma mudança na ação de modo geral com relação aqueles que foram oprimidos e isso, de certo modo, implicaria abrir mão dos privilégios sociais.

O pensamento feminista negro “não é um ‘saber ingênuo’, mas foi feito para parecer ingênuo por aqueles que controlam os procedimentos de validação do saber” (COLLINS, 2017, p. 42). Desse modo, a própria existência do pensamento feminista é um ato de resistência, pois ele é considerado ingênuo. Atribuir essa adjetivação é um modo de funcionamento do silenciamento. No entanto, “a identidade do pensamento feminista negro como teoria social ‘crítica’ reside em seu compromisso com a justiça, tanto para as estadunidenses negras como coletividade quanto para outros grupos oprimidos” (COLLINS, 2017, p. 43).

Lélia Gonzalez (2020, p. 141) reconhece que o feminismo promoveu grandes contribuições para as mulheres na sociedade, no entanto, “ao ler os textos e práticas feministas são referências formais que denotam um tipo de esquecimento da questão racial”. De acordo com as observações empreendidas pela autora a respeito do porquê deste esquecimento, ele está no racismo por omissão. Discursivamente, o racismo ganha formas de expressões e funcionamentos diferentes, ora ele está na ordem do dito (audível), ora ele está na ordem da política do silenciamento (ORLANDI, 2007). No caso do feminismo, ele esteve na ordem do silêncio, em que a mulher negra é apagada, excluída e colocada de lado.

É interessante reforçar que, de um lado, o pensamento feminista negro foi concebido como um “saber ingênuo” (COLLINS, 2017), por outro lado, Gonzalez (2020), tratando da mulher negra no feminismo, retoma duas categorias da psicanálise de Jacques Lacan, sendo o infans e o sujeito suposto saber. O primeiro diz respeito aquele que não é sujeito do seu próprio discurso, pois alguém sempre fala por ele; tal conceito é baseado “na análise da formação psíquica da criança, que quando falada por adultos na terceira pessoa, é, conseqüentemente, excluída, ignorada, ausente, apesar de sua presença” (GONZALEZ, 2020, p. 140). O segundo, o sujeito suposto saber, refere-se a:

identificações imaginárias com determinadas figuras, às quais é atribuído um conhecimento que elas não possuem (mãe, pai, psicanalista, professor e etc) [...] a categoria de sujeito suposto saber enriquece ainda mais a compreensão dos mecanismos psíquicos inconscientes que são explicados na superioridade que o colonizado atribui ao colonizador. (GONZALEZ, 2020, p. 140)

Ou seja, o branco se torna o ideal do eu para o negro, por isso, inconscientemente, crianças negras odeiam sua cor, seu nariz, seu cabelo. Devido à supervalorização da sociedade no que diz respeito às pessoas brancas, cria-se o imaginário de idealização daquilo que “eu

deveria ser” ou “como eu deveria ser”. Assim, o cabelo¹⁰ é alisado para parecer com o cabelo do branco, a rinoplastia é feita para ‘afinar’ o nariz, além disso, busca-se manter a maioria das amizades com pessoas brancas. Em alguns casos, no que diz respeito à afetividade entre as pessoas negras, “há um medo de amar profundamente elementos de si mesmo encontrados no outro” (COLLINS, 2017, p. 258). Na atualidade, lentamente, isso está sendo desconstruído na sociedade. As discussões têm sido empreendidas por coletivos de mulheres negras que reúnem entre si e debatem várias questões. Muitas delas têm utilizado as redes sociais para darem visibilidade às questões de beleza, afeto e afins.

É importante ressaltar que as mulheres negras têm e tiveram uma participação significativa no que diz respeito à formação social. Elas contribuíram para a construção de saberes de resistência. Não apenas as mulheres negras estadunidenses, como afirma Collins (2017), mas também as mulheres brasileiras, as quais contribuíram linguisticamente para o ritmo da língua portuguesa falada no Brasil. Sobre isso, Lélia Gonzalez (2020, p. 250) empreende a seguinte reflexão:

Não se atentou, por exemplo, que o português que falamos aqui, nós todos, negros e brancos, é um português profundamente africanizado, português esse que foi transformado nos seus falares graças à presença da mulher negra nesta sociedade, que com sacrifício de seus filhos, que muitas vezes jogada na prostituição e muitas vezes exploradas pelo seu senhor e pelo seu patrão nos dias de hoje, trouxe a sua contribuição. Anonimamente transformou o português camoniano, cuja pronúncia não sabemos exatamente. Nesse português que falamos aqui e agora, nessa linguagem mais rítmica, muito mais rica de som, essa mulher anônima fez isso. No entanto, tudo isso está apenas no discurso, quando está, daqueles que são responsáveis pela sociedade brasileira.

A mulher negra contribuiu de modo significativo com o aspecto linguístico, principalmente, porque ela cuidava da educação dos filhos dos exploradores. Entretanto, quando se retoma a discussão sobre a maternidade da mulher negra, o movimento feminista dito de “todas as mulheres” não discutia a respeito da maternidade negra (COLLINS, 2017). Percebe-se, assim, o silenciamento e a exclusão das mulheres negras nessa perspectiva, assim como em outras.

Felizmente, existe a resistência. Para isso, é preciso insistência, ousar pensar por si mesmo, buscar que o excluído assuma sua fala e se posicione como sujeito. Vimos que o

¹⁰ Ressaltando que há pessoas negras que alisam seus cabelos conscientes de todo esse processo, o que não é um agravante. Entretanto, há pessoas que fazem isso inconscientemente porque elas têm ódio de si mesmas, pois foi o que elas aprenderam desde criança. A criança negra, ao longo dos anos, após a abolição e antes dela, um dos primeiros sentimentos que elas sentiram não foi o amor por si mesmas, mas o ódio. Essa falta de amor próprio para as pessoas negras se dá devido à falta de representatividade na sociedade e nas mídias.

silêncio significa, ou melhor, há sentidos no silêncio. Orlandi (2007, p. 86) afirma que o silêncio imposto pela censura “é a marca da presença do silêncio fundador em sua fala e que faz com que os ‘outros’ sentidos apareçam”. Enfim, não falar sobre as mulheres negras não apaga o efeito de sentido da existência delas, mas, esse silêncio, como prática de supressão, dominação e exploração, suscita sentidos outros.

Orlandi (2007, p. 29), ao tratar do silenciamento, entende que ele pode ser “considerado tanto parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência)”. Quanto ao corpus desta pesquisa, o blog *Blogueiras Negras* é um espaço em que as mulheres negras respondem ao silenciamento imposto pela retórica da dominação e da opressão, resistindo e, por meio da escrita, contando suas próprias histórias, propagando seus próprios saberes de experiência. Larrosa (2002, p. 21) afirma que “a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca”.

No entanto, quem se interessou em saber das experiências das mulheres negras senão elas mesmas? O *Blogueiras Negras* é este lugar de voz, de fala, de escrita, de resistência. É um espaço que tem um modo de funcionar para fazer circular sentidos e outras possibilidades de significação do digital para o social e do social para o digital, como será apresentado no próximo capítulo.

5.MATERIALIDADE NO DIGITAL: DISCUSSÃO SOBRE O GESTO DE LEITURA E INTERPRETAÇÃO NO BLOGUEIRA NEGRAS

“O digital é a forma por excelência do discurso urbano”

(Eni Orlandi, 2017, p. 244).

O blog produz uma ordem de discurso e isso empreende efeito de sentido no processo de significação. O *Blogueiras Negras* é um espaço de sociabilização, de compartilhamento e também de acolhimento para as mulheres negras. Nesse contexto, a internet proporciona essa aproximação e a circulação de discursos por meio de palavras, sentenças, textos e imagens.

O blog constitui o ambiente digital, desse modo, é preciso considerar que os sentidos nesse ambiente não estão na ordem do estático, mas, antes, do movimento. O ambiente digital é composto e movimentado por sujeitos, sendo um lugar de propagação de ideologias por meio de discursos.

Todo discurso é propagado a partir de dada condição de produção em determinado tempo e espaço. Na materialidade digital, os discursos são propagados a partir de condições próprias da internet, nesse caso, Gallo (2011, online) assevera que a “discursividade nasce nessas condições que são da rede internet, e podem constituir acontecimento discursivo, na medida em que mobilizam memórias discursivas outras, não institucionais”.

As condições de produção discursiva no *Blogueiras Negras* não são constitutivas de acontecimentos enunciativos, isto é, são discursos sustentados por memórias institucionais advindas de escolas, empresas, bancos, igrejas; nessa perspectiva, os enunciados se tornam temporalidades de modo específico na internet, ou seja, o sujeito ao interpretá-lo volta naquela mesma memória construída pelas instituições (GALLO, 2011). No caso do *Blogueiras Negras*, as condições de produção são constitutivas de acontecimentos discursivos, isto é, a discursividade emerge de condições própria da Internet, podendo “constituir acontecimento discursivo, na medida em que elas mobilizam memórias discursivas outras, não institucionais” (GALLO, 2011).

Desse modo, compreende-se que o blog é um espaço de acontecimentos discursivos em que há encontro de uma atualidade e a mobilização de memórias outras, as quais não necessariamente estão na ordem das instituições, mas da história, da ideologia.

A internet é o espaço constituído por sujeitos e para sujeitos, e, se há a existência de sujeitos, há sentidos, ideologias e consequentemente discursos. Por assim ser, a neutralidade não existe. Seria equívoco *a priori* afirmar que a Internet enquanto rede é um espaço discursivo neutro, equitativo, livre dos discursos racistas, machistas, misóginos e homofóbicos, por isso, a pergunta que vários estudiosos da área da tecnologia fazem é: quem controla a internet?

Tal reflexão é necessária, pois ela retoma um dos pontos centrais investigativos desta pesquisa — a compreensão do funcionamento do discurso da resistência no site *Blogueiras Negras*. O referido blog, a princípio emergiu em março de 2012, com uma comunidade online que conta com mais de 1.300 mulheres, com produções e informações atualizadas cinco vezes por semana, os textos são originais, destinado não apenas ao público mulheres negras, mas a todos simpatizantes da luta contra o racismo, machismo e outros tipos de discriminação. Segundo informações contidas na própria plataforma, há aproximadamente duzentas autoras mulheres negras que produzem textos e utilizam a escrita como ferramenta contra racismo e todas as opressões que ele acarreta.

No espaço construídos por elas e para elas, há quem “pode dizer” e quem “não pode dizer”, ou seja, o discurso sobre as mulheres negras está na ordem do dizível, audível, desde que o sujeito que fala seja uma mulher negra a partir do seu lugar de fala, ou seja, da sua própria experiência.

Nesse espaço discursivo, as mulheres negras não são faladas pelo outro, mas elas falam por si e sobre si. Elas não são descritas por pessoas não negras, elas mesmas se descrevem para e pelas outras. Elas são agentes pesquisadoras, produtoras de saberes por meio de conteúdos verbais e não verbais.

De acordo com Silva (2019, p. 94):

o termo weblog foi mobilizado pela primeira vez por Jorn Barger, em 1997, para referir-se aos *sites* que compilavam e organizavam *links* de outras páginas na internet e os divulgavam, como seu próprio blog *Robot Wisdom*. O termo (web + log) designa arquivo web.

O blog surgiu no final do século XX e, a princípio, o objetivo era “criar uma base de dados com os novos sites da internet” (SILVA, 2019, p. 94). Por ele permitir tanto a manutenção quanto a publicação de maneira menos burocrática, tornou-se acessível, principalmente, pela inserção da ferramenta de comentário, o que transformou a plataforma em algo mais relevante (SILVA, 2019). Silva (2019, p. 94), com base nos estudos de Orihuela (2007), afirma que os

blogs foram os primeiros espaços que os sujeitos usuários na internet puderam “produzir, publicar e disseminar informação (e também conhecimento) on-line em escala mundial”. Atualmente, há plataformas que publicam o conteúdo de modo gratuito, como o Wordpress. Silva (2019, p. 94-95) apresenta uma das criadoras do *Blogueiras Negras*:

Graduada em Análise de Sistemas e pós-graduada em Desenvolvimento de aplicações WEB, Maria Rita Casagrande, uma das três criadoras do “Blogueiras Negras”, foi a responsável pelo desenvolvimento web e gráfico do BN, entre 2013 e 2016, no qual ela utilizou o Wordpress, que é a mesma plataforma utilizada pelo BN nos dias atuais. *Software* aberto e livre para a publicação de conteúdo na internet, o Wordpress é a plataforma usada por 18,51% dos blogs brasileiros, em 2017, ficando atrás do Blogger com 59,76%. Esses dados foram apresentados na pesquisa “Blogs do Brasil Panorama 2017, do BigData Corp, que mostrou o universo da blogosfera do país com mais de 5,5 milhões de blogs.

Ao observar-se as condições de produção do blog *Blogueiras negras*, percebe-se que as participantes têm formação e conhecimentos ligados à internet. Amaral et al. (2008) afirmam que os blogs tiveram como primeira apropriação o uso como diários pessoais e, ainda na contemporaneidade, esse é um espaço em que os sujeitos publicam suas vivências pessoais por meio de textos que relatam experiências e expressam seus pensamentos e posicionamentos.

Desse modo, pode-se compreender, previamente, o porquê de o *Blogueiras Negras* ser o espaço em que apenas mulheres etnicamente negras podem dizer – seria contraditório ao próprio título do blog. A Análise do Discurso, concebida como disciplina de entremeio, como bem propõe Orlandi (2012), coloca questões para o referido tema, bem como questões sobre o porquê do nome *Blogueiras Negras* e não algo como blogueiras “da resistência”, por exemplo. Para essa reflexão do dito e do silêncio com relação a dizer x e não dizer y, Orlandi (2015, p. 56) afirma que:

(...) falar é esquecer. Esquecer para que surjam novos sentidos mas também esquecer apagando novos sentidos que já foram possíveis mas foram estancados em um processo histórico – político silenciador. São sentidos que são evitados, de-significados.

A proposição da autora auxilia na compreensão do porquê se nomeia *Blogueiras Negras* e não de outra forma, pois nesse espaço os sujeitos necessitam evidenciar, isto é, controlar os sentidos da memória. A respeito do evidenciamento, Moreira (2009, p. 100) entende que o evidenciar enquanto técnica de controle é tão significativo quanto proibir e apagar, assim a autora coloca que: “Estados em que a censura é institucionalizada e se impõe como meio de controle dos sentidos pretendem justamente controlar os *sentidos* da memória; assim precisam também - evidenciando-os - naturalizá-los”.

A historiografia é o modo como se conta o passado no momento presente. No Brasil, por séculos, a história foi contada de modo romantizado, no entanto, Rosa (2017, p. 20) afirma que na contemporaneidade as produções historiográficas atuais do Brasil estão rompendo “com o modelo eurocêntrico que por décadas prevaleceu em nossos livros e manuais”. É preciso evidenciar para naturalizar. Em uma perspectiva discursiva histórica surgem inquietações: onde essas mulheres estavam? Como e onde elas eram pensadas e consideradas como mulher no social?

Isso faz parte da ordem do discurso, é o funcionamento da discursividade, que se utiliza do mecanismo do controle dos sentidos em torno de determinada memória. Assim, diz-se de modo x e não de modo y porque x vai evidenciar sentidos outros a fim de serem naturalizados.

A materialidade discursiva imagética é também espaço de efeitos de sentidos, pois “não se trata de pensar a novidade das materialidades discursivas imagéticas, mas de compreender o processo discursivo e seus modos de expressão específicos” (BECK, 2017, p. 175). Pesquisar sobre o funcionamento do discurso da resistência no blog *Blogueiras Negras* implica levar em conta o imagético e a produção de sentidos. Nesse sentido, compreender o processo discursivo das materialidades imagéticas implica levar em conta os aspectos ideológicos presentes, e, desse modo, “pode exigir a mobilização de um dispositivo analítico específico no momento de descrição e interpretação de seu funcionamento” (BECK, 2017, p.175). Assim como o analista do discurso frente ao texto busca a compreensão nas entrelinhas, no não dito, diante da imagem, ele busca compreender o funcionamento daquilo que não está sendo visto. Beck (2017, p.176) afirma que para além do “não visto” na imagem,

o analista pode descrever *como* o que não é visto é, ainda assim, significado, por um lado. E, por outro, ele pode dizer como o imagético funciona conferindo a hipervisibilidade e produzindo sentido ao que está enquadrado na tela e em suas adjacências e, dialeticamente, como funciona deixando imperceptível uma parte de suas próprias condições de produção.

A imagem evidencia sentidos a fim de naturalizar dada memória e os sentidos são reproduzidos *na e pela* forma material da imagem. Segundo Beck (2017, p. 176) “a atualidade se reprisa na evidência ideológica *de que o mundo sempre foi assim e continuará sendo assim*” [itálico do autor]. No caso das *Blogueiras Negras*, a imagem é o modo de elas romperem com sentidos outros construídos em torno da mulher negra enquanto coletividade interseccional (raça, gênero e classe).

IMAGEM 1: LOGOMARCA *BLOGUEIRAS NEGRAS*



Fonte: blog *Blogueiras Negras*

A logomarca do blog, enquanto materialidade imagética, diz respeito à necessidade do pertencimento social. Discutindo sobre a discriminação racial ocasionada pela branquitude¹¹, Bento (2014, p. 29) apresenta o seguinte relato:

Recentemente, eu vivi uma experiência em um seminário¹² que aconteceu em São Paulo, no segundo semestre de 2000, em que mulheres de todas as centrais de sindicais, assessoras do poder público, pesquisadoras de reconhecidos institutos de pesquisa, consultoras empresarias, debatiam as diferentes dimensões da discriminação da mulher no trabalho. Na verdade foram dois dias inteiros de debates sem qualquer menção sobre a situação da mulher negra no trabalho. A grande incoerência é que, poucas semanas antes desse seminário, havia sido divulgado na grande imprensa do país o *Mapa da população negra no mercado de trabalho*¹³, no qual a mulher negra foi apontada como o segmento mais discriminado do mercado de trabalho brasileiro nas sete capitais pesquisadas. No entanto, as lideranças femininas conseguiram passar dois dias falando sobre a discriminação da mulher no trabalho, sem sequer tocar na discriminação da mulher negra”. [itálico e notas de rodapés da autora]

O relato da autora comprova mais uma vez que a mulher negra é silenciada na pauta sobre mulheres. Ela não é mencionada, pois, nessa ocasião, os assuntos debatidos visavam o grupo específico de mulheres não negras. Bento (2014, p. 29) explica que:

a forte ligação emocional com o grupo ao qual pertencemos nos leva a investir nele nossa própria identidade. A imagem que temos do nosso grupo, o que nos induz a defendermos os seus valores. Assim, protegemos o “nosso grupo” e

¹¹ Traços da identidade racial do branco brasileiro a partir das ideias de branqueamento, um dos temas mais recorrentes quando se estuda as relações raciais no Brasil”(BENTO, 2014, p. 25).

¹² *Seminário internacional sobre a questão de gênero no mundo do trabalho: experiências e propostas*, 11 e 12 de maio de 2000 Parlatino, São Paulo.

¹³ *Mapa da população negra no mercado de trabalho*. São Paulo, 1999. Encomendado pelo instituto interamericano sindical pela igualdade racial (Inspir) À Dieese, Fundação Seande.

excluímos aqueles que não pertencem a ele. Dessa forma, exclusão passa ser entendida como descompromisso político com o sofrimento de outro.

A falta de empatia com a dor do outro acarreta na exclusão moral que, segundo Bento (2014), desvaloriza a humanidade da pessoa. Essa exclusão pode ser manifesta ou materializada a partir da discriminação, podendo chegar ao ato do genocídio. A logomarca do blog, discursivamente, aponta a identidade do grupo de mulheres negras, levando-as a defender também o seu direito de existir. Na logomarca, não há presença de muitas mulheres, apenas o busto de uma mulher negra e ao lado da imagem está escrito com letras garrafais “negras” e acima a palavra “blogueiras” de tamanho menor, todas tingidas de rosa.

A cor rosa pode estar evidenciando, no sentido de naturalizar, normalizar, legitimar, o feminino da mulher negra, a resistência em relação ao sentido construído em torno da memória social colonialista, que coloca essa mulher com estereótipos de força, hiperssexualização, objetificação e, por consequência, desumanização. Isso retoma o famoso discurso de Sojourner Truth:

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari 3 treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?¹⁴

A cor rosa retoma a discussão de feminino para as mulheres negras. Devido a escravidão no continente americano, principalmente no Brasil, essas mulheres não eram vistas como “ideais” para o casamento, para o amor romântico, pois elas eram vistas na perspectiva do sexo, do trabalho, mas nunca na sua fragilidade. As mulheres negras hoje lutam para serem vistas como mulheres que também são frágeis, sentem dor e não são fortes o tempo todo. É isso que Sojourner Truth está argumentando, visto que tratam as mulheres não negras como frágeis, mas, no que diz respeito às mulheres negras, evidenciam que elas têm uma força tão grande que resulta na invisibilidade da existência delas. Ou seja, elas existem enquanto servem no sentido do trabalho, mas não do afeto e do seu lado humano.

¹⁴ **Tradução:** Osmundo Pinho, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (Cachoeira)/University of Texas (Austin). Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>> Acesso: 08/2021

O *Blogueiras Negras*, por sua vez, é o espaço do *lugar de fala*, isto é, lugar de enunciação. Nele, mais de duzentas escritoras, dizem quem realmente são, se abraçam e abraçam outras por meio das palavras. Na análise desta pesquisa, será abordado o layout do blog como um todo, para isso, foram realizadas capturas de tela, todas com o intuito de se compreender o funcionamento do discurso da resistência no interior do blog.

6. ASPECTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS: PROCEDIMENTO E RECORTE DO CORPUS

Pêcheux (1997, p. 82) entende o discurso como “efeito de sentidos entre os interlocutores”, desse modo, a Análise do Discurso, diante de determinado corpus, não visa tratar o sentido como único e verdadeiro, “(...) mas o real sentido em sua materialidade linguística e histórica” (ORLANDI, 2010, p. 59). No campo da AD, é impossível pensar a língua sem a ideologia e é pelo discurso que ela se manifesta. Considerando a constituição do sentido, deve-se compreender a questão do enunciado, pois “toda sequência de enunciados é, linguisticamente descritível como uma série de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação” (PÊCHEUX, 2015 [1983], p. 53).

A interpretação é algo que os sujeitos não podem e nem conseguem escapar, ela é da ordem da vida, constitui o ser humano. Nas palavras de Orlandi (2010, p. 64), a “interpretação é uma injunção”. A interpretação é constitutiva do sujeito, que, por sua vez, está condenado a significar, a dar sentido. Orlandi (2010, p. 64) faz uma asserção retórica a este respeito quando ela questiona e logo em seguida responde: “O que é dar sentido? Para o sujeito que fala, é construir sítios de significância (delimitar domínios), é tornar possíveis os gestos de interpretação”.

Retomando a noção de interpretação, pode-se afirmar que ela está relacionada ao interdiscurso, ao já dito, à memória, à alteridade discursiva, ou seja, ao outro do dizer que se expande no social-histórico. A partir do dizer do outro pode ocorrer a transferência ou a identificação, possibilitando a existência da interpretação (ORLANDI, 2010).

Sendo assim, é pelo processo de transferência que o sujeito e os sentidos se constituem. Orlandi (2010, p. 60) afirma que “as transferências presentes nos processos de identificação dos sujeitos constituem uma pluralidade contraditória de filiações históricas”. O analista do discurso no momento da sua análise deve explicitar esse processo de identificação, descrevendo a articulação, a relação desse sujeito que está sendo analisado com a sua memória. Desse modo, é imprescindível a distinção entre a descrição e a interpretação; a princípio, a interpretação é parte constitutiva do objeto de análise, por isso, o analista deve descrever o gesto de interpretação do sujeito analisado; em segundo, é preciso pensar a relação interdependente entre a descrição e a interpretação, sendo assim, é necessária a introdução de um dispositivo teórico

para que haja interferência entre o analista e os objetos simbólicos analisados, isso coloca o analista num trabalho de entremeio da descrição com a interpretação (ORLANDI, 2010).

Isso posto, visando a metodologia de pesquisa com relação à delimitação do corpus, a AD segue critérios teóricos sobre o corpus experimental do arquivo, uma vez que tem interesse nas diversificadas práticas (materialidades) discursivas, nos seus distintos modos: letra, som, imagem, entre outros (ORLANDI, 2010). O corpus resulta do arquivo, considerando a materialidade (escrita das mulheres negras). Sendo assim, é a materialidade do arquivo que faz com que o significado seja a e não b, logo, o analista, ao se deparar com tal, estabelece o recorte ao seu modo.

Um fator relevante sobre o corpus é que ele também impõe, através dos efeitos de sentidos, o aspecto da teoria que deverá ser trabalhado, ou melhor, o corpus fala, ou porque não dizer que ele dita quais noções deverão constituir a análise. Cabe ao analista, delimitá-lo para desenvolver sua pesquisa, uma vez que, tanto a teoria quanto a metodologia estão vinculadas uma a outra.

As pesquisas em AD são de cunho qualitativo interpretativo, visando entender as entrelinhas que estão presentes em determinada materialidade; ou melhor, a AD não visa uma análise quantitativa de dados, mas objetiva realizar uma “exaustividade vertical” que, segundo Orlandi (2010, p.62), “trata de fatos da linguagem com sua memória, sua espessura semântica, sua materialidade linguístico-discursiva”. A partir disso, deve-se considerar os conceitos chaves da AD que serão relevantes para a pesquisa, visando os objetivos e o corpus na sua profundidade.

Desse modo, não é possível pensar a construção do corpus sem a análise, pois a mesma decisão sobre o que fazer do corpus é a decisão a respeito das propriedades discursivas. Para tanto, Orlandi (2010, p. 63) afirma que “a constituição do corpus e análise estão intimamente ligadas: decidir o que faz parte corpus já é decidir acerca de propriedades discursivas”. Para o desenvolvimento de uma pesquisa na AD, Orlandi (2010) sugere que se constituam montagens discursivas que obedeçam a critérios de acordo com os objetivos que visam ser compreendidos, estabelecidos pelo pesquisador. “Esses objetivos em consonância com o método e os procedimentos, não visa a demonstração mas a mostrar como o discurso funciona produzindo (efeitos de) sentidos” (ORLANDI, 2010, p. 63).

O método passa por uma transposição entre a superfície linguística e o objeto discursivo, a primeira diz respeito ao material da linguagem bruto coletado, o segundo deriva do material

coletado que recebeu a primeira análise superficial do analista, inaugurando o processo de des-superficialização. A materialidade é aquilo que a estrutura sintática mostra no momento da enunciação, pois o “sujeito se marca no que diz, fornecendo-nos pistas para compreendermos o modo como o discurso que pesquisamos se textualiza” (ORLANDI, p. 65). De certo modo, isso está relacionado à função das formações imaginárias, cujos sentidos e forças se relacionam visando a legitimidade de quem fala (PÊCHEUX, 2014 [1969]).

A partir disso, uma noção para tratar a metodologia é o esquecimento nº 2 proposto por Pêcheux (2014 [1975]), que diz respeito à ilusão do sujeito, que pensa dominar o sentido daquilo que diz e acredita o dito só poderia ser daquela forma e não de outra. Isso é importante para o analista, pois:

com esse primeiro movimento de análise, trabalhamos no sentido de desfazer os efeitos dessa ilusão: construímos, a partir do material bruto, um objeto discursivo em que analisamos o que é dito nesse discurso e o que é dito em outros, em outras condições, afetados por diferentes memórias discursivas. (ORLANDI, 2010, p. 65)

O funcionamento do discurso se dá a partir do ato de observar a relação entre as divergentes superfícies linguísticas diante do mesmo processo discursivo, o que permite detectar a relação estabelecida pelo discurso com as formações discursivas. Uma análise discursiva tem o objetivo de desprender o sujeito face aos efeitos que o afetam tanto de modo linguístico quanto de modo ideológico. Esse movimento pode ser considerado movimento de compreensão (ORLANDI, 2010).

Em suma, a análise se inicia com a configuração do corpus, a delimitação dos limites, depois retoma conceitos e noções, uma vez que a AD tem um procedimento que exige um “ir e vir” frequente, uma consulta entre corpus e análise. A partir dos vestígios que são encontrados no texto é que se adentra na segunda fase da análise, que são os processos discursivos, eles auxiliam a compreensão da rede de filiação de sentidos “e suas relações desenhadas pela ideologia” (ORLANDI, 2010, p. 67).

Há vários modos dos quais o sujeito pode formular o seu dizer, quando ele diz *a* e não *b*, ele está significando, produzindo-se a partir dos processos de identificação. Esses processos são mostrados como se os sentidos que estão sendo referenciados estivessem postos/estáticos. Orlandi (2010, p. 67) adverte que “as palavras refletem os sentidos de discursos já realizados, imaginados ou possíveis. É desse modo que a história se faz presente na língua”. Como bem disse Pêcheux (2014 [1975], p. 146)

os sentidos de uma palavra (...) não existe em si mesmo (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico.

Os sentidos, como parte constitutiva da linguagem, não são transparentes, mas sim opacos e são tomados de acordo com a posição ideológica de cada sujeito. A concepção discursiva de ideologia deixa o sujeito condenado a significar e nesse processo se encontra a interpretação, sempre regida por gestos de interpretação em determinadas condições de produção dadas. Tais CP se apresentam como universais e eternas, resultando na impressão de que o sentido é único e verdadeiro (ORLANDI, 2012). O gesto de interpretação é indissociável da noção de ideologia, a qual, segundo Orlandi (2012, p.65):

será então percebida como o processo de produção de um imaginário, isto é, produção de uma interpretação particular que apareceria, no entanto, como interpretação necessária e que atribui sentidos fixos às palavras, em um contexto histórico dado.

O sujeito, ao interpretar em circunstâncias dadas, utiliza-se das formações imaginárias calcadas em formações ideológicas, as quais fazem parecer (evidenciam) que o sentido está fixo naquela determinada palavra em dado espaço-tempo histórico. Entretanto, é a ideologia que leva o sujeito à condenação de significar, “a interpretação é sempre regida por condições de produção específicas que, no entanto, aparecem como universais e eternas” (ORLANDI, 2012, p. 65). A partir disso, o sentido dá a impressão de que ele é único e verdadeiro, esse é o processo que ocorre com o sujeito no esquecimento nº1 e nº2 de Pêcheux (2014), em que o sujeito se coloca como autor do seu dizer e como aquele que pode controlar os sentidos daquilo que diz.

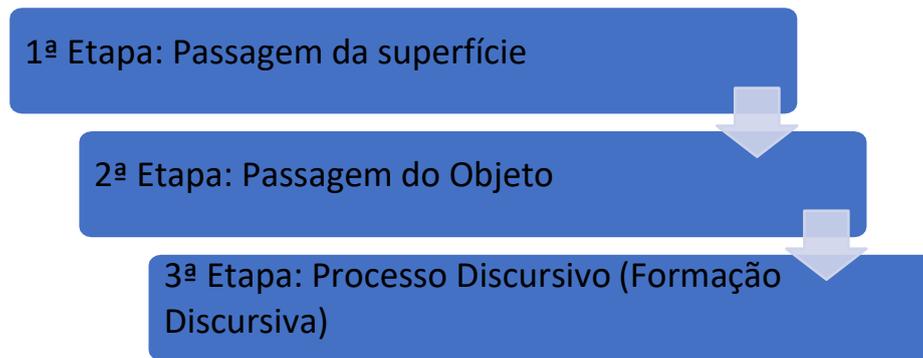
Ao propagar o seu dizer, o sujeito está no ato da interpretação, pois atribui sentido para suas próprias palavras em dada situação. Nesse momento, para o sujeito, os sentidos estão nas palavras, apagando as CP e anulando a exterioridade que o constitui. Assim, Orlandi (2012, p. 65) afirma que “a interpretação aparece para o sujeito como transparência, como o sentido lá”. Ou seja, a interpretação dá a entender que existe transparência no sentido, o que não há. Para Orlandi (2013, p. 6-7), o

gesto de interpretação é o que, perceptível, ou não, para o sujeito e seus interlocutores, decide a direção dos sentidos, decidindo assim sobre sua própria “direção” (identificação, posição-sujeito etc), ao inscrever-se em formações discursivas, reflexos das formações ideológicas.

Desse modo, ocorre uma transição da superfície linguística para o objeto discursivo e, posteriormente, para o processo discursivo, possibilitando ao analista demonstrar o trabalho da ideologia, no qual ele “observa os efeitos da língua na ideologia e a materialização desta na

língua. Ou, o que, do ponto de vista do analista, é o mesmo: é assim que ele apreende a historicidade do texto” (ORLANDI, 2010, p. 68).

IMAGEM 2: ETAPAS PERCORRIDAS PELO ANALISTA



Fonte: ORLANDI, (2010), p.77

O esquema apresenta as três etapas que o analista percorre, iniciando pela passagem da superfície linguística, isto é, o analista desconstrói a ilusão intersubjetiva, especificamente o esquecimento n^a2, no qual o sujeito ao proferir determinado discurso o faz pensando que só poderia dizê-lo daquele modo. Assim, esse é o processo em que “desnaturaliza-se a relação palavra-coisa”, como aponta Orlandi (2010, p. 77). Nessa etapa, o analista identifica as formações discursivas que estão impondo regularidades naquela prática discursiva, ele dá visibilidade a essas FD’s relacionando-as parafrásticamente com o dito e o não dito (ORLANDI, 2010). A partir da observação desses ditos, o analista delimita as FD’s que, juntas às FI’s, regulam e controlam o modo das palavras significarem no momento da interação.

Na segunda etapa, apresenta-se o efeito metafórico no qual o analista, a partir do objeto discursivo, fará uma análise que (co)relaciona distintas FD’s. Orlandi (2010, p. 78) afirma “que podem ter-se delineado no jogo de sentidos observado pela análise do processo de significação (paráfrase-sinonímia etc) – com a formação ideológica que rege essas relações”. Dessa forma, o analista começa a desenvolver os processos discursivos responsáveis pelos efeitos de sentidos alocados no material selecionado. Durante o percurso, o analista deve observar tanto o lado do mecanismo parafrástico quanto o efeito metafórico.

“O efeito metafórico, nos diz M. Pêcheux (1969), é o fenômeno produzido por uma substituição contextual, lembrando que este deslizamento de sentido entre *x* e *y* é constitutivo tanto do sentido designado por *x* como por *y*” (ORLANDI, 2010, p. 78).

Para Orlandi (2010), o efeito metafórico possibilita incluir, no momento da análise, a relação entre a estrutura e o acontecimento por meio do vínculo existente entre a língua e o discurso. O efeito metafórico se configura nos deslizamentos da língua, pois é através dele que a língua se constitui, de acordo com Orlandi (2010, p.78)

Não há língua sem esses deslizamentos, logo não há língua que não ofereça lugar à interpretação [...] a interpretação é constitutiva da própria língua. E onde está a interpretação está a relação da língua com a história para significar

Percebe-se que o sujeito está condenado a significar e só pode fazê-lo devido à relação intrínseca da língua com a história. Assim, a metáfora constitui esse processo de produção de sentidos e dos sujeitos, ou seja, a metáfora é vista como transferência, isto é, deslizamentos de sentidos, de efeitos metafóricos (ORLANDI, 2010). Desse modo, “o processo de produção de sentidos está necessariamente sujeito ao deslizamento, sempre havendo um ‘outro’ possível que o constitui” (ORLANDI, 2010, p. 78).

A historicidade se materializa por meio dos deslizamentos nas relações de paráfrases, a qual o sujeito, alocado no interior de uma FD, utilizará delas para articular o seu dizer com outro sujeito dessa FD, assim como de diferentes FD's, uma vez que as FD's não são fechadas em si mesmas. Nesse contexto, os dizeres são submetidos às metáforas e aos deslocamentos que possibilitam sentidos outros. Portanto, Orlandi (2010, p. 79-80) afirma que:

Falamos a mesma língua mas falamos diferente. Dizemos as mesmas palavras mas elas podem significar diferente. As palavras remetem a discursos que derivam seus sentidos das formações discursivas, regiões do interdiscurso que, por sua vez, representam no discurso as formações discursivas.

O interdiscurso é essa multiplicidade de discursos que é impossível discerni-las e representá-las, entretanto, é o interdiscurso que sustenta a possibilidade mesma do dizer e sua memória, visto que ele “representa assim a alteridade por excelência (o Outro), historicidade” (ORLANDI, 2010, p. 80). A pesquisadora brasileira ainda assevera que a historicidade “faz com que os sentidos sejam os mesmos e também que eles se transformem”. Depreende-se que a construção dos sentidos não está na ordem do tempo presente, mas sim na ordem do passado, isto é, da memória discursiva, ou seja, do interdiscurso.

A princípio, neste tópico, antes de tratar diretamente do procedimento e da análise do corpus desta pesquisa, é válido tecer algumas considerações sobre o modo como a AD apresenta determinadas noções, bem como textualidade e discursividade, uma vez que corpus analisado

consiste no recorte de trechos, ou melhor, em sequências discursivas retiradas das guias informativas do blog *Blogueiras Negras*.

A historicidade é uma noção muito prestigiada na AD, pois ela é “o acontecimento do texto como discurso, o trabalho dos sentidos nele” (ORLANDI, 2010, p. 68). Existe uma vinculação entre a história externa e a história do texto, isto é, o movimento dos sentidos no interior do texto, entretanto, esse vínculo não se dá de modo automático ou direto (ORLANDI, 2010).

Devido à opacidade da linguagem, a história não aparece nos textos de maneira explícita, como uma espécie de conteúdo, mas “eles são tomados como discursos, em cuja materialidade está inscrita a relação com a exterioridade” (ORLANDI, 2010, p. 68). O sentido só é possível a partir da exterioridade, pois é nela que estão os já ditos, a memória e a possibilidade de o sujeito significar, de atribuir sentido. Desse modo, a AD trabalha numa “região menos visível, menos óbvia e menos demonstrável, mas igualmente relevante, que é da materialidade histórica da linguagem” (ORLANDI, 2010, p. 68). O texto enquanto espaço de discursividade funciona como unidade de análise, que é estabelecida pela historicidade como unidade de sentido em determinada situação (ORLANDI, 2010).

Enfim, o texto não deve ser definido pela sua extensão. Orlandi (2010, p.69) afirma que “ele pode ter desde uma letra até muitas frases, enunciados e etc.” (...) ser referido à discursividade, constituir uma unidade em relação à situação” (ORLANDI, 2010, p. 68). Ou seja, a situação pode ser entendida como condições de produção, contexto ou situação que determinado texto está sendo referido. Dessa forma, para a AD, de acordo com Orlandi (2010, p. 68):

o que interessa não é a organização linguística do texto, mas como o texto se organiza a relação da história com a língua com a história no trabalho significante do sujeito em sua relação com o mundo. É dessa natureza a sua unidade: linguístico-histórica.

A preocupação da AD é com a forma que o texto se organiza em relação à historicidade, à exterioridade. O texto é afetado pelas condições de produção e, além disso, ele é palco da manifestação da linguagem e lugar em que os sentidos se jogam, em que a linguagem trabalha. Ele é o lugar em que a discursividade funciona, isto é, se dão os efeitos de sentidos entre os interlocutores. (ORLANDI, 2010). No que diz respeito à condição de produção, Courtine (2016, p. 20) afirma:

A noção de condições de produção do discurso regula, em AD, a relação entre a materialidade linguística de uma sequência discursiva e as condições históricas que determinam sua produção; ela funda, assim, os procedimentos de constituição de corpus discursivos.

A CP é fundamental no procedimento de análise, pois somente a materialidade linguística em si não é suficiente ao analista e à análise, é necessário considerar a noção de exterioridade, isto é, as condições históricas de determinado discurso e, sobretudo, o conjunto de sequências discursivas selecionadas pelo analista. Para elucidar melhor essa noção, Moreira (2009, p. 47) traduz Courtine (1981, p. 25) sobre as SD's:

Definiremos sequências discursivas como “sequências orais ou escritas de dimensão superior a frase”: é necessário indicar que a própria natureza das formas materiais é eminentemente variável e que a noção de sequência discursiva é fluida. Ela depende com efeito dos objetivos destinados a um tratamento particular: a forma das sequências discursivas reunidas em corpus não será a mesma, trata-se de uma análise do processo de enunciação ou de uma “análise automática do discurso” realizada sobre a base de sequências produzidas em situação experimental: os procedimentos de segmentação, que tornam a atribuir uma forma determinada a uma sequência, são eles também variáveis.

As SD's podem ser entendidas como o recorte do texto que o analista utiliza para organizar o procedimento de análise de seu corpus. Após essa seleção, o analista pode analisar o movimento e o processo de significação dos efeitos de sentidos. Orlandi (2010, p. 72) afirma que:

o analista deve compreender como ele produz sentidos, o que implica em saber tanto como ele pode ser lido, quanto como os sentidos estão nele. Na análise de discurso, não se toma o texto como ponto de partida do absoluto (dadas as relações de sentidos) nem de chegada.

O texto é em si um processo discursivo, sendo assim, envolve interlocutores e, conseqüentemente, posicionamentos ideológicos dos sujeitos. O texto é o lugar que o sentido se faz. Desse modo, é necessário englobar, no momento da análise, “as posições do sujeito, a regionalização dos sentidos, a projeção histórica, política, sobre a linearidade (textualidade) em que funciona abundantemente a ideologia (e o inconsciente)” (ORLANDI, 2012, p. 89). Se esses aspectos não forem considerados teórica e metodologicamente, corre-se o risco de não se fazer análise do discurso, mas “especulações” rasas na superfície de dada materialidade.

6.1 Corpora para análise

Para analisar a materialidade desta pesquisa, o blog *Blogueiras Negras*, os textos foram agrupados em quatro quadros distintos, posteriormente, após a identificação dos discursos existentes nos textos, os trechos foram fragmentados em sequências discursivas.

Assim, o corpus desta pesquisa foi retirado das guias informativas do blog — guia “sobre” e guia “publique”. Os textos foram copiados e inseridos dentro de um quadro correspondente a cada subdivisão de análise, a fim de compreender o funcionamento do discurso da resistência a partir da tomada de posição sujeito das mulheres negras nesse espaço, considerando as condições e o processo de produção que determinado discurso foi proferido. Para Pêcheux (2010, p. 78),

[...] *é impossível analisar um discurso como um texto*, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção.

Por isso, é necessário analisar as referidas guias, pois, por exemplo, na guia “sobre” há uma construção discursiva dessas mulheres falando de si e sobre si para o outro. Pêcheux (2010, p. 82) afirma que “[...] todo o processo discursivo supõe a existência dessas formações imaginárias [...]”. A guia “quem somos nós” remete a uma significação, a um imaginário produzido a partir de uma tomada de posição, uma antecipação das representações, um deslizamento de sentido, o que está explícito no próprio nome do blog — *Blogueiras Negras* — e na primeira linha da respectiva guia — “somos mulheres negras e afrodescendentes”.

Na maior parte desta pesquisa, a análise será feita a partir de SD’s. A análise visa os gêneros discursivos que as englobam, uma vez que, os gêneros discursivos organizam o discurso e determinam a esfera discursiva no social. No blog *Blogueiras Negras*, na guia “publique”, identificou-se gêneros de instruções na aba “Manual da Blogueira Negra”, no qual se apresenta um texto explicativo destinado exclusivamente à mulher negra que queira publicar. Ainda na mesma guia, encontra-se a aba “política de comentários”, com finalidade de expor a funcionalidade. Para comentar no espaço do blog, o comentador deve seguir os requisitos propostos pelas blogueiras, pois deve atender as regularidades exigidas para que, assim, determinado comentário possa ser aprovado.

Por conta dessas questões de funcionamento do blog, será importante tratar a respeito dos gêneros que têm como finalidade dar ou propagar determinada instrução. Assim, a

instrução, hipoteticamente, parece funcionar como uma espécie de processo de identificação para que o sujeito possa se inscrever na formação discursiva do *Blogueiras Negras* que não é o blog em si, mas o feminismo negro.

A escrita também desencadeia um papel crucial nesse espaço, trazendo mais questionamentos para esta pesquisa: por que escrever, o que escrever, para quem escrever, qual é o papel da escrita para essas mulheres, qual é o significado da escrita para essas mulheres e para o outro.

Com relação à finalidade investigativa desta pesquisa, Brasileiro (2021, p. 77) afirma que a pesquisa metodológica:

objetiva construir e apresentar caminhos, métodos, recursos, técnicas ou formas de captação ou construção da realidade. Ocorre quando o pesquisador busca responder como realizar determinado procedimento.

A colocação da autora referente à pesquisa converge com o modo do qual a AD se posiciona diante do aspecto metodológico. O meio de investigação desta pesquisa é o estudo de caso, isto é, “o pesquisador estuda uma teoria e analisa um caso específico” (BRASILEIRO, 2021, p. 79). Nesta pesquisa, como já dito, tem-se como base teórico- metodológica a Análise do Discurso. Para analisar os dados coletados do *Blogueiras Negras*, recortados e separados em SD’s, a abordagem da pesquisa é qualitativa, esta:

Se ocupa da interpretação dos fenômenos e da atribuição de significados no decorrer da pesquisa, não se detendo a técnicas estáticas. Os processos e suas dinâmicas, as variáveis e as relações entre elas são dados para a construção de sentidos e os principais condutores da abordagem. Trabalha basicamente com dois tipos de dados: os verbais- coletados por meio de entrevistas, narrativas, observações, documentos, experimentos e ações; os visuais – colhidos em experimentos, observações e documentos. (BRASILEIRO, 2021, p. 83)

A maior parte das pesquisas desenvolvidas no campo de estudos da Análise do Discurso é qualitativa, pois, segundo Brasileiro (2021, p.88) visam a interpretação, utilizando-se do método de análise do discurso em que:

O pesquisador se preocupa com a linguagem oral ou escrita, em seu contexto de ocorrência, focalizando sentidos, (in) diferenças, sentimentos, (in) seguranças, retenções e sinais (...) A partir das análises do discurso em movimento, o pesquisador trabalha incluindo as inferências e os não ditos.

A pesquisa qualitativa e o método analítico discursivo constituem a metodologia desta pesquisa, pois os dados coletados são elementos verbais discursivamente materializados em escritos, isto é, são gêneros textuais informativos que compõem as guias “sobre” e “publique”

do blog em questão. Assim, para além da superfície do texto, ou de qualquer outra materialidade linguística discursiva, o analista do discurso visa compreender o entremeio, o não dito, o funcionamento, o como. Para isso, o pesquisador reporta à historicidade, pois é ela que faz com que os sentidos se movimentam através das formações ideológicas vinculadas às formações discursivas.

7. ANÁLISES: O FUNCIONAMENTO DO DISCURSO DA RESISTÊNCIA NO BLOGUEIRA NEGRAS

O corpus da presente pesquisa foi dividido em quatro quadros de análises com dados coletados nas guias “sobre” e “publique” do blog *Blogueiras Negras* sendo:

- Quadro I (guia sobre => quem somos nós?) com 6 SD's.
- Quadro II (guia sobre => FAQ) com 30 SD's.
- Quadro III (guia publique => Manual da Blogueira Negra) com 12 SD's.
- Quadro IV (guia publique => Políticas de comentários) com 2 SD's.

Desse modo, a seguir, dá-se início ao primeiro quadro de análise deste capítulo, o qual foi retirado da guia “sobre”. De antemão, é viável considerar dois pontos: o primeiro é que devido ao movimento dos sentidos, o recorte do corpus foi mínimo, pois o blog, enquanto materialidade desta pesquisa, se fosse mais fragmentado, a análise sobre o funcionamento do discurso da resistência seria comprometida. Assim, o segundo ponto é que, primeiramente, realizou-se a apresentação do quadro como um todo, e, em sequência, a análise, a fim de que o leitor possa ler e depois adentrar na análise com entendimento prévio daquilo que será explanado. Além disso, explica-se que ao se tratar do discurso, é interessante ressaltar que o texto é lugar de materialização de discursos. Dessa forma, bem como já posto no decorrer da pesquisa, de acordo com Orlandi (2010, p. 68), para a AD:

o que interessa não é a organização linguística do texto, mas como o texto se organiza a relação da história com a língua com a história no trabalho significativo do sujeito em sua relação com o mundo. É dessa natureza a sua unidade: linguístico-histórica.

Sendo assim, a preocupação da AD é com a forma que o texto se organiza em relação à historicidade, à exterioridade. O texto é afetado pelas condições de produção e, além disso, ele é palco da manifestação da linguagem e lugar em que os sentidos se jogam, em que a linguagem trabalha. Ele é o lugar em que a discursividade funciona, isto é, onde se dão os efeitos de sentidos entre os interlocutores. Portanto, pensando na exterioridade em que o corpus dessa pesquisa foi organizado, para melhor correlação com a historicidade, Pêcheux (2014[1990]) coloca que é impossível analisar o discurso como texto fechado sem relacioná-lo a outros discursos. Desse modo, embora a materialidade linguística discursiva seja o texto escrito, é válido ressaltar que a análise empreendida adiante não é do texto em si, mas da movimentação dos efeitos de sentidos da resistência e sua relação com a exterioridade. Ainda, ressalta-se que

o óbvio precisa ser analisado de modo crítico, pois entende-se que há discurso da resistência no Blogueiras Negras, no entanto, a AD não visa o *por que*, mas sim o *como*. Diante disso, segue o primeiro quadro contendo enunciados que serão apresentados e retomados para discussão.

7.1 QUADRO 1: “É DENUNCIANDO QUE RESISTIMOS”

QUADRO DE ANÁLISE I - SOBRE - QUEM SOMOS NÓS ¹⁵
<p>Quem Somos – Reinventando a tela</p> <p>SD1: Somos mulheres negras e afrodescendentes. Blogueiras com estórias de vida e campos de interesse diversos; reunidas em torno das questões da negritude, do feminismo e da produção de conteúdo. Sujeitas de nossa própria estória e de nossa própria escrita, ferramenta de luta e resistência. Viemos contar nossas estórias, exercício que nos é continuamente negado numa sociedade estruturalmente discriminatória e desigual.</p> <p>SD2: O racismo institucional e o mito da meritocracia garantem a distribuição nada democrática dos serviços de saúde e educação promovendo o adoecimento físico e emocional da população negra e afrodescendente; impedindo o acesso à tecnologia, aos recursos naturais e financeiros, aos espaços de poder como universidades e cargos de chefia. Desde a assinatura da lei áurea (grafada em minúscula de propósito) fomos condenados à subcidadania e marginalização.</p> <p>SD3: Porém é a invisibilidade que naturaliza o racismo em suas diversas modalidades. Não estamos nas capas de revista, nas bancadas dos jornais, nos laboratórios, nos cargos políticos. E apesar de algumas conquistas, ainda somos sub-representadas e estereotipadas nos discursos de beleza e moda. Prevalece o desinteresse em mostrar nossos rostos, nossos corpos, as questões que nos afetam, as tradições e manifestações culturais que nos representam.</p> <p>SD4: Não por acaso, temos em nossa origem a <u>Blogagem Coletiva Mulher Negra</u> cujo objetivo foi a aproximação de discussões acerca do Dia da Consciência Negra e do Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher. O sucesso do projeto revelou não somente a existência de um grupo de blogueiras negras e afrodescendentes escrevendo muito bem e muito; mas também a necessidade de criarmos espaços de visibilidade para produção tão significativa.</p> <p>SD5: Fazemos de nossa escrita ferramenta de combate ao racismo, sexismo, lesbofobia, transfobia, homofobia e gordofobia. Porém, também pretendemos ser uma comunidade; um espaço de acolhimento, empoderamento e visibilidade voltados para a mulher negra e afrodescendente. Acreditamos que a troca de vivências e opiniões em função da negritude partilhada não é apenas desejável, mas um objetivo comum. Queremos celebrar quem somos, quem fomos e quem seremos.</p>

¹⁵ Disponível em: < <http://www.blogueirasnegras.org/quem-somos/>> Acesso em: 07/12/2020.

O primeiro quadro é composto por seis SD's que constituem a materialidade linguística discursiva da guia *sobre*, na aba *quem somos nós?*. Neste item, as mulheres se apresentam, reivindicando o direito de se sustentar os seus próprios dizeres, com as suas vozes e expressando que o modo delas gritarem¹⁶ se dá ao escrever. A escrita, a princípio, funciona como mecanismo para que essas mulheres tenham acesso à verdadeira liberdade. Num viés discursivo teórico metodológico, a escrita é lugar de discurso, assim, sendo este lugar de discurso, ela será este espaço em que saber e poder estarão em embate.

Com base nisso, para analisar este quadro, foram invocadas algumas noções da AD, como *silêncio* e *silenciamento* a fim de compreender o protesto dessas mulheres a partir da escrita que remete ao *efeito de sentido* de resistência, buscando na história, nas memórias os sentidos que foram construídos em torno dessas mulheres e os sentidos que elas mesmas construíram sobre si.

Assim, como categorias de análise, foram elegidos os verbos conjugados na primeira pessoa do plural (nós) com o intuito de verificar o modo de dizer do sujeito, a voz do eco, aquela que se faz ouvir outras palavras representando uma comunidade e delimitando o limite da FD. Sendo assim, os processos de subjetivação que constitui o funcionamento do discurso, do sujeito e dos sentidos são alusões necessárias que tornam possível o *discurso*.

O ato de falar¹⁷ ou de dizer para as mulheres negras é extremamente relevante, pois, por meio da voz, da palavra, do dizer, elas *resistem*, sendo perceptível na colocação empreendida pela acadêmica brasileira e feminista negra Lélia Gonzalez (1984), a qual elabora reflexões a respeito do *infans*, isto é, o sujeito que não tem fala própria, pois este sempre é falado pelo outro, a exemplo, no caso da criança, esta é sempre falada pelos adultos.

Nesse sentido, Gonzalez (2020) reivindica o ato de falar das mulheres negras dentro do feminismo que teve como ponto de partida a luta das sufragistas no continente europeu, luta empreendida pelas mulheres brancas, e que, posteriormente, foi estendida para outros continentes e países. O referido feminismo visava as mulheres, no entanto, as pautas no interior deste não levava em consideração as mulheres negras, indígenas, por exemplo; nesse caso, pautas sobre mulheres de modo geral não eram e não são suficientes se algumas são aclamadas demasiadamente e outras silenciadas e apagadas. Assim, Djamila Ribeiro (2017), filósofa,

¹⁶ Isto é, se fizerem ouvidas, a materialidade linguística discursiva selecionada, o modo como elas articulam as palavras nas sentenças leva a esta compreensão.

¹⁷ O ato de falar em questão não é o mesmo apresentado na pragmática como *atos de fala*. Na ocasião desta dissertação, refere-se ao sentido literal do corpo negro que discursa por meio da fala ou da escrita.

professora e feminista negra, refletiu sobre a importância do lugar de fala, isto é, do lugar da experiência que os sujeitos mulheres negras vivem.

Sueli Carneiro (2011) filósofa, feminista e acadêmica negra, também ao refletir sobre o mito da fragilidade construído em torno da mulher, questiona: *de que mulher estamos falando?* De maneira complementar às provocações abordadas, Conceição Evaristo (2017), mulher negra, escritora na área da literatura, em seu poema *Vozes-Mulheres* escreveu: “A voz de minha filha/recolhe em si/ a fala e o ato./ O ontem – o hoje – o agora./ Na voz de minha filha/ se fará ouvir a ressonância/ O eco da vida-liberdade”. Portanto, é possível depreender que essas autoras apresentam em comum a questão da fala da mulher negra.

Nessa direção, ao refletir sobre a fala numa perspectiva discursiva, entende-se que a oralidade está situada na ordem da dispersão¹⁸, isto é, nas possibilidades outras de significar, portanto, “quem fala não precisa da legitimação da autoria” (ORLANDI, 2003, p. 16). Historicamente, foi negado o direito de dizer às mulheres e à comunidade negra como todo, e tal não está atrelado ao efeito de passividade por parte dos oprimidos, mas sim às relações de poder por parte dos opressores. Estes, por sua vez, se utilizam da escrita, a qual também é um mecanismo que promove relações de poder na sociedade para institucionalizar ditos, memórias que exaltavam e ainda exaltam os privilegiados. Por exemplo, na perspectiva histórica do Brasil, os europeus sendo pessoas etnicamente brancas se colocavam como seres superiores aos africanos e povos originários.

Desse modo, pelo fato de a fala estar na ordem da *dispersão*, e, embora, abra espaço para possibilidades outras de significação, por sua vez, quando não registrada, isto é, materializada, seja por meio da escrita, seja pela oralização, ela se perde, pois, elementos novos podem ser introduzidos e elementos já contidos podem ser esquecidos. Logo, a fala é importante pois também é lugar de discursividade, isto é, abre espaço para a circulação de novos sentidos, e, ao mesmo tempo, o esquecimento de outros, pois, como Orlandi (2015, p. 56) infere

[...] falar é esquecer. Esquecer para que surjam novos sentidos, mas também esquecer apagando novos sentidos que já foram possíveis, mas foram estancados em um processo histórico – político silenciador. São sentidos que são evitados, de-significados.

¹⁸ Dito isso, não significa que a oralidade não siga determinada ordem mesmo com as perdas e/ou ganhos de elementos que ela sofre, pois, de acordo com Moreira (2009), a dispersão também segue determinada ordem.

Assim, acresce que, para as mulheres negras, o ato de falar¹⁹ permite a ressignificação, ou como está escrito no início da guia “Quem somos nós?” a reinventar, isto é, esquecer o que foi falado sobre elas antes, e agora, poder dizer sobre si mesmas. No entanto, este *dizer* não são palavras soltas, mas vocábulos que acarretam efeitos de sentidos, sendo termos e ditos que se materializam por meio da escrita.

Desse modo, ao responderem “quem somos nós”, as Blogueiras Negras subjetivam e expõem qual FD elas se inscrevem e se identificam como sujeitos atuantes no feminismo negro. Então, elas se colocam como:

SDI: “Sujeitas de nossa própria história e de nossa própria escrita, ferramenta de luta e resistência. Viemos contar nossas histórias, exercício que nos é continuamente negado numa sociedade estruturalmente discriminatória e desigual”.

Esse dizer retoma não apenas a emancipação de mulheres negras no presente, mas também acessa a *memória estruturada pelo esquecimento* (ORLANDI, 2003) do período da escravidão e épocas sucessoras. O que está sendo discursivizado na materialidade SD 1 dialoga com o efeito de sentido que circula e está sempre em repetição nas redes sociais, dito do seguinte modo: “somos o sonho de nossos ancestrais”. É pertinente relacionar esta SD com este dito, pois os sujeitos mulheres negras remontam a memória do passado, e, ao mesmo tempo, elas fazem por meio deste dizer o desdobramento dos nós, pois há um nós atual e um nós ancestral. Então, elas atualizam a memória ao falarem de si, por mais que elas partem do presente, entende-se com base nos estudos da AD que o sujeito é histórico.

Os sujeitos-mulheres negras rompem o passado de dor, no qual outras mulheres negras o vivenciaram e tiveram que lutar para que outras pudessem chegar a lugares que elas mesmas ainda não tinham adentrado, como em escolas, universidades e instituições devido à proibição na ordem da dominação e exploração legitimada tanto pelo jurídico, quanto pelo político. Mariani (2020, p.18) afirma que “o discurso político se legitima pelo jurídico, se instaura pelos aparelhos de repressão”, assim, essas mulheres foram interdidas por muito tempo de serem intelectuais ou artistas em razão de tais relações de poder que as *silenciavam politicamente* e as distanciavam das oportunidades. Isso porque, conforme Viola Davis, atriz norte-americana,

¹⁹ O ato de falar em questão não é o mesmo apresentado na pragmática como *atos de fala*. Na ocasião desta dissertação refere-se ao sentido literal do corpo negro que discursa por meio da fala ou da escrita.

disse²⁰: “a única coisa que separa as mulheres negras de qualquer outra pessoa é a oportunidade”. Assim, ser *sujeitas da própria história* é viver, fazer, ser aquilo que as ancestrais não foram, não porque não quiseram, mas porque elas foram *silenciadas* (ORLANDI, 2007) e *suprimidas* (COLLINS, 2017).

A partir disso, compreende-se algumas das razões pelas quais os sujeitos mulheres negras se apresentam num tom de reivindicação pelo direito de sustentar os seus próprios dizeres. O mecanismo que elas utilizam é a escrita, pois esta representa para elas um modo de se colocarem no mundo, dizerem de si e sobre si, como posto na materialidade da SD1: “*nossa própria escrita, ferramenta de luta e resistência. Viemos contar nossas histórias, exercício que nos é continuamente negado numa sociedade estruturalmente discriminatória e desigual*”.

Ademais, a escrita é o modo de fazer funcionar a resistência, pois, por meio da escrita, as mulheres negras numa perspectiva discursiva *ousam pensar por si mesmas* (PÊCHEUX, 2014), daí entende-se ao quê e a quem elas resistem, cuja dominação é evidenciada por elas na SD1 a fim de denunciar aquilo que as oprime socialmente: a *discriminação* e a *desigualdade*.

O tom de protesto se instaura como aquilo que pode ser concebido como a *retórica do oprimido*, pois Orlandi (2007, p. 29), ao tratar do silenciamento, assevera que este pode ser “considerado tanto parte da retórica da dominação (a da opressão) quanto de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência).” Com isso, o grito e o tom do protesto estão na ordem da retórica do oprimido, haja vista que, se de um lado, tem-se a retórica da dominação, de outro, há retórica do oprimido, pois só pode haver *resistência* se existir dominação, como propôs Michel Pêcheux (2014).

Assim, a escrita, quando se torna um espaço de outras possibilidades de significar, permite que os sentidos fluem, por exemplo, o texto jurídico escrito pela princesa Isabel em 1880, que, ao assinar a Lei Áurea promoveu um *efeito de fechamento* (ORLANDI, 2010), pois através dela, discursiva e historicamente se institucionalizou uma memória de que a libertação dos escravizados foi um ato de bondade, apagando e silenciando a luta dos abolicionistas. Desse modo, quando os sujeitos-mulheres negras escrevem no *Blogueiras Negras*, abrem-se caminhos para outros efeitos de sentidos e gestos de interpretação, e mais, elas promovem novas memórias no espaço das redes sociais que refletirão nas condições de produção e circulação no social.

²⁰ Viola Davis pronunciou este discurso no Emmys 2015. Disponível em: <<https://www.pordentrodafrica.com/cultura/viola-davis-a-unica-coisa-que-separa-a-mulher-de-cor-de-qualquer-outra-pessoa-e-a-oportunidade>> Acesso 2022.

Adiante, quando as autoras do blog apontam o *racismo institucional* e a *meritocracia*, elas estão *evidenciando* essas práticas (MOREIRA, 2007) não para naturalizar ou considerar como correto ou bom, mas sim para demonstrar as consequências da escravidão. Assim sendo, os sujeitos mulheres negras o faz por meio da escrita, pela qual elas *desestabilizam* a ideologia existente em torno delas, como o racismo constituinte da estrutura da sociedade, o qual foi institucionalizado nos arquivos discursivos de ordem política e jurídica ao longo dos anos. Desse modo é escrevendo tais palavras (racismo, meritocracia) que os sujeitos mulheres negras evidenciam mecanismos potenciadores de violência, os quais constituem o sistema de opressão. Tais palavras tem efeito de sentido de denúncia na extensão dos significados delas.

A respeito disso, Orlandi (2003, p.15) infere que “para significar, nossas palavras já fazem sentido, se produzem em uma memória significativa, para que possa ser interpretadas”. Logo, essas palavras também favorecem a circulação dos sentidos, isto é, uma relação parafrástica entre os sujeitos blogueiras negras que pertencem àquela FD e também entre as outras “nós” mulheres negras que estão externas àquela FD, sendo válido ressaltar que uma FD não é fechada em si mesmo, mas antes, para seu funcionamento pleno, ela estabelece relação com a exterioridade, com o interdiscurso (memória).

A FD determina *o que pode e deve ser dito* (PÊCHEUX, 2014 [1975]), as palavras ditas *racismo institucional* e *meritocracia* estão na ordem do “devem ser ditas”, pois, estas atualizam memórias, como o período escravagista, o pós abolição (marginalização) e se atualiza como léxico que parece ter uma produção, reprodução e circulação recente —meritocracia— a qual representa um discurso que aponta para a vontade, verdade (FOUCAULT, 1999) de grupos que emanciparam e ascenderam historicamente por meio daquilo que Orlandi (2007) denomina de *política do silenciamento*. Assim, é por meio desta que o grupo que detém o poder interdita, silencia e apaga, ou seja, priva o outra da sua própria liberdade.

Desse modo, os sujeitos mulheres negras ao colocarem tais palavras conceituais para compreendê-las, é necessário movimentar os sentidos, isto é, relacioná-los com as exterioridades, as memórias e discursos outros. O discurso da resistência funciona por meio dessa movimentação dos sentidos, a qual coloca certas reflexões aos sujeitos acerca da sua própria posição no interior da FD. Como bem colocou Pêcheux (2014 [1975], p.281) “não há dominação sem resistência: primeiro prático da luta de classes, que significa que preciso “ousar e se revoltar”. Portanto, o conhecimento, a reflexão e o saber estão na ordem da ousadia; a revolta, a seu modo, está na ordem da indignação, e pode-se considerar que é por meio do

equivoco, do *ato falho* que a resistência acontece, ou seja, quando o assujeitamento perfeito mostra os seus furos, esses estão atrelados ao posicionamento do sujeito.

Assim, concernente ao sujeito, é interessante ressaltar que o *nós* que se desdobra nessa condição de produção do Blog, na SD1 “*Sujeitas de nossa própria estória e de nossa própria escrita*”, refere-se a um *nós* que se constitui do passado que fala antes, que tem uma história, e o outro *nós* no Blogueira Negras que visam outros objetivos na atualidade deste espaço enunciativo. Desse modo, os que aparecem na materialidade são os *nós* que instauram o acontecimento discursivo (PÊCHEUX, 2015), pois eles atualizam e evocam memórias. Assim, quando elas escrevem sobre si, na voz delas (isso num viés discursivo), ecoam vozes outras, isto é, vozes de outros *nós*, pois os sujeitos mulheres negras do agora são a continuidade dos sujeitos mulheres negras que vieram antes.

Na materialidade da SD2, percebe-se que são apontadas as falhas sociais, a desigualdade e a discriminação, as quais as *Blogueiras Negras* legitimam como as *causas* que elas se dispõem a lutar: SD 2: “*Desde a assinatura da lei áurea (grafada em minúscula de propósito) fomos condenados à subcidadania e marginalização.*” Por estes termos *subcidadania* e *marginalização*, compreende que tais são frutos da lei áurea que outorgou a lei da abolição, a qual promoveu efeitos de sentidos de liberdade, mas que se contradizem, isto é, rompe com aquilo que o grupo libertado entendia e desejava enquanto liberdade, pois a ausência de subsídios os colocavam reféns do poder jurídico e político, visto que os sujeitos afrodescendentes escravizados foram apagados, silenciados e excluídos (ORLANDI, 2007). Esse silenciamento ocorreu desde a exclusão dos corpos negros de lugares de poderes do social, até o assassinato de muitos negros por parte do estado (junto ao político e jurídico).

No que lhe concerne, a margem pode ser entendida como o lugar dos “silenciados”, daqueles que estão fora. Assim, à vista do *aparelho repressivo do estado*, se o sujeito negro corre “é bandido”, se portar um guarda-chuva em dia de chuvoso “é bandido”, se possui arma ilegal “é uma ameaça: mata-o”, se tem bom carro “é roubado, liberar, atirar: 80 tiros”, se é o filho da empregada que chora pela sua mãe na casa do patrão, a criança deve ‘se virar’, ela é colocada dentro do elevador – “Caiu do 9º andar”. Sendo assim, isso nada mais é do que *subcidadania* quando alguns cidadãos estão sob uma relação de poder tamanha que os relega ao subalterno. No entanto, mesmo havendo a subalternidade, há resistência.

Por consequência, a subalternidade é o modo de funcionamento da dominação/opressão. Essa interdição em torno do sujeito negro está relacionada à *política do silêncio*, da *censura*

que se instauram pelos aparelhos tanto ideológico, quanto repressivo do estado. À vista disso, entende-se que a política do silêncio segue determinada ordem de produção, seleção, organização e exclusão e interdição, a fim de dominar corpos, ideias, memórias e até mesmo o sentido. Entretanto, como o sujeito condenado à interpretação (ORLANDI, 2012) os sujeitos, ao lutarem, rompem com esta ordem, ou seja, resistem.

Desse modo, é assim que Pêcheux (2014) empreende a reflexão sobre resistência a partir da premissa *só há causa daquilo que falha* (PÊCHEUX, 2014 [1975]). A falha é a aversão à perfeição, ou seja, os sentidos não podem ser controlados, embora há tentativas, o gesto de interpretação não pode ser único, e a ideologia que atravessa os discursos não leva o sujeito ao assujeitamento perfeito, pois em oposição a isso, está a falha, isto é, a resistência.

Com relação à *invisibilidade*, esta é uma consequência da escravidão, pois, neste período, pessoas negras escravizadas não eram vistas como pessoas no sentido humano, mas, como meros objetos do ponto de vista dos exploradores, além disso, para eles, ter escravos era sinônimo de poderio, ascensão social. O discurso sobre a *invisibilidade* remete a essa memória, a qual diz respeito à *desumanidade* e também à ausência da *representatividade*. Quanto a esta última, pode-se refletir que:

Em sua constituição subjetiva, o sujeito não representado é aquele que tem dificuldade em se reconhecer naquele outro posto como padrão, a partir do qual as demais existências serão avaliadas e hierarquizadas. O sujeito negro não-representado só tem como espelho –como ideal social - o branco. (SILVA & SILVA, 2019, p. 43)

A *invisibilidade* sendo a ausência da *representatividade*, ela é uma falha, logo, a causa pela qual se luta é a de representação. Lutar pela *representatividade* é uma forma de o sujeito resistir discursivamente, pois há nas entrelinhas o *ousar pensar por si mesmo* (PÊCHEUX, 2014 [1975]). E ao se posicionar deste modo, o sujeito tende a desestabilizar a supremacia que tenta dominar e perpetuar a discriminação e a desigualdade. As *Blogueiras Negras* na materialidade SD3 posicionam discursivamente afirmando: “*Não estamos nas capas de revista, nas bancadas dos jornais, nos laboratórios, nos cargos políticos.*” O efeito de sentido dessa frase remete ao discurso da *invisibilidade* produzido por sujeitos privilegiados, os quais são etnicamente brancos, em sua maioria, atravessados pela ideologia eurocêntrica numa perspectiva de raça, gênero e também de classe, em detrimento dos sujeitos negros, afrodescendentes em diáspora que buscam conhecer (remontar) a sua própria história que foi alvo de apagamento. A partir desta reflexão das entrelinhas desta materialidade, entende-se que a invisibilidade funciona por

meio do silêncio *local* (ORLANDI, 2007), pois coopera para aquilo que Gonzalez (2020) denomina de *racismo cultural* presente nos discursos proferidos pelas feministas não negras, nesses discursos estavam “presentes os velhos mecanismos do ideal de branqueamento, do mito da democracia racial” (GONZALEZ, 2020, p. 43).

A dominação para se perpetuar no poder, na tentativa de estabilizar os sentidos, *evidencia* (MOREIRA, 2007) por meio de dizeres, discursos que parecem englobar, no caso do feminismo, todas as mulheres, mas, concomitantemente, tornam invisíveis as questões particulares que afetam outros grupos de mulheres. A dominação que não se limita apenas às mulheres não negras, mas a toda uma sociedade patriarcal, predominantemente branca que exerce *relações de poder, silenciamentos, apagamentos* tendo como objetivo social suas próprias questões e pautas, e *invisibilizando* outras²¹. Em circunstâncias dadas, falam-se de *a* para invisibilizar *b*, silêncio constitutivo (ORLANDI, 2007), além do silêncio constitutivo, evidenciamento (MOREIRA, 2007), pois apresenta-se *a* para naturalizar e fundar discursividades a partir de *a* e desnaturalizar e des-significar *b*.

Diante disso, a mulher negra, por muitas vezes, foi silenciada numa pauta sobre mulheres. Ela não foi e nem é mencionada, pois, nessa ocasião, os assuntos debatidos parte de um grupo específico de mulheres que não negras (BENTO, 2014). Ao colocarem sobre isso, as *Blogueiras Negras* afirmam na SD3:

“E apesar de algumas conquistas, ainda somos sub-representadas e estereotipadas nos discursos de beleza e moda. Prevalece o desinteresse em mostrar nossos rostos, nossos corpos, as questões que nos afetam, as tradições e manifestações culturais que nos representam”.

Quando essas mulheres *denunciam isso por meio da escrita, elas estão “falando” e*, ao mesmo tempo, segundo Orlandi (2007) “o ato de falar é de separar, de distinguir e paradoxalmente, vislumbrar o silêncio e evitá-lo. Esse gesto disciplina o significar, pois já é um projeto de sedimentação do sentido.” Ou seja, elas resistem evitando o silêncio, e o ato de denunciar é a ação de evitar o silêncio, e isso traz um novo gesto de interpretação, pois “falar é esquecer”. Esquecer para que surjam novos sentidos” (ORLANDI, 2015, p. 56).

²¹ Invisibilização, também pode ser entendida quando as lutas das mulheres negras não ficam destacadas dentro das lutas maiores, ficam apagadas, mas não há um evidenciamento para naturalizar, para apagar, para invisibilizar o discurso antagônico a qual resiste. Não estão representadas, mas provocam invisibilidade sim, se elas não ficam representadas nessas lutas, estão invisibilizadas, porém, no processo discursivo, a invisibilidade não funciona do mesmo modo e não se trata de evidenciamento no sentido da resistência. Pois, ao evidenciar, as mulheres apagam sim, as lutas menores, mas não é o mesmo do modo, ou seja, não é evidenciamento para resistir. Não há entre as mulheres e mulheres negras uma tentativa de invisibilização, pois essas mulheres não estão resistindo a essas mulheres negras, sendo, assim, um outro modo de funcionamento que cabe numa pesquisa futura.

Por esse motivo, a resistência está funcionando em forma de denúncia pelas palavras ditas por estas mulheres que remetem a este efeito de sentido, sendo interessante observar que tais palavras são iniciadas por *prefixação*, como *desinteresse*, *sub-representação*. Nesse sentido, os prefixos dessas palavras utilizadas por essas mulheres são evidenciados (MOREIRA.2007) para desnaturalizar e desconstruir o sentido já existente, e isso é um ato discursivo de resistência, pois ali está o desejo (ousar pensar por si mesma) no sentido do direito de serem interessantes e representadas como elas realmente tem o direito, assim como as outras mulheres.

Ao dizerem desse modo, elas correspondem à opressão imposta pela colonização, a qual silenciou, apagou, oprimiu e excluiu muitas pessoas negras desde a escravidão até a contemporaneidade. Então, falar/escrever sobre as opressões é fazer circular sentidos e possibilidades outras de significação em torno do grupo, lembrando que este quadro está dentro da guia de apresentação, intitulada “Quem somos nós?”.

A apresentação visa fazer conhecer a respeito de determinado assunto, pessoa, grupo e afins, ela é lugar de discurso de evidências, de silêncios, de memórias e também, ideologia. O sujeito que fala representando o grupo com o objetivo de apresentá-lo, busca, no seu dizer, a história de consolidação do grupo dele, ou seja, as memórias. Isso é um modo de funcionamento da resistência, a SD 4 enquanto materialidade linguística discursiva aponta isso: “*Não por acaso, temos em nossa origem a Blogagem Coletiva Mulher Negra²² cujo objetivo foi a aproximação de discussões acerca do Dia da Consciência Negra e do Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher*”.

Posto isso, a apresentação empreendida pelas *Blogueiras Negras* evoca *acontecimentos discursivos* (PÊCHEUX, 2015) a qual é o ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória; quando elas mencionam as duas datas supracitadas, entende-se discursivamente que memórias se atualizam à medida que os sujeitos as acionam. Se por um lado, tem-se a ideologia dominante que tentou *arquivar* determinados acontecimentos para *silenciar sentidos*, bem como o dia da Consciência Negra, sendo uma data outorgada devido à resistência do Movimento Negro Unificado ao 13 de maio. Pelo outro, tem-se essas mulheres *evidenciando* duas datas importantes que tratam das temáticas de raça e classe a fim de demonstrar de onde elas estavam vindo.

²² Sublinhado de autoria do próprio Blog.

Quando os sujeitos mulheres negras tratam de suas trajetórias anteriores ao blog, essas mulheres não estão contemplando todas as mulheres negras, mas estão *dividindo* este “nós”; no caso, esse “nós” é o “nós elas”, pois elas são aquelas que organizam o grupo, e, para que o espaço do *Blogueira Negras* seja lugar de resistência, nessa apresentação, elas precisam *ousar e se revoltar* (PÊCHEUX, 2014 [1975]). Isso as levam a denunciar as opressões sofridas por elas e pelo grupo de mulheres negras, a fim de que haja *identificação e inscrição* de outras mulheres negras e demais pessoas que se interessam pelo tema na FD do feminismo negro, sendo o *Blogueira Negras*, propriamente dito.

Como prática discursiva, a resistência *deve* estar na ordem do quantitativo e do qualitativo, assim, elas continuam na SD4: “*O sucesso do projeto revelou não somente a existência de um grupo de blogueiras negras e afrodescendentes escrevendo muito bem e muito; mas também a necessidade de criarmos espaços de visibilidade para produção tão significativa*”. Percebe-se que o quantitativo está na ordem do *silêncio constitutivo*, a descoberta de um grupo com a quantia não precisada, e o *qualitativo* está na ordem do evidenciamento a fim de que novos sentidos sejam naturalizados, pois o grupo é excelente naquilo que propõe fazer, e isso, de certo modo, levou à necessidade de criação deste espaço para *visibilidade* ou melhor, evidenciamento, ou seja, o lugar para funcionamento da resistência.

Para além dessas sucintas reflexões, vale ressaltar que há outro aspecto que perpassa e constitui o funcionamento da resistência sendo o equívoco. Isso é perceptível nos desdobramentos do “nós”, o qual se divide em “nós elas” e “nós outras mulheres negras”, e também, nas contradições, bem como a que está presente na SD 5: “*Fazemos de nossa escrita ferramenta de combate ao racismo, sexismo, lesbofobia, transfobia, homofobia e gordofobia. Porém, também pretendemos ser uma comunidade; um espaço de acolhimento, empoderamento e visibilidade voltados para a mulher negra e afrodescendente*”.

Como já observado, a escrita é o mecanismo de resistência contra o racismo e às outras formas de opressões/violências, por isso, elas usam a palavra *combate* para se referirem a tais. Ao mesmo tempo, elas inserem o “porém”, o qual aponta para o objetivo, a meta, a pretensão, e elas silenciam, isto é, não falam sobre as violências sofridas pelas mulheres negras. Isso ocorre porque o silêncio na ordem da retórica do oprimido precisa silenciar outras para resistir. A resistência emerge em resposta à dominação, desse modo, ao refletir sobre isso, o ato de resistência dessas mulheres precisa da especificidade, ou seja, é preciso especificar (de qual mulher estamos falando) e indicar o objetivo daquele dizer: “*porém, também pretendemos ser*

uma comunidade; um espaço de acolhimento, empoderamento e visibilidade voltados para a mulher negra e afrodescendente”.

Nessa colocação, apagam-se outras possibilidades de significação, pois, quanto mais incidente e enfática for a especificação, mais acirrado será o *efeito de fechamento*. Assim, adentra-se na *censura necessária do oprimido* (ORLANDI, 2007), pois para o sujeito se fazer ouvido, ele precisará silenciar outros sujeitos que não se identificam e que não estabeleceram uma relação *parafrástica* com seu dizer, visto que ambos não se inscreveram e nem se inscrevem na mesma FD.

Desse modo, para a resistência funcionar, é preciso bloquear, silenciar e até mesmo, na medida do possível, criar outros espaços para que o dizer do oprimido seja possível. É a partir da compreensão deste modo de funcionar do discurso/prática da resistência que se torna possível entender o por que da criação de *“um espaço de acolhimento, empoderamento e visibilidade voltados para a mulher negra e afrodescendente”*.

Mediante a perspectiva histórica, a dominação, referindo aos exploradores, alcunhados como “senhores de engenhos” exerceram poder *separando e censurando*, ou seja, para dominar e na tentativa de evitar aquilo que a história chamaria de *rebelião*, Pêcheux (2014) denomina de *resistência o ousar revoltar pensar por si mesmo*, os brancos ocidentais criaram a “oposição” chamada negra (MBEMBE, 2014). Há várias discussões filosóficas e psicanalíticas a respeito disso que, no entanto, serão estudadas em trabalhos futuros.

Assim, o que se pretende com a penúltima colocação é refletir sobre a aderência do termo negro, no caso, mulher negra, para a comunidade de blogueiras, pois, ao serem referidas e ao se referirem a elas (si) mesmas como *Blogueiras Negras* que visam o *“empoderamento e visibilidade voltados para a mulher negra e afrodescendente”* é uma forma de resistência por meio da *tomada da palavra*, independentemente da discussão em torno da palavra negro. Logo, entende-se que as autoras tomaram a denominação “negra” a fim de especificar para evidenciar, naturalizar e resistir.

Desse modo, elas afirmam: *“acreditamos que a troca de vivências e opiniões em função da negritude partilhada não é apenas desejável, mas um objetivo comum. Queremos celebrar quem somos, quem fomos e quem seremos”*. Nessa colocação, é perceptível, novamente, o *nós* se dividindo, se referindo ao *nós* que promove *regularidades* no interior do blog a fim de fazer funcionar o discurso / prática da resistência. Para que os sentidos circulem e sejam comuns, é

preciso *falar o mesmo, porém de modos diferentes*, isto é, o primado do interdiscurso. Orlandi (2012, p.59) afirma que “esse efeito é produzido pela relação com o interdiscurso, a memória discursiva: algo fala antes, em outro lugar, independentemente. Tenho definido o interdiscurso como a memória que se estrutura pelo esquecimento”. À vista disso, a troca de *vivências e opiniões* é o modo de fazer funcionar e robustecer a resistência, portanto, a “*negritude partilhada não é apenas desejável, mas um objetivo comum.*”

Nessa direção, a resistência para Pêcheux (2014 [1975]) está atrelada à *realização do desejo inconsciente*, portanto, ela pode ser manifestada pelo ato falho e/ou pelo lapso; para o autor, *a vida resiste*, desde a relação (acontecimentos) na vida dos sujeitos na exterioridade do social aos acontecimentos minimalistas da vida biológica; a resistência acontece. A *troca* funciona como mecanismo de força para a resistência, pois a *troca* viabiliza a propagação de saberes, isto é, as possibilidades outras de significar e ao mesmo tempo de *identificar* os sujeitos mulheres negras. O *Blogueiras Negras* pode ser considerado uma FD na perspectiva de Michel Foucault (2008, p.43), o qual propôs que:

se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva.

E ao analisar elementos como *as escolhas temáticas* e *as regularidades* do respectivo blog, englobando os subitens, sendo, a *ordem*, as *correlações*, as *posições*, os *funcionamentos* e as *transformações*, eles estão dentro do escopo daquilo que Foucault (2008) chama de FD. Pêcheux (2014 [1975], p. 147) afirma que uma FD consiste naquilo que:

numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.).

Essas colocações em SD's estão articuladas sob a forma do *blog* Blogueiras Negras, o qual, em seu funcionamento determinada *o que pode e deve ser dito*, há quem dita e controla, e se preciso silencia, a fim de manter a *ordem do discurso* da resistência funcionando em comunidade. Assim, essas mulheres buscam celebrar as heterogeneidades discursivas dos *nós* - “*Queremos celebrar quem somos, quem fomos e quem seremos*”. O *quem somos* se divide em “*nós mulheres negras elas criadoras do site*” “*nós: outras mulheres negras*”; o *quem fomos* se divide em “*nós: mulheres negras ancestrais*”; “*nós mulheres negras elas criadoras do site*”; “*nós: outras mulheres negras*”; já o *quem seremos* diz respeito às filhas, netas das ancestrais - “*nós*

mulheres negras elas criadoras do site” e “nós: outras mulheres negras. A *correlação* contribui de modo significativo para o funcionamento da resistência e para a identificação de outras mulheres negras que ainda não conheciam o blog a se identificarem com FD.

Diante da dominação de pessoas brancas durante séculos, as quais propagaram desigualdades, e, principalmente, desumanizações e segregações entre pessoas negras, na tentativa de controlar para que não houvesse rebeliões e/ou resistência, espalharam as pessoas negras, impediram jurídico e politicamente de estudarem e ascender socialmente, e, além disso, viabilizar o ódio a si mesmas, fez com que a unificação entre pessoas negras para uma possível mudança fosse enfraquecida. Desse modo, a *comunidade*, o *coletivo* ou *quilombismo*, bem como propôs Abdias Nascimento (2012), são lugares de discurso, de poder e provedores de resistência, logo, *Blogueiras Negras* está situado nesse lugar de *ressignificação* e reinvenção.

Nesse espaço, se discute e festeja a afrodescendência, bem como os sujeitos mulheres negras se colocam discursivamente na materialidade da SD6: “*Como espaço de discussão, festejaremos nossa afroascendência.*” O léxico “festejar” é fundamental para legitimar o discurso da resistência, pois, o sentido construído em torno da africanidade demonizava a cultura, não remetia ao efeito de sentido de orgulho por ser descendente de tal, porque, a exploração de vidas negras na escravidão, não apenas interditou a liberdade, como também, promoveu o apagamento de memórias. Ressalta-se que algumas memórias resistiram à dominação e existem até nos dias de hoje, entretanto, outras ainda precisam ser resgatadas.

Desse modo, festejar é tornar positivo aquilo que se constituiu historicamente como negativo, assim ao dizer, *festejar* elas *esquecem*, isto é, *silenciam* sentidos construídos em torno da cultura em si. No entanto, ainda na SD6, os sujeitos mulheres negras posicionam: “*Ressignificaremos o universo feminino afrocentrado através do registro nossas histórias, nossas teorias e sentimentos*”. Com base nisso, a desinência número pessoal (mos) incutida em *ressignificar(emos)* representa o “nós mulheres negras elas criadoras do site”, assim, o léxico *ressignificar* contribui para fazer funcionar o discurso da resistência, o prefixo “*re*” remete a ideia de “significar de novo”, ou seja, já existe um significado posto, no entanto, é preciso *ressignificar*, isto é, um modo de resistir dentro deste universo feminino afrocentrado e isso acontecerá por meio do registro de textos escritos e afetos.

Nesse sentido, elas não se opõem apenas aos outros universos femininos, mas elas propõem uma nova forma de significar no interior do *universo feminino afrocentrado*. A resistência funciona como este desvio de sentidos, ou seja, nas diversas potencialidades de

significar, assim será “*escrevendo, gravando e produzindo, construindo nossa própria identidade como mulheres negras e afrodescendentes*” que essas mulheres materializarão essa resistência. Assim, entende-se que a resistência não está apenas na ordem do *dizer*, mas do *fazer*, ou seja, da *prática social*. A escrita, a gravação e a produção de conteúdo é a resistência que materializa. Por fim, “*mulheres de pena e teclado, reinventando a tela para que amplifique nossas vozes. Charô Nunes*” o prefixo “re” na palavra inventar, remete mais uma vez à resistência.

Eni Orlandi (2013), compreende o sujeito da resistência é aquele que afasta deste centro, ou seja, o *sujeito descentrado*, que não se ajeita/assujeita às condições de determinado meio, e conseqüentemente, ele não se prende na *sua ilusão de autonomia*, mas antes, há um *desejo* inconsciente que o leva à *revolta* contra aquela posição a qual ele ocupa não porque escolheu ocupa-la, mas que foi imposto pela dominação. Pêcheux (2014 [1975]) ao tratar da resistência afirmou que o assujeitamento não é perfeito, pois a vida como um todo resiste.

7.2 QUADRO 2: “O NÓS” QUE SE DIVIDE

QUADRO DE ANÁLISE 2 – FAQ²³

SD1: O Blogueiras Negras é uma plataforma de publicação feita por, para e sobre mulheres negras, em caráter afirmativo. Mas somos muito mais do que isso. Produzimos conteúdo para fazer a cabeça de todas aquelas que fazem parte da rede que foi formada para que nossa voz ganhasse expressão numa internet que, há cinco anos atrás, não dava minimamente conta dos recortes de gênero e raça.

SD2: Nós buscamos mudar isso e olhando para trás, nos sentimos orgulhosas de todo tempo, conhecimento, afeto, dinheiro e esperança investidos por todas as mulheres que são e foram coordenadoras, facilitadoras, autoras e colaboradoras do projeto. Sem toda essa vontade e ação, jamais teríamos chegado até aqui.

SD3: Porém, estamos num momento de inflexão, em que tudo aquilo que foi vivido está sendo reavaliado e estamos diante da urgente necessidade de fazer entender que constituímos uma acervo literário que para além de ser uma referência, precisa ser valorizado e protegido para que continue a existir, a ser acessado e usado como ferramenta de empoderamento e formação para nosso diverso público de leitoras.

SD4: Qual a MISSÃO das Blogueiras Negras?

A missão primeira do Blogueiras Negras é o fomento à escrita através da publicação e promoção de conteúdo feito por e para mulheres negras, sujeitas de suas próprias existências e narrativas, com o objetivo de interferir nas esferas públicas e privadas por meio a denúncia do racismo, machismo, classismo e opressões afins, de modo que o combate ao epistemicídio seja nada menos que ferramenta política.

SD 4.1: Pensando concretamente, estamos produzindo conteúdo para fazer a cabeça, contribuindo para o debate dentro da comunidade feminista negra e também fora dela. Até aqui, caminhamos por 5 anos com a conquista da visibilidade de nossas autoras e a contribuição para que o feminismo negro fosse cada vez mais longe; tudo isso fez com que tenhamos por necessidade essencial também a preservação e difusão de nosso acervo, visando sobretudo a formação de mulheres e jovens negras.

SD5: Quais são os VALORES das Blogueiras Negras?

Nossos valores são alinhados com aqueles do feminismo negro interseccional, com destaque para as seguintes autoras – Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Angela Davis, Audre Lorde e também Chimamanda Adichie, entre outras.

SD 5.1: Nos interessam as questões de raça, gênero, classe e suas relações obviamente. Nos colocamos como aliadas ao debates que são próprios ou afins ao feminismo negro como cisheteronormatividade, capacitismo, gordofobia, ageísmo, defesa do estado laico e afins. Essa é a espinha dorsal que estrutura a nossa linha editorial, sempre atrelada à ideia de que o texto produzido por uma mulher negra constitui seu corpo afetivo, político, identitário, comunitário a ser valorizados.

²³ Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/faq/> Acesso em: 07/12/2020

SD 5.2: Entendemos que estórias e visões de mundo precisam ser múltiplas, materializando por meio da escrita a representação de nossos corpos políticos, afetivos e intelectuais, de modo que o epistemicídio, tal como denunciado por Sueli Carneiro, se torna instrumento de incidência intelectual, afetiva, emocional e sobretudo política. Esse entendimento nos fez inclusive perceber que o próprio Blogueiras Negras tem muitas estórias sobre sua constituição e sobre todos esses anos que temos passado juntas. E todas são nossas estórias também.

SD 5.3: Acreditamos na liberdade de expressão, desde que não seja confundida com aquilo que se convencionou chamar de liberdade de ofensa, seja por produção ou reprodução de opressões, o que consideramos inadmissível no Blogueiras Negras. A máxima sobre a responsabilidade que o oprimido deve ter em não oprimir é um norte que procuramos seguir com rigor. Ademais, sempre estamos dispostas ao diálogo nesses casos, seja com nossas autoras ou comunidade de leitoras, desde que haja interesse da contraparte nessa conversa.

SD6: Onde queremos chegar?

Desejamos fortemente difundir a compreensão de que as mulheres negras que publicam no Blogueiras Negras produzem literatura e portanto somos também um acervo e patrimônio cultural que precisa ser utilizado como ferramenta de empoderamento e referência, mas também valorizado e preservado como registro de um momento histórico que tem sido estratégico para a luta contra o racismo, contra o machismo e opressões afins.

SD 6.1: É tarefa constante projetar ações voltadas para o combate do racismo, machismo, elitismo e outras opressões responsáveis pelo feminicídio negro, denunciando a correlação entre discurso e prática que nos matam inclusive pela ação institucional.

SD 6.2: Temos em nossa gênese o desejo de valorizar e remunerar as mulheres que trabalham como coordenadoras e autoras.

SD 6.3: O entendimento que nosso acervo constitui um patrimônio cultural a ser preservado e protegido de práticas predatórias como sua reprodução sem os devidos créditos ou permissão é um desafio que será enfrentado com muita seriedade e estaremos em diálogo constante para enegrecer a questão. Fazer entender que somos fruto da colaboração de incontáveis mulheres cujo investimento emocional e intelectual precisa ser respeitado.

SD 7: Qual a linha editorial do Blogueiras Negras?

Partimos do princípio que nossa espinha dorsal é o feminismo negro interseccional e a experiência da mulher negra. Nosso objetivo é fornecer material para o debate por meio do nosso protagonismo e visibilidade.

SD 7.1: Primamos pelo ativismo de interseção que direciona o olhar para as demandas e especificidades da mulher negra, evitando hierarquizar qualquer opressão. Não temos o objetivo ou a pretensão de protagonizar outras lutas, corpos e territórios que tem vida e atuação próprias, mas escrevemos em solidariedade a todas as mulheres que não são tradicionalmente contempladas pelos movimentos de hegemonia.

SD 7.2: Quando necessário, reconheceremos quaisquer camadas de privilégios que por ventura se apresentem. Tentamos nos manter atentas ao fato de que mulheres negras são um

grupo diverso e os mais variados agentes de opressão tem efeitos distintos sobre cada uma de nós. Assim, convidamos nossas autoras a considerar recortes de idade, geográficos, de corpo, classe, agentes de passabilidade, acesso à educação, branquitude, etc.

SD 7.3: Nos reservamos o direito de não publicar material de cunho transfóbico, racista, machista, classista, ageísta (de idade), sexista, capacitista, lesbo-homo-bifóbico, cissexista, gordofóbico e quaisquer outras formas de preconceito e opressão porque não compactuamos com nenhuma destas formas de agressão. Práticas como culpar a mulher pelo machismo, o negro pelo racismo ou o gordo pela gordofobia não serão toleradas.

SD 8: Quem pode representar/falar em nome do Blogueiras Negras?

Apenas a equipe denominada coordenação fala pelo Blogueiras Negras em espaços fora da comunidade, em casos específicos onde uma das membras da coordenação não possa comparecer a representação é repassada para uma membra da comunidade com a devida comunicação e alinhamento de ideias.

SD 9: Quem pode Publicar no Blogueiras Negras?

Nossa agenda é aberta para mulheres negras e afrodescendentes que participam de nossa comunidade de discussão no facebook. Uma vez estando nesse fórum, basta acessar a nossa agenda mensal informando a data, o tema escolhido e seu e-mail.

SD 10: Nosso blog também está aberto para mulheres negras que não fazem parte da nossa comunidade. Basta enviar seu texto acompanhado de uma breve descrição sobre quem você é. O link para seus perfis nas redes sociais sempre será bem vindo. Adiantamos que, nesses casos, a publicação do material enviado dependerá de disponibilidade de agenda.

SD 11: Posso copiar os textos das Blogueiras Negras?

Todo o site tem licenciamento Creative Commons Atribuição Uso Não Comercial Compartilhamento pela mesma licença 3.0 (by-nc-sa 3.0) e pode ser reproduzido apenas por veículos que não tenham fins lucrativos (caracterizados pela ausência de anúncios, não associação com a venda de conteúdo online ou impresso, ausência de patrocínio e apoios, etc) e que partilhem expressamente da mesma licença Creative Commons, além de observar as premissas abaixo:

SD 11.1: Para reproduzir nosso conteúdo, é preciso que

- seja respeitada a estrutura de nossos posts (nome da autora, corpo do texto e links de rodapé)
- a republicação de nossos textos aconteça somente após um prazo de 24 horas da sua publicação original.

SD 11.2: Caso haja interesse em publicar o material enviado em sites comerciais, esses termos não se aplicam e serão firmadas parcerias editoriais através da equipe de Coordenação do Blogueiras Negras, envolvendo os veículos interessados e a autora. Os termos dessas possíveis parcerias serão definidos caso a caso.

SD 12: Como envio meu material para o Blogueiras Negras?

Pedimos que seu material seja enviado para blogueirasnegras@gmail.com ou pela página [Envie seu Texto](#). Além de seu post, envie também uma breve descrição sobre quem

você é e seus links nas redes sociais e blog, se for o caso.

SD 12.1: Precisamos de pelo menos 5 dias para podermos fazer ajustes, se necessário. Durante este tempo, autora e editora permanecerão em contato caso haja demanda de revisão editorial. Se você quer escrever para o blog e deseja auxílio de nossa editora, esse prazo precisa ser maior ainda. Também solicitamos o envio de 2 sugestões de fotografias em boa definição, com licença de utilização não comercial e com os créditos do(s) fotógrafo(s).

SD 12.2: Em caso de atraso no envio do texto, nos reservamos o direito de disponibilizar a data

SD 13: O Blogueiras Negras é um site feminista?

Sim. Somos um grupo heterogêneo de mulheres que acreditam principalmente na igualdade econômica, social e política entre os sexos e sobretudo lutando para que essa igualdade seja conquistada pelas mulheres negras de diferentes classes, orientações sexuais, idades e biotipos.

SD 14: Porque pessoas Brancas não podem publicar no Blogueiras Negras?

O nosso espaço diz respeito as demandas, experiências e vivências das mulheres negras e afrodescendentes e por entendermos que ninguém melhor que nós mesmas para falar de nós, fazemos deste espaço um lugar exclusivo para o protagonismo das mulheres negras e afrodescendentes.

SD 15: Porque não há publicação de textos escritos por homens?

Existem muitos espaços organizados por homens, onde os mesmos falam, escrevem e protagonizam suas lutas. O “Blogueiras Negras” é um espaço que prioriza a escrita de mulheres negras por entender que a nós nos é negado lugares e discursos]

SD 16: Homens podem fazer parte da comunidade?

Não. A nossa comunidade se pretende um lugar autorganizado e seguro para que as mulheres falem das suas experiências, falem das suas dores e vitórias. Por isso, nada melhor do que estar entre nós mesmas para falar.

O segundo quadro diz respeito à guia FAQ (Frequently Asked Questions), ou seja, perguntas frequentes em português, sendo o espaço em que determinada organização ou site disponibiliza perguntas e respostas mais comuns aos usuários. A FAQ tem seu funcionamento semelhante ao gênero textual discursivo entrevista, no qual há o entrevistador, aquele que faria as perguntas, e o entrevistado, aquele que supostamente as responderia. Desse modo, a FAQ facilita e economiza o tempo de quem tem perguntas e dúvidas, e de quem irá respondê-las, saná-las. Apesar de ter este quadro específico da FAQ, é interessante ressaltar que em outras abas, as *Blogueiras Negras* utilizam desse método (perguntas e respostas) para explicar os desdobramentos a fim de que os visitantes do site compreendam o funcionamento interno do blog.

É relevante salientar que o discurso da resistência está em pleno funcionamento tanto nas perguntas, quanto nas respostas, lembrando que o funcionamento joga com a memória, de acordo com Orlandi (2010, p.10):

Saber como os discursos funcionam é colocar-se encruzilhada de um duplo jogo da memória institucional que estabiliza, cristaliza e ao mesmo tempo, o da memória constituída pelo esquecimento que é o que torna possível o diferente, a ruptura, o outro.

É por meio da análise sobre o funcionamento do discurso que pode-se analisar o jogo entre as memórias institucionais e a do interdiscurso. A memória institucional, no caso, está na ordem do *efeito de fechamento*, ou seja, na ordem do arquivo, este por sua vez, estabiliza e cristaliza os sentidos, ou seja, o *sentido* deve ser único, e isso é um modo de resistir – promover a estabilização de sentidos. Um exemplo disso é observado na materialidade discursiva SD1: “*O Blogueiras Negras é uma plataforma de publicação feita por, para e sobre mulheres negras, em caráter afirmativo. Mas somos muito mais do que isso.*” As conjunções *por, para e sobre* enfatizam esta estabilização de sentido e remetem ao efeito de fechamento, pois tais palavras delimitam e apontam apenas determinado item, nesse caso, são as mulheres negras dentro do Blogueiras Negras.

Assim, a plataforma é feita *por, para e sobre* elas, mulheres negras, Orlandi (2007, p. 27) afirma que: “(...) falar é esquecer. Esquecer para que surjam novos sentidos, mas também esquecer apagando novos sentidos que já eram possíveis, mas foram estancados em um processo histórico — político silenciador. (ORLANDI, 2015, p. 56). Considerando o funcionamento do dizer *versus* esquecimento, entende-se que quando as *Blogueiras Negras* dizem e especificam-se a si mesmas e outras mulheres negras, elas promovem, automaticamente, o apagamento e silenciamento, pois esse é o funcionamento da linguagem. Reitera-se que, esta pesquisa não visa empreender julgamento de valor, sobre certo e errado, mas, demonstrar o funcionamento do discurso.

O discurso tem sua ordem a fim de que nele se realize o desejo, mesmo que de modo intersubjetivo do sujeito que diz. Assim, no discurso da resistência, memórias e silêncios se jogam e se chocam. Deste modo, isso é perceptível na continuidade da SD1: “*Produzimos conteúdo para fazer a cabeça de todas aquelas que fazem parte da rede que foi formada para que nossa voz ganhasse expressão numa internet que, há cinco anos atrás, não dava minimamente conta dos recortes de gênero e raça*”. Percebe-se que elas constroem os seus dizeres retomando a memória do período da *dominação*, ou seja, em que elas não tinham

espaço, pois, falava-se sobre as mulheres de modo geral, mas não se abordava sobre as mulheres negras.

Para Orlandi (2007, p. 29), o silenciamento pode ser “considerado tanto parte da retórica da dominação (a da opressão) quanto de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência).” Quando as *Blogueiras Negras* se colocam desse modo, elas estão reagindo à dominação, e como dito na seção anterior, elas delatam *dominação* a fim desestabilizá-la.

Outro fator que se percebe é o *desejo*. Para Pêcheux (2014 [1975]), a gênese da resistência é o desejo, portanto, o sujeito não é totalmente assujeitado, ou seja, este assujeitamento não é perfeito porque este desejo está na ordem do corpo, do inconsciente, e, conseqüentemente, da vida. Este desejo é manifestado, por exemplo, nos movimentos involuntários do corpo para manifestar expressar determinada condição; por meio do inconsciente através do lapso, ato falho a fim de manifestar o desejo inconsciente, aquele que é censurado e recalçado pelo próprio consciente, pois é proibido.

Nessa direção, quando se analisa o modo como as *Blogueiras Negras* posicionam, é nítida a presença do desejo na SD1: “*Produzimos conteúdo para fazer a cabeça de todas aquelas que fazem parte da rede que foi formada para que nossa voz ganhasse expressão...*”. Ao passo que elas demonstram triunfo por estarem ocupando aquele espaço, elas retomam à memória que elas e suas ancestrais *perderam* espaço, pois se houve *ganho de expressão*, pressupõe-se que antes não o havia, mais uma vez, é uma forma de *delatar*, que contribui para a resistir discursivamente e apontar os *erros* da dominação.

O equívoco também constitui o discurso da resistência por parte da *retórica do oprimido* (ORLANDI, 2007), bem como exposto na materialidade da SD2:

“Nós buscamos mudar isso e olhando para trás, nos sentimos orgulhosas de todo tempo, conhecimento, afeto, dinheiro e esperança investidos por todas as mulheres que são e foram coordenadoras, facilitadoras, autoras e colaboradoras do projeto. Sem toda essa vontade e ação, jamais teríamos chegado até aqui.”

Ao evidenciarem a si mesmas, elas apagam diretamente outras mulheres negras que vieram antes delas. Desse modo, é válido compreender que falar é esquecer, é apagar e também inovar concomitantemente “(...) falar é esquecer. Esquecer para que surjam novos sentidos (...)” (ORLANDI, 2015, p. 56). Poranto, a resistência enquanto discurso/ prática é lugar de equívoco e contradição, pois o sujeito ao dizer, expor seus interesses, ele cliva, isto é, separa, torna-se

descentrado, como também silencia, apaga outros sujeitos no seu dizer e promove silêncios a fim de resistir.

Na SD3, elas ressaltam que este “elas” diz respeito ao nós coordenadoras do *Blogueiras Negras, as quais* se posicionam como sujeitos organizadoras de textos escritos, pois, ao mencionarem o termo “acervo literário” fica atribuída a esse “nós” uma posição hierárquica superior na relação de poder.

Pêcheux (2014 [1975]) propusera que a resistência só é possível diante da dominação, ou seja, para ter resistência é preciso que haja dominação, no entanto, acrescenta-se que o sujeito que resiste precisa dominar, se organizar de modo a resistir aquilo que se coloca maior, superior a ele. Desse modo, para efetivar a resistência como discurso / prática social, o sujeito que resiste numa relação *parafrástica* trará ideais, fatores, semelhantes daquele que o oprime. Um exemplo histórico de resistência são os *Black Panthers* em 1960 nos Estados Unidos, que utilizavam a arma de fogo como símbolo de resistência, poder e proteção. Logo, quando há resistência, é perceptível que o sujeito que resiste busca por uma *dominação igualitária*, assim, a retórica do oprimido enquanto discurso / prática no social ressoa semelhante à do opressor.

Portanto, na primeira parte da SD3, os sujeitos *Blogueiras Negras* fizeram a seguinte colocação: “*Porém, estamos num momento de inflexão, em que tudo aquilo que foi vivido está sendo reavaliado e estamos diante da urgente necessidade de fazer entender que constituímos um acervo literário que para além de ser uma referência...*”. Quando elas continuam dizendo que: “*precisa ser valorizado e protegido para que continue a existir, a ser acessado e usado como ferramenta de empoderamento e formação para nosso diverso público de leitoras*” é notória a busca pela *dominação igualitária*, ou seja, de se perpetuarem- no poder, e, para que isso ocorra, é preciso e/ou deve-se no ato de resistência *valorizar e proteger para existir*.

Em outros termos, a resistência funciona no lado subjetivo de humano, o qual Pêcheux (2014 [1975]) denomina de *ato falho, lapso*, sendo a manifestação do desejo inconsciente ou não. Bem como exemplificou Angela Davis (2016), na sua respectiva obra, ao expor o relato do homem ex-escravizado sobre a mãe, mulher negra escravizada que, para não deixar seu filho só, criou um acessório chamado de “canguru”, um tipo de bolsa em forma de lençóis para carregar bebês, de modo que ela pudesse trabalhar e cuidar de seu filho, apesar de as regras proibirem totalmente a presença de crianças no ambiente de trabalho. A resistência enquanto discurso /prática dessa mãe funciona pela transgressão, ousadia em colocar o próprio filho junto

ao seu corpo e trabalhar com ele, em que as condições de produção ditam o contrário (PÊCHEUX, 1990).

É interessante ressaltar que as SD 1, 2 e 3 introduziram as perguntas frequentes, no entanto, foi possível compreender o modo como o discurso da resistência funciona. Na materialidade da SD4, na qual os sujeitos mulheres negras respondem a questão sobre qual é a missão das Blogueiras Negras, elas respondem posicionando-se do seguinte modo:

*SD4: “A missão primeira do Blogueiras Negras é o fomento à escrita através da publicação e promoção de conteúdo feito por e para mulheres negras, sujeitas de suas próprias existências e narrativas, com o objetivo de **interferir** nas esferas públicas e privadas por meio a denúncia do racismo, machismo, classismo e opressões afins, de modo que o combate ao epistemicídio seja nada menos que ferramenta política”.*

Percebe-se que ao apresentar a missão do *Blogueiras Negras*, o “nós” referente às coordenadoras expõe um fator indispensável para que a resistência possa ser empreendida, o *capital*, o *dinheiro* com o objetivo de *interferir* nas *esferas públicas*, ou seja, a emancipação pretendida por meio da resistência discurso / prática é *intervir*.

Assim, entende-se que o discurso da resistência nessa SD funciona por meio da intervenção, esta, por sua vez, é propagada por meio de delatas sobre determinadas opressões sociais (racismo, homofobia, machismo). Segundo Orlandi (2007, p. 76), “a censura pode ser concebida como a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas”. Perseguindo o raciocínio da autora, se há *interferência*, *interdição* há censura. Logo, o que pretende-se mostrar é que para o discurso da resistência funcionar, este *ousar pensar por si mesmo e revoltar-se* proposto por Pêcheux (2014 [1975]) é um processo comum à linguagem.

Na materialidade linguística presente na SD4.1, os sujeitos mulheres negras ao posicionarem discursivamente dizem:

“Pensando concretamente, estamos produzindo conteúdo para fazer a cabeça, contribuindo para o debate dentro da comunidade feminista negra e também fora dela. Até aqui, caminhamos por 5 anos com a conquista da visibilidade de nossas autoras e a contribuição para que o feminismo negro fosse cada vez mais longe; tudo isso fez com que tenhamos por necessidade essencial também a preservação e difusão de nosso acervo, visando sobretudo a formação de mulheres e jovens negras”.

É perceptível o discurso da resistência funcionando por meio da inscrição de mulheres e jovens negras na formação discursiva educativa. Ademais, para disseminação e fortalecimento do feminismo negro, é preciso disseminar o saber sobre, pois o conhecimento é fundamental para que o discurso / prática da resistência possa colocar a *ideologia dominante em xeque*, como

bem propôs Pêcheux (2014 [1975]). A compreensão sobre o feminismo negro na historicidade, a partir de Colins (2019) leva ao entendimento de que memória do feminismo negro esteve, por muito tempo, na ordem do indizível, fora dos espaços acadêmicos (e ainda luta para circule neles) que na ordem do dizível.

É por isso que para resistir é preciso *formar* o sentido de *instruir* o grupo, o saber para a comunidade negra é literalmente o poder, pois devido à dominação dos europeus por meio das invasões e colonizações, o saber e o conhecimento acerca de si mesmo (povos africanos) foram alvo de apagamento e silenciamento, e, além disso, separaram esses povos dos outros, o dificultava a resistência mais incisiva, segundo Gonzalez (2020) e outros estudiosos que demonstram que houve resistência por parte dos escravizados. A dominação europeia jogou com a separação a fim de dominá-los, interditá-los linguístico, religioso e culturalmente. No entanto, o agrupamento e a coletividade para pessoas negras já são em si um ato de resistência. Assim, a resistência funciona e, ao mesmo tempo, se efetiva no ato de agrupar e formar mulheres e jovens negras.

Na materialidade SD5, os sujeitos mulheres negras ao responderem sobre quais são os valores do blog a discursivamente se posicionam

Nossos valores são alinhados com aqueles do feminismo negro interseccional, com destaque para as seguintes autoras – Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Angela Davis, Audre Lorde e também Chimamanda Adichie, entre outras.

À vista disso, percebe-se que, mais uma vez, o nós se divide, o “nós” coordenadoras diz quais são os valores e ao quê e a quem elas se alinham, assim, elas expõem o feminismo negro interseccional e cita as autoras de embasamento. Ao mesmo tempo, é interessante considerar que elas evidenciam as autoras negras citadas e apagam outras mulheres negras, pois nem todas obtiveram oportunidades para conhecer autoras negras tão renomadas e uma linha de pensamento elaborado e em fase de construção como o feminismo negro interseccional. Entretanto, entende-se ser necessário fazê-lo para resistir, pois, de todo modo, a contradição é /está constitutiva ao funcionamento do discurso da resistência.

O dizer desse “nós” ao passo que convida e instiga, também pode espantar e afastar, o que implica a necessidade de olhar não apenas para a SD5, mas para a linguagem de modo menos ingênuo possível, pois há todo um funcionamento do efeito discursivo a partir das palavras, como bem propôs Pêcheux (2014 [1975], p.146) “os sentidos de uma palavra (...) não existe em si mesmo (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas

é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico”. Nesse caso, as posições ideológicas podem ser diversas mediante a essa resposta na FAQ.

Ademais, ao analisar a materialidade discursiva na SD 5.1, compreende-se que o “nós” que se divide entre “nós mulheres negras fundadoras do blog” e o “nós outras mulheres negras” expõem aquilo que *deve e pode* ser dito: “*Nos interessam as questões de raça, gênero, classe e suas relações obviamente. Nos colocamos como aliadas aos debates que são próprios ou afins ao feminismo negro como cisheteronormatividade, capacitismo, gordofobia, ageísmo, defesa do estado laico e afins*”. A partir disso, compreende-se que para resistir é preciso colocar o discurso em determinada *ordem*:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996, p. 8-9).

Para a resistência enquanto discurso e prática poder atuar deve-se *controlar, selecionar, organizar e redistribuir*. Assim, controla-se o que *deve e pode* ser dito a fim de não desestabilizar a dominação do grupo, e, por meio da seleção, há *quem* pode / deve dizer, *o quê* pode / deve dizer, *como* e *quando* pode / deve dizer. Entende-se o processo de seleção como a inscrição do sujeito em determinada FD, não é toda FD que aceita quais quaisquer sujeitos, para tal, deve haver a *identificação*. Assim, para o “nós outras mulheres negras” adentrar, essas mulheres precisam apresentar nos discursos delas elementos sobre o “*feminismo negro como cisheteronormatividade, capacitismo, gordofobia, ageísmo, defesa do estado laico e afins*”.

Por fim, percebe-se que a FAQ tem por objetivo apresentar o funcionamento interno da *Blog* para aqueles que estão fora e desejam fazer parte dele. As respostas elaboradas não somente sanam possíveis dúvidas, como também são potencialmente convidativas aos sujeitos externos. No entanto, o equívoco se instaura: “a quais sujeitos mulheres negras essas respostas em formas de propostas se referem?”, assim, mais uma vez, o “nós outras mulheres negras” será dividido em o “nós mulheres negras que escrevem, que leem e entendem sobre esse assunto.” Há exigência maior para as mulheres negras que participam de modo ativo (escrevendo) que aquelas que apenas leem, pois, as ativas estão na ordem da *organização e redistribuição* no interior do funcionamento não apenas do *Blog* em si, mas também da propagação da resistência.

O poder para ser disseminado, precisa seguir determinada ordem, a resistência diante da dominação é o desejo manifestado pelo *poder*. O *poder*, por sua vez, agrupa, espalha, divide, une, segrega, apaga e silencia; o poder funciona discursivamente entre essas ou em demais

ordens. Nessa direção, o sujeito que resiste precisa também dominar, de certo modo, já o domínio precisa de estrutura, portanto, na materialidade da SD 5.1, os sujeitos mulheres negras posicionam discursivamente do seguinte modo: “*Essa é a espinha dorsal que estrutura a nossa linha editorial, sempre atrelada à ideia de que o texto produzido por uma mulher negra constitui seu corpo afetivo, político, identitário, comunitário a ser valorizados*”. Nessa parte, o “nós mulheres coordenadoras” ou “nós Blogueiras Negras” descreve o que se espera do texto do sujeito mulher negra, enquanto escritora, logo, pressupõe-se ou espera-se que a mulher negra que escreve neste espaço seja militante.

Na seção anterior, fora mencionado a respeito do saber intelectual como mecanismo resistência, pois através da disseminação do saber, principalmente da comunidade negra, a ideologia dominante da *supremacia branca* é posta em xeque, isto é, desestabilizada. A materialidade linguística discursiva na SD 5.2 aponta para esta compreensão, sendo que o discurso da resistência funciona a partir do academicismo:

“Entendemos que histórias e visões de mundo precisam ser múltiplas, materializando por meio da escrita a representação de nossos corpos políticos, afetivos e intelectuais, de modo que o epistemicídio, tal como denunciado por Sueli Carneiro, se torna instrumento de incidência intelectual, afetiva, emocional e sobretudo política”.

A materialização das histórias e visões delas por meio da escrita é um saber intelectual, pois quem escreve não morre jamais, ao contrário, a escrita é um mecanismo de perpetuação, de memória e de poder.

Por outro lado, compreende-se que a materialidade escrita está na ordem do *arquivo*, isto é, *efeito de fechamento*. Desse modo, o *arquivo*, não permite a circulação de sentidos outros, este coopera de modo significativo para que a censura se instale, pois, é no e pelo *arquivo* que um sujeito fala em nome de todos, causando o *efeito de fechamento*. A escrita das mulheres negras no *Blog* “*se torna instrumento de incidência intelectual, afetiva, emocional e sobretudo política*” e representa o sentido que na relação entre o *deve* e o *pode* ser dito. O *deve* se sobressai, e é preciso fazê-lo para continuar a existência do ecoar de vozes dessas mulheres. Assim, a imposição está na ordem do silêncio constitutivo (ORLANDI, 2007), pois, ao posicionarem discursivamente, elas trazem no seus dizeres elementos intelectuais ou do mundo acadêmico para organizarem a sua resistência.

Para resistir, é preciso *interditar*, isto é, definir *quem, quando deve / pode dizer* e, para além disso, *como dizer*. As *Blogueiras Negras* na materialidade da SD 5.3 resistem interditando,

pois as *ofensas* são em si opressoras, e se há opressão que coloca a dominação delas em xeque, isso diz delas, pois elas estão lutando por aquilo que já fora nomeado, anteriormente, de dominação igualitária: “*Acreditamos na liberdade de expressão, desde que não seja confundida com aquilo que se convencionou chamar de liberdade de ofensa, seja por produção ou reprodução de opressões, o que consideramos inadmissível no Blogueiras Negras.*” Em seguida a essa colocação, elas dizem: “*A máxima sobre a responsabilidade que o oprimido deve ter em não oprimir é um norte que procuramos seguir com rigor.*”

Na prática e discursivamente, o oprimido para resistir em alguns aspectos irá silenciar, apagar e excluir outros sujeitos. Desse modo, quando elas dizem “*procuramos seguir com rigor*” em relação a isso, o equívoco e a contradição logo se instauram, pois, para elas resistirem é preciso que as *Blogueiras Negras*, o “*nós que coordena*” *interditem*, isto é, *delimitar* quem, quando e o quê pode / deve dizer. Então, o sujeito oprimido como forma de resistir se utiliza do silêncio (censura), intelectualidade (academicismo), apagamentos; a contradição e equívoco podem estar na ordem do inconsciente ou não.

Compreende-se que, na materialidade discursiva da SD 6, elas explicam por quais razões elas resistem. É relevante destacar que a resistência discurso / prática tem os próprios modos de funcionamento, e, ao mesmo tempo, tem o propósito final. No tocante às *Blogueiras Negras*, verifica-se a resistência funcionando a partir do “*desejo forte de difundir a compreensão de que as mulheres negras que publicam no Blogueiras Negras produzem literatura*”, o que, por consequência, coloca a circulação e divulgação como mecanismos que contribuem para o funcionamento da resistência. Assim, é preciso que todo conteúdo que fora escrito seja mantido sobre proteção, pois são *acervo e patrimônio cultural, ferramenta de empoderamento, referência e registro de um momento histórico.*

A partir disso, entende-se que o *Blogueira Negras* se instaura também na ordem do *arquivo*, pois, ali, os sentidos que *devem* circular são exatamente aqueles previamente designados por elas. Do mesmo modo, o *Blogueira Negra* se instaura como *arquivo*, empreendendo *efeitos de fechamentos* característicos do funcionamento da resistência, ele também se instaura como lugar de memória, de interdiscurso que possibilita a circulação de sentidos outros. Nesse viés, são mulheres negras que resistem por meio do produto final que é a escrita, a qual pode ser considerada também como ponto “*estratégico para a luta contra o racismo, contra o machismo e opressões afins*”, bem como os sujeitos se posicionam na SD 6.

Além do mais, a escrita documenta e parece fixar o sentido, no que tange ao eternizar bem mais que a fala, embora o audiovisual tenha ganhado espaço significativo na contemporaneidade, sendo uma proposta de pesquisa futura, pois requer elaboração teórico-metodológica a fim de apresentar um estudo de proficuidades específicas.

A repetição na materialidade discursiva presente na SD6.1, elas afirmam “*É tarefa constante projetar ações voltadas para o combate do racismo, machismo, elitismo outras opressões responsáveis pelo feminicídio negro, denunciando a correlação entre discurso e prática que nos matam inclusive pela ação institucional*”. A resistência funciona pela denúncia²⁴ não apenas da ação, da prática, mas, do dito, dos discursos *racistas, machistas e elitistas* e outros tantos que contribuem (in) diretamente com a morte de mulheres negras, e esse discursos circulam na ordem do institucional. A partir disso, entende-se por que proteger e validar o *Blogueira Negras*, pois as opressões que dominam, às quais elas resistem estão posicionadas institucionalmente, assim, ao criar o *Blog*, elas atingem aquilo que anteriormente fora aclamado de *dominação igualitária*, isto pode ser definido como a retórica do sujeito oprimido que deseja ser tratado de acordo com seus direitos, sua dignidade, sua história, origem e para que isso se materialize, a resistência é o caminho que precisa ser trilhado, ou até mesmo construído.

Na materialidade discursiva presente na SD 6.2, os sujeitos mulheres negras posicionam do seguinte modo: “*Temos em nossa gênese o desejo de valorizar e remunerar as mulheres que trabalham como coordenadoras e autoras*”. Pêcheux (2014 [1975], p.281) ao tratar sobre a resistência, propôs que “não há dominação sem resistência: primeiro prático da luta de classes, que significa que é preciso “ousar e se revoltar”. A remuneração do trabalho pode parecer algo comum, mas, para as *Blogueiras Negras* e a comunidade negra como todo é um ato de resistência, subversão, valorização e emancipação, ou seja, é o desejo materializado da verdadeira liberdade com subsídios.

Nesse sentido, a palavra *desejo* nessa colocação estabelece uma marcação interessante, pois, muitas vezes, a historiografia retratou a comunidade negra, os escravizados como pessoas passivas à escravidão (GONZALEZ, 2020), isto é, que aceitaram a escravidão sem resistir a elas, mas, o *desejo* é, ou pode-se dizer, a primeira manifestação da resistência, podendo situar

²⁴ É um modo de funcionamento do *evidenciamento*, evidencia o interesse para desconstruir o interesse, evidência a representação para desconstruir a representação.

na ordem do inconsciente, ou do consciente. Assim, independentemente do modo, o desejo constitui a o funcionamento da resistência.

Segundo Davis (2016), o *desejo* foi um fator importantíssimo aos negros escravizados do lado Sul dos Estados Unidos para que aprendessem a ler, se emancipar e adquirir sua liberdade. Esse desejo fora resposta à ideologia dominante da *supremacia branca* da época que colocava a população negra como pessoas incapazes de terem sucessos intelectuais (DAVIS, 2016). Após a rebelião de Nat Turner em 1831, as leis que legitimavam a escravidão afirmavam que “ensinar os escravos a ler e a escrever tende a incutir a insatisfação em suas mentes e a produzir a insurreição e rebelião” (DAVIS, 2020, p. 113). Isso demonstra que o *desejo* é algo que, concomitantemente, constitui e antecede a resistência, além disso, apresenta-se na ordem da historicidade. O desejo é aquilo que falta em o e para o sujeito, e, este deseja adquirir. Essa falta pode ser entendida na ordem daquilo que foi suprimido, retirado, tomado, apagado e excluído que é inerente ao sujeito, por exemplo, a liberdade e seus respectivos subsídios.

Na materialidade discursiva presente na SD 6.3, os sujeitos mulheres negras afirmam que: “*O entendimento que nosso acervo constitui um patrimônio cultural a ser preservado e protegido de práticas predatórias*”. Nas entrelinhas, tal proteção de práticas predatórias diz respeito à supressão, ao apagamento, *silenciamento* que o pensamento feminista negro está suscetível. A *supressão* como Collins (2019, p.32) é uma estratégia de dominação:

Suprimir os conhecimentos produzidos por qualquer grupo oprimido facilita o exercício do poder por parte dos grupos dominantes, pois a aparente falta de dissenso sugere que os grupos subordinados colaboram voluntariamente para sua própria vitimização. A invisibilidade das mulheres negras e de nossas ideais – não apenas nos Estados Unidos, mas na África, no Caribe, na América do Sul, na Europa e em outros lugares onde vivem mulheres negras – tem sido decisiva para a manutenção de desigualdades sociais. Mulheres negras que se dedicam a reivindicar e construir conhecimentos sobre mulheres negras costumam chamar a atenção para a política de supressão que seus projetos enfrentam.

Portanto, limitar o dizer, a ideia e o pensamento é uma prática de dominação, isto é, relação de poder de um grupo sobre o outro. Collins (2019, pág. 33) aborda que a opressão está relacionada àquelas situações de injustiças a longo prazo, na qual um grupo impede o outro de acessar recursos sociais que podem promover a emancipação daquele povo. Ainda, a autora acrescenta que: “raça, classe, gênero, sexualidade, nação, idade e etnia constituem as principais formas de opressão” Embora ela esteja se referindo à realidade dos Estados Unidos da América, esta colocação é digna de aplicação também ao contexto social brasileiro como todo, pois a

opressão, o silenciamento, o apagamento e a exclusão intensificam de acordo com a raça, gênero, classe, sexualidade, nação, identidade e etnia.

A depender da posição do sujeito que diz, quando ele diz, de onde ele diz para quem ele direciona este dizer, ele está correndo risco de se tornar a “presa” mais fácil. Quando o “nós coordenadoras”, oriundo de um nós que se divide a fim de organizar-se internamente para a resistência existir, são utilizados os termos “*protegido de práticas predatórias*”, elas *denunciam, fortalecem e unem* com os outros nós mulheres negras dessa FD. Logo, elas expandem o nós e o abrem a partir dos léxicos *práticas predatórias* possibilidades de outras de significar, ou seja, elas promovem um *acontecimento discursivo* (PÊCHEUX, 2015), pois há atualização da memória sobre o silenciamento histórico sofrido pelas mulheres negras, pois estas várias pessoas negras foram alvo de *práticas predatórias*, fisicamente e intelectualmente.

Percebe-se que o discurso da resistência funciona por meio de palavras, dizeres que levam o sujeito a acontecimento que *evocam* memórias; a resistência funciona também nesse “jogo” dos sentidos na ordem do eixo *paradigmático*, isto é, de escolhas das palavras. Embora os sentidos não estejam nas palavras em si, como bem propôs Pêcheux (2014 [1975]), eles variam de acordo com a posição ideológica dos sujeitos. São os sentidos que possibilitam que sujeito seja *identificado*, que faça parte de determinada FD ou não; a interpretação está relacionada ao interdiscurso.

Orlandi (2012, p.59) com relação ao interdiscurso concebe que ele é: “O conjunto de dizeres já ditos e esquecidos que determinam o que dizemos, sustentando a possibilidade mesma do dizer. Para que nossas palavras tenham sentido é preciso que já tenham sentido” Assim, com relação à expressão “Proteção da prática predatória”, esta evoca a memória de perda, de violência, de dor, de morte, de ser alvo daquele que domina. A palavra *proteção* nessa colocação remete ao *efeito de sentido* de resistência.

Na materialidade linguística discursiva SD 7, os sujeitos blogueiras negras respondem o possível questionamento sobre qual é a linha editorial do blog. Diante disso, elas se posicionam discursivamente do seguinte modo: “(...)Nosso objetivo é fornecer material para o debate por meio do nosso protagonismo e visibilidade”. Compreende-se que a resistência funciona por meio da disseminação de conteúdo, os quais promovem debates, e isso dá a esse “nós” protagonismo e visibilidade, pois é preciso *evidenciar* para *naturalizar* (MOREIRA, 2007). Se outrora a dominação que oprimia a comunidade negra exercia relações de poder

abruptas para os apagar, *silenciar* e *esconder*, agora mostrar-se, ter visibilidade pode ser considerado algo que constitui o funcionamento da resistência.

Posteriormente, os sujeitos blogueiras negras na materialidade discursiva presente na SD 7.1 posicionam numa perspectiva discursiva da seguinte forma: “*Primamos pelo ativismo de interseção que direciona o olhar para as demandas e especificidades da mulher negra, evitando hierarquizar qualquer opressão.*” A resistência enquanto discurso segue determinada ordem, é preciso delimitar até onde *pode* e *deve* falar e até quando *deve* calar. Assim, a ordem para se referir as mulheres negras, o viés, o caminho a ser trilhado *deve* ser o da *intersecção*, isto é, considerar *raça*, *gênero* e *classe*, pois para o feminismo negro, essas opressões não são distintas, mas antes, são e estão intrínsecas no que diz respeito às mulheres negras.

Além disso, *raça*, *gênero* e *classe* são fatores que servem de mecanismo para denunciar a *opressão* promovida pela dominação; ou seja, é falando sobre isso que elas movimentam os sentidos, ressignificam o *imaginário* construído socialmente em torno delas e *validam* o espaço ocupado por elas. Nesta colocação: “*Não temos o objetivo ou a pretensão de protagonizar outras lutas, corpos e territórios que tem vida e atuação própria*”, para *resistir* elas precisam *silenciar*, *apagar*, *excluir* e *colocar de lado* (ORLANDI, 2007) outros movimentos, a fim de que o delas possam ser *evidenciados* (MOREIRA, 2007). Isso é perceptível quando elas continuam dizendo “*mas escrevemos em solidariedade a todas as mulheres que não são tradicionalmente contempladas pelos movimentos de hegemonia*”; ou seja, elas *esquecem discursivamente* das outras mulheres que tem o protagonismo mais aclamado/visível de luta, pois no interior deste, as opressões sofridas pelas mulheres negras são invisibilizadas.

Portanto, Gonzalez (2020, p. 43) afirma que “a libertação da mulher branca tem sido feita à custa da exploração da mulher negra”. Considerando que a autora é uma mulher negra ao falar da libertação da mulher branca por meio do *silêncio constitutivo*, ela automaticamente denuncia a opressão da mulher negra. Assim são as *Blogueiras Negras*, por meio do conectivo conjuntivo adversativo “mas”, elas apagam as mulheres mais privilegiadas e enfatizam as mulheres que não são contempladas nos movimentos que fazem parte da dominação da qual elas resistem.

Para haver efetividade da resistência, esse *nós* precisa se dividir, a fim de se organizar e fortalecer internamente. Desse modo, o grupo que resiste pode ser comparado à anatomia humana, na qual, o corpo não é funcional sem a cabeça e vice e versa, no entanto, nessa relação

interdependente, a cabeça é aquela que dita as coordenadas, ou seja, a movimentação do corpo. Logo, o *nós* que se divide, pode também ser considerado, embora não mencionado anteriormente, como o *nós cabeça* e *nós corpo*. Os *nós cabeça* é aquele que dita as regras, e o *nós corpos* aqueles que recebem as coordenadas. Essa colocação pode ser ilustrada na seguinte materialidade discursiva presente na SD 7.2: “*Quando necessário, reconheceremos quaisquer camadas de privilégios que por ventura se apresentem*”. Esse *nós* é aquele que *conhece e reconhece*, por assim fazê-lo, ele regula e exerce relação de poder sobre o *nós corpo*, ditando o *quê, como* fazer, a fim de manter a resistência funcionando. Elas continuam dizendo: “*Tentamos nos manter atentas ao fato de que mulheres negras são um grupo diverso e os mais variados agentes de opressão têm efeitos distintos sobre cada uma de nós.*”

Nessa colocação, o *nós cabeça* demonstra um distanciamento, ao dizerem “*Tentamos nos manter atentas ao fato de que mulheres negras*”, e aproximação do *nós corpo*, ao colocarem “*os mais variados agentes de opressão têm efeitos distintos sobre cada uma de nós.*” Percebe-se que esses *nós* se fundem. A resistência enquanto discurso funciona do seguinte modo com os sujeitos que *ousaram revoltar e pensar por si mesmos* (PÊCHEUX, 2014 [1975]); de um lado, há aquele que *ordena o discurso*, e, de outro, há aquele que *segue* esta ordem.

Desse modo, o convite para escrever é o modo de atrair para expandir a frente que resiste, por meio de *delegações de funções*: “*Assim, convidamos nossas autoras a considerar recortes de idade, geográficos, de corpo, classe, agentes de possibilidade, acesso à educação, branquitude, etc.*” Foucault (1999, p.37) afirma que “(...) ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo.” O convite é precedido de exigência, e é preciso *qualificação*, isto é, vivência, experiência, *lugar de fala* para pertencer a esta *ordem do discurso* presente no *Blogueira Negras*.

Foucault (1999, p.9) faz a seguinte assertiva: “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”. A resistência é a oposição à dominação nas práticas sociais, e ela funciona por meio do *silêncio local* (ORLANDI, 2007), isto é censura. O sujeito não pode falar tudo em qualquer circunstância, na materialidade discursiva presente na SD 7.3, os sujeitos mulheres negras posicionam colocando em funcionamento esta proposição proposta por Foucault (1999):

“*Nos reservamos o direito de não publicar material de cunho transfóbico, racista, machista, classista, ageísta (de idade), sexista, capacitista, lesbo-*

homo-bifóbico, cissexista, gordofóbico e quaisquer outras formas de preconceito e opressão porque não compactuamos com nenhuma destas formas de agressão. Práticas como culpar a mulher pelo machismo, o negro pelo racismo ou o gordo pela gordofobia não serão toleradas.”

Essas práticas são contrárias àquilo que elas defendem como pauta, e se os sujeitos que escrevem estão fazendo apologia a quaisquer temas, eles colocam a resistência (e tentativa de dominação) em vulnerabilidade. Ou seja, se os sujeitos mulheres negras adentrarem na ordem da proibição, ocorrerá uma desestabilização na organização empreendida pelo *nós mulheres negras cabeça, coordenadoras*. A resistência funciona por meio da *ordem do discurso*, não é qualquer sujeito que pode dizer tudo e em qualquer distância, mas antes precisa obedecer aos princípios de regularidade. Ademais, as CP que os sujeitos mulheres-negras estão inseridas, discursivamente, é fundamentada pelo discurso de ódio, oriundo do patriarcado e do racismo, os sujeitos mulheres negras utilizam-se desse modo de dizer, a proibição, para sobreviver no propósito que elas estão perseguindo. Desse modo, sobreviver é resistir e resistir é sobreviver.

No que diz respeito à materialidade discursiva presente na SD 8 na qual é pressuposto o questionamento sobre quem pode representar/ falar em nome das Blogueiras Negras, os sujeitos mulheres negras na categoria do nós que se divide posicionam discursivamente asseverando:

“Apenas a equipe denominada coordenação fala pelo Blogueiras Negras em espaços fora da comunidade, em casos específicos onde uma das membras da coordenação não possa comparecer a representação é repassada para uma membra da comunidade com a devida comunicação e alinhamento de ideias.”

Nessa materialidade, percebe-se a premissa constitutiva ao funcionamento discursivo *dizer para não ser dita*, dado o movimento do sentido na significação do silêncio, elas *tomam* a palavra a fim de *fazer calar* quaisquer vozes que se levantam por elas sem pertencer ao grupo delas.

Posições como estas estão explícitas entre pensadoras negras, como Sojourner Truth que indaga: *“e eu não sou uma mulher?”* quando ela reivindica ser tratada com a mesma dignidade que a mulher branca. Nesse sentido, a mulher negra reivindica o *falar por si mesmo*, ou seja, ela se opõe ao *infans*, conceito cunhado pela psicanálise lacaniana retomado por Lélia Gonzalez (2020) que diz respeito à aquele que não é sujeito do seu próprio discurso, pois alguém sempre fala por ele. Tal conceito é baseado “na análise da formação psíquica da criança, que quando falada por adultos na terceira pessoa, é, conseqüentemente, excluída, ignorada, ausente, apesar de sua presença” (GONZALES, 2020, p. 140). Daí entende-se por que qualquer pessoa não pode representá-las, pois o discurso da resistência *seleciona e organiza* os sujeitos; no caso das

mulheres negras, elas resistem, se opõem à invisibilidade, isto é, tratam como ausente, apesar de sua presença.

A seguir, na materialidade discursiva presente na SD 9, os sujeitos mulheres presumem o questionamento sobre quem pode publicar no Blogueira Negras, desse modo, elas posicionam discursivamente: *“Nossa agenda é aberta para mulheres negras e afrodescendentes que participam de nossa comunidade de discussão no facebook. Uma vez estando nesse fórum, basta acessar a nossa agenda mensal informando a data, tema escolhido e seu e-mail.”* A partir disso, compreende-se que discurso da resistência funciona como na ordem da *especificação*, isto é, o sujeito é especificado, processo semelhante ao ato de todo grupo que resiste à determinada dominação, ou seja, isso é um demonstrativo de uma não pacificação ao grupo de opressão.

No período escravista dos africanos no Brasil vislumbrou-se o ato de resistência empreendidos por *cabeças* e reforçados por sujeitos que constituía esses corpos. A figura de Zumbi dos Palmares nos Quilombos foi uma forma de resistir aos exploradores denominados de “senhores do engenho”. Percebe-se que, historicamente, os grupos que se opuseram à determinada dominação são grupos especificados, a exemplo disso, tem-se o *feminismo negro* (COLLINS, 2017) que opõe à dominação na ordem da *classe, raça e gênero* e há outros também, sendo possível afirmar que a maioria dos movimentos de e da resistência tem caráter essencialmente político que está à disposição de receber mais integrante a fim de fortalecer este corpo.

Os sujeitos mulheres negras na materialidade SD10 posicionam discursivamente da seguinte maneira: *“Nosso blog também está aberto para mulheres negras que não fazem parte da nossa comunidade”*. Isso é convite para que sujeitos, no caso, mulheres negras adentrem e reforçem este grupo, em que o discurso da resistência se fortalece no grupo. Ademais, esse grupo precisa de identificação expressa no seguinte posicionamento: *“Basta enviar seu texto acompanhado de uma breve descrição sobre quem você é. O link para seus perfis nas redes sociais sempre será bem-vindo.”* Diante disso, é preciso ser reconhecido nesse grupo, não basta apenas ser mulher negra, mas é preciso se apresentar, dizer quem é, de onde vem, pois, embora essas mulheres tenham algo em comum porque são negras, elas têm experiências e vivências múltiplas.

Adiante, os sujeitos mulheres negras respondem as dúvidas sobre poder copiar os textos publicados no blog a partir da materialidade presente na SD11:

“Todo o site tem licenciamento Creative Commons Atribuição Uso Não Comercial Compartilhamento pela mesma licença 3.0 (by-nc-sa 3.0) e pode ser reproduzido apenas por veículos que não tenham fins lucrativos (caracterizados pela ausência de anúncios, não associação com a venda de conteúdo online ou impresso, ausência de patrocínio e apoios, etc) e que partilhem expressamente da mesma licença Creative Commons, além de observar as premissas abaixo.”

Percebe-se que a resistência enquanto discurso funciona na ordem da seleção e organização, ou seja, seguem determinados procedimentos. Primeiro os sujeitos mulheres negras *informam* do que se trata o licenciamento Creative Commons, e depois, elas respondem a suposta pergunta descrevendo as regras a serem seguidas pelo sujeito que deseja reproduzir os textos do site, presentes na materialidade SD 11.1: *“Para reproduzir nosso conteúdo, é preciso que - seja respeitada a estrutura de nossos posts (nome da autora, corpo do texto e links de rodapé)- a republicação de nossos textos aconteça somente após um prazo de 24 horas da sua publicação original.”*

O funcionamento da resistência está relacionado à noção de silêncio local de Eni Orlandi (2007), quando os sujeitos mulheres negras colocam requisitos para uso do texto (nome da autora, corpo do texto e link), elas estão *concedendo* a palavra delas a outro, e esta *palavra dada* não pode ser silenciada, daí a importância de elas enquanto sujeitos e *nós coordenadoras* escreverem o conteúdo presente na SD, pois, assim, elas estão, de certo modo, precavidas do apagamento.

Destarte, compreende-se que as regras visam e, simultaneamente, ditam e apontam, para preservação de memória discursiva. O que se tem nas entrelinhas dessa regra é a resistência contra qualquer tipo de apagamento intelectual de mulheres feministas negras, algo que historicamente acontecera, bem como colocou Patricia Collins (2017) sobre o apagamento intelectual de mulheres negras, que, somente na contemporaneidade o pensamento de mulheres negras intelectuais pôde ser resgatado. Isso porque as mulheres, em sua maioria acadêmicas negras, mobilizam-se nas pesquisas contemporâneas para produzi-lo e disseminá-lo. Essa regra é sinônimo de resistência, pois ela está na ordem da prevenção, por isso, organizar, selecionar e silenciar trilham o mesmo caminho.

Por meio das regras, elas colocam em xeque aquilo que a dominação, por parte do sistema eurocêntrico, ditou e praticou por vários séculos, ou seja, as Blogueiras Negras possibilitam *sentidos outros de significação*. Ao escreverem, elas arquivam, mas ao trazerem *sentidos* ressignificados sobre a mulher negras, elas (re) constroem a memória discursiva de várias mulheres negras.

Nesse sentido, a regra constitui o funcionamento da resistência e também está na ordem da repetição, desse modo, na materialidade presente na SD 11.2, os sujeitos mulheres negras constrói uma proposta, e se posicionam afirmando que:

“Caso haja interesse em publicar o material enviado em sites comerciais, esses termos não se aplicam e serão firmadas parcerias editoriais através da equipe de Coordenação do Blogueiras Negras, envolvendo os veículos interessados e a autora. Os termos dessas possíveis parcerias serão definidos caso a caso”.

Compreende-se que o discurso da resistência funciona por meio das regras, mas estas não estão ou são definitivas, elas são ditadas para serem efetivadas a depender de caso a caso. A partir disso, nota-se que, mesmo ocorrendo repetição da regra, a tal repetição abre espaço para o equívoco e a contradição, ambos mecanismos de funcionamento do discurso.

Assim, quando os sujeitos mulheres negras dizem na SD 11.2 “tratar caso a caso”, empreende o efeito de sentidos de oposição, rejeição e resistência ao tratamento dado às pessoas negras ao longo dos séculos no continente americano. Collins (2019) reflete que, em seus estudos, a *supressão do pensamento feminista negro* reflete o apagamento embrionado pela opressão do grupo dominante. O efeito dessa dominação (europeia) tem início a partir do recorte étnico, ou seja, padronização do sujeito negro; tal sujeito foi visto não pela sua humanidade, mas a partir da cor dele. Desse modo, ele e todo o grupo são alvos de *efeitos de sentidos* negativos por meio da dominação, e isso, constitui tanto o *arquivo*, quanto o *interdiscurso*.

No *arquivo*, tem-se o sentido estático por meio da escrita, tanto de leis ou jornais a respeito do negro, no interdiscurso, esse efeito de sentido continua negativo, porém, a depender da *ordem do discurso*, este aparecerá nas entrelinhas ou escancarado. O sujeito negro é visto, num viés discursivo, apenas de um modo, ele tem suas singularidades, mas é como se não tivesse, pois para a dominação, ele e seus semelhantes são iguais, desde o tom de pele até a personalidade. Então, todos (independentemente da idade e gênero) são adjetivados negativamente no social, punidos severamente e injustiçados na mesma proporção.

Quando as *Blogueiras Negras* enfatizam o tratamento de *caso a caso*, elas estão ressignificando e resgatando a humanização e singularidade de cada mulher negra, pois isso, historicamente, fora *suprimido* por meio da *opressão*, lembrando que, segundo Collins (2019, p.33) a “opressão é um termo que descreve quaisquer situação injusta em que, sistematicamente e por um longo período, um grupo nega a outro grupo o acesso aos recursos da sociedade”.

Assim, o tratamento de “caso a caso” está na ordem da contradição, pois evidencia a exceção da descrita e suscita a memória discursiva no período do Brasil Colônia, em que as pessoas negras não eram reconhecidas pelas suas singularidades, e sim, num efeito de sentido racista (se é negro, logo é escravo, se a mãe é escrava, logo o filho também será), sem exceção. Entretanto, no caso dos sujeitos mulheres negras no blog, a contradição constitui e potencializa a resistência contra as opressões sofridas historicamente pelo grupo, ou seja, a subversão de determinada ordem.

Dizer sobre si, de onde vem *evidencia* o efeito de sentido, sendo a singularidade de cada sujeito mulher negra e demonstra a *pluralidade* deste *nós mulheres negras*. Assim, no interior do *Blogueiras Negras*, o texto não é apenas o requisito, mas também, a *descrição apresentativa* e as redes sociais são requisitos. Isso pode ser visto no modo imperativo dos verbos na materialidade da SD12, o qual responde o questionamento sobre como enviar material para o blog, assim, os sujeitos mulheres negras posicionam:

“Pedimos que seu material seja enviado para blogueirasnegras@gmail.com ou pela página *Envie seu Texto*²⁵. Além de seu post, **envie** também uma breve descrição sobre quem você é e seus links nas redes sociais e blog, se for o caso.”

A premissa a ser refletida é que para dominar, é preciso resistir e para resistir é preciso dominar, isto é ter o controle; Pêcheux (2014 [1975]) propôs que a dominação e resistência não estão desassociadas. Assim, o requisito e a exigência transitam tanto na ordem da dominação, quanto na ordem da resistência; ambos constituem o funcionamento discursivo da resistência.

A ordem do discurso não apenas pressupõe qual sujeito irá dizer, mas ela pode também ditar o tempo (dias, horários) e como o sujeito irá proceder enquanto se espera, logo, a resistência funciona por meio da organização do *procedimento*. Isso está presente na materialidade discursiva da SD 12.1: “*Precisamos de pelo menos 5 dias para podermos fazer ajustes, se necessário. Durante este tempo, autora e editora permanecerão em contato caso haja demanda de revisão editorial.*” A palavra ajustar remete ao efeito de moldar novamente a fim de que caiba, entre em coerência, ou seja, organizar e sistematizar.

A princípio, a produção, é selecionada e organizada, e, posteriormente circulada e posteriormente reproduzida, pois embora o texto seja escrito pela autora e “aparentemente” dá-se a entender que ela, enquanto sujeito fala sozinha, ela não o faz, pois quando ela diz, outras

²⁵ O sublinhado do próprio Blog, e este também é um hiperlink, no qual o sujeito no momento de visita ao site, poderá clicar, e após isso será redirecionado para a página de envio submissão do texto.

vozes soam com ela, ou seja, este “eu” se multiplica em vários “nós”; pois o texto postado no Blog não ressoa-se apenas como conteúdo “meu”, mas “nosso”, pois como o nome titular já deixa posto e evidenciado o “nós” ao serem reconhecido por *Blogueiras Negras*. Assim, para que a resistência funcione de modo fluido, a exposição diante da ideologia dominante precisa ser o mais *organizado e selecionado* possível, ou seja, é preciso ousar (PÊCHEUX, 2014 [1975]) em tudo, desde a estrutura do blog em si até naquilo que pode e deve ser dito.

O processo de revisão editorial trabalha na ordem de modelar o texto, isto é, no sentido de coerência e coesão textual. Nesse processo, o texto pode receber acréscimos, subtrações, mudanças na ordem morfosintática (da palavra à frase), e mais, no sentido. Ou seja, se houver tal necessidade, será efetuado, pois a resistência funciona na ordem da *contrariedade*, na *reconstrução dos sentidos* já cristalizados no arquivo construído pela ideologia dominante. E, um desses sentidos que circulou por muito tempo foi a negação de intelectualidade e educação à comunidade negra, então, falar e escrever bem são sinônimos de resistência.

Nessa direção, o mecanismo de resistência pela educação e saber é histórico. Patrícia Collins (2019) escreveu que Stewart acreditava tanto na potencialidade das mulheres negras no ativismo e como educadores que proferiu a seguinte preleção: “Voltem-se para o conhecimento e o aprimoramento, porque conhecimento é poder”²⁶ (COLLINS, 2019, p. 30).

Portanto, demonstrar, isto é, expor conhecimento é um ato prático de resistência, pois é sinônimo de poder; a resistência também está na ordem da relação e retomada de poder. Assim, o sujeito mulher negra, especificamente, quando busca e evidencia conhecimento potencializa o funcionamento da resistência. Desse modo, a linha editorial é um mecanismo que potencializa o discurso da resistência no interior do *Blogueiras Negras*, além de contribuir com os discursos parafrásticos no interior dessa FD.

Dizer ser feminista é um ato de resistência, pois a dominação é masculina, patriarcal e predominantemente branca. Assim, quando os sujeitos mulheres negras declaram que são feministas, as *Blogueiras* estão ousando pensar e revoltar por si mesmo (PECHÊUX, 2014). Isso está presente na materialidade da SD 13 quando questionam se o site é feminista, os sujeitos mulheres negras posicionam:

²⁶ Marilyn Richardson (org). *Maria W, Stewart: America's First Black Woman Political Writer* (Bloomington, IN, Indiana University Press, 1987).

“Sim. Somos um grupo heterogêneo de mulheres que acreditam principalmente na igualdade econômica, social e política entre os sexos e sobretudo lutando para que essa igualdade seja conquistada pelas mulheres negras de diferentes classes, orientações sexuais, idades e biotipos.”

Ao se posicionar deste modo, elas rebatem contra qualquer dominação que coloca o pensamento feminista como irrelevante; pois o pensamento feminista negro “não é um “saber ingênuo”, mas foi feito para parecer ingênuo por aqueles que controlam os procedimentos de validação do saber” (COLLINS, 2017, p.42). Sendo assim, a própria existência do pensamento feminista é um ato de resistência, pois ele é considerado ingênuo, e atribuir esta adjetivação ao pensamento é um modo de funcionar do *silenciamento*.

Quando elas afirmam serem grupo, porém, heterogêneo, tem-se a divisão dessas vozes, como se fosse uma espécie de coral, no qual há a presença das vozes sopranos, tenores, contraltos e agudos. Ou seja, um coral entoando um canto, contudo, cada um a seu modo. Isso é muito importante, pois quando os africanos vieram de África, eles foram tratados como povo único, homogenizado para se dizimar; com isso, enfraqueceram-se as línguas e consequentemente culturas, além de promover o apagamento da história singular de cada grupo.

A heterogeneidade, conceito proposto por Authier-Revuz (2004), a qual trata sobre a heterogeneidade presente na linguagem implica que várias vozes estão presentes e perpassam o discurso do sujeito, o discurso deste é atravessado por outros e isso possibilita a significação; todos falam, porém, parafraseiam uns aos outros, o modo e as condições de produção daquele discurso que regerá o movimento de sentido e gesto de interpretação daquilo que está sendo dito a depender também de quem, quando, onde e como o sujeito articula aquele dizer. Assim, no contexto do *Blog*, elas utilizam a palavra heterogênea para referir-se às respectivas particularidades delas.

No entanto, quando retoma-se à história, no contexto de 1960, por exemplo, a dominação da supremacia branca utilizava “diferentes, mas iguais”, porém, não no sentido de se superestimarem os sujeitos negros, mas de subestimarem; e nesse caso, os sentidos se movimentam de modo oposto. Então, retomando à análise, a heterogeneidade não é um problema, mas símbolo de resistência, isto é, valorizar no outro o que não há em si e enxergar como potência para o grupo e juntar todas essas heterogeneidades e fazer disso mecanismos para o funcionamento do discurso da resistência.

Ressalva-se que Authier-Revuz (2004) propôs dois tipos de heterogeneidade, de um lado, a que diz respeito do sujeito que, ao proferir seu discurso em circunstâncias específicas, faz alusão direta ao sujeito autor daquele dizer; de outro, a heterogeneidade constitutiva, a qual

quando o sujeito fala, as vozes de outros sujeitos falam junto com a dele. No caso, da SD 13 em questão, a heterogeneidade constitutiva é potencializadora para o funcionamento do discurso da resistência, pois são várias vozes que falam conjuntamente.

É notório que essas mulheres *acreditam* no feminismo negro, como bem exposto na SD13. Lélia Gonzalez (2020, p. 141) reconhece que o feminismo promoveu grandes contribuições para as mulheres na sociedade, no entanto, “ao ler os textos e práticas feministas são referências formais que denotam um tipo de esquecimento da questão racial”. De acordo com as observações empreendidas por Lélia Gonzalez (2020) a respeito do por que deste *esquecimento*, está no *racismo por omissão*. Discursivamente, o *racismo* ganha formas de expressões e funcionamentos diferentes, ora ele está na ordem do dito (audível), ora ele está na ordem da *política do silenciamento* (ORLANDI, 2007). No caso do feminismo, ele esteve na ordem do silêncio, no qual a mulher negra fora *apagada, excluída e colocada de lado*.

É interessante notar que o pensamento feminista negro foi concebido como “saber ingênuo” (COLLINS, 2017) de um lado, e por outro, Gonzalez (2020) tratando da mulher negra no feminismo, ela retoma duas categorias da psicanálise de Jacques Lacan, sendo o *infans* e o de *sujeito suposto saber*. O primeiro diz respeito daquele que não é sujeito do seu próprio discurso, pois alguém sempre fala por ele; tal conceito é baseado “na análise da formação psíquica da criança, que quando falada por adultos na terceira pessoa, é, conseqüentemente, excluída, ignorada, ausente, apesar de sua presença” (GONZALES, 2020, p. 140). Já, o segundo, *sujeito suposta saber* diz respeito às

identificações imaginárias com determinadas figuras, às quais é atribuído um conhecimento que elas não possuem (mãe, pai, psicanalista, professor e etc) [...] a categoria de sujeito suposto saber enriquece ainda mais a compreensão dos mecanismos psíquicos inconscientes que são explicados na superioridade que o colonizado atribui ao colonizador.

Em outras palavras, o *branco* torna o *ideal do eu para o negro*, por isso, inconscientemente, crianças negras odeiam sua cor, seu nariz, seu cabelo, devido à supervalorização da sociedade no que diz respeito às pessoas brancas, e isso está na ordem do discurso histórica, na qual cria-se o imaginário de *idealização* daquilo que se deveria ser. A partir disso, entende-se que, para resistir, os sujeitos mulheres negras precisam interditar, silenciar. Isto é, a política do silenciamento é potencializadora para o funcionamento discursivo da resistência na materialidade significativa do Blog, pois esta, ao mesmo tempo que interdita o dizer de outras mulheres, ela potencializa as vozes das mulheres negras no interior da FD. Este

funcionamento coloca todo sujeito que queira participar desta FD no processo de identificação, como discursivizado na SD 14:

“O nosso espaço diz respeito às demandas, experiências e vivências das mulheres negras e afrodescendentes e por entendermos que ninguém melhor que nós mesmas para falar de nós, fazemos deste espaço um lugar exclusivo para o protagonismo das mulheres negras e afrodescendentes.”

Neste espaço, a palavra é dada às mulheres negras e tomada de outras mulheres, sendo que essa tomada está na ordem da interdição constitutiva do processo de identificação. Os estudos de Orlandi (2007) sobre o silêncio proporciona a reflexão de que o silenciamento também é a retórica do oprimido, o qual leva o sujeito mulher negra posicionar deste modo, pois quando os sujeitos mulheres negras tomam a palavra (silenciam outras mulheres), para concender e possuir a palavra, isto é, o direito de dizer a partir da experiência delas.

A partir disso, entende-se que ao posicionarem, elas rompem com os homens negros dentro da comunidade, os quais também são interditados, pois a palavra concernente a eles também é tomada. Esse funcionamento está representado na SD15: *“Existem muitos espaços organizados por homens, onde os mesmos falam, escrevem e protagonizam suas lutas. O “Blogueiras Negras” é um espaço que prioriza a escrita de mulheres negras por entender que a nós nos é negado lugares e discursos”*. A criação do espaço e a interdição dos sujeitos é crucial para o funcionamento da resistência dessas mulheres.

Discursivo e historicamente, o sujeito mulher negra esteve na ordem da memória estruturada pela censura, e ao se tratar dela, simulando posicionamentos tanto dos homens negros e brancos e mulheres negras e brancas dentro de uma pirâmide, Ribeiro (2017), baseando-se nos estudos de Grada Kilomba, afirma que a mulher negra está posicionada na base inferior da pirâmide, pois em primeiro lugar está o homem branco, em segundo, a mulher branca, e em terceiro o homem negro, e por último, o sujeito mulher negra. Tal reflexão permite compreender que a *política do silenciamento* funciona como mecanismo de resistência para os sujeitos mulheres negras em seus discursos, pois ao se posicionarem deste modo, elas estão produzindo e reproduzindo a retórica do oprimido.

Falar é esquecer a fim de que possam surgir novos sentidos (ORLANDI, 2007), quando os sujeitos mulheres negras falam sobre si, discursivamente elas apagam outros sentidos para que outros novos possam surgir. O apagamento de sentidos é mecanismo que potencializa o funcionamento da resistência. Na materialidade da SD16 percebe esse funcionamento ao responderem se os homens poderiam fazer parte da comunidade delas: *“Não. A nossa*

comunidade se pretende um lugar autorganizado e seguro para que as mulheres falem das suas experiências, falem das suas dores e vitórias. Por isso, nada melhor do que estar entre nós mesmas para falar”. O *falar entre nós* remete à unidade e ao mesmo tempo à heterogeneidade dos sujeitos no interior de uma FD, na qual os dizeres (discursos) estão na ordem da paráfrase em que todos falam as mesmas coisas, porém de diferentes modos.

Por fim, é por meio da relação parafrástica entre os sujeitos mulheres negras na FD que elas reforçam e resguardam toda a organização no modo em que elas resistem. Isso está presente no próximo quadro de análise, em que elas estabelecem princípios de regularidades por meio de regras como potencializadoras da resistência.

7.3 QUADRO 3 “MANUAL: SIGA AS REGRAS”

QUADRO 3 – PUBLIQUE: MANUAL DA BLOGUEIRA NEGRA²⁷

SD1: SOBRE O QUE ESCREVER?

Em nosso primeiro momento, as blogueiras negras foram convidadas a publicar sobre aquilo que mais amam. Éramos uma ideia na cabeça e um endereço wordpress na mão. Passados seis meses de muito aprendizado, nossa proposta continua basicamente a mesma. Com um pequeno detalhe que marca nosso amadurecimento – ratificamos aquilo que nossas autoras tem feito até aqui, privilegiando o feminismo negro e/ou assuntos que digam respeito à negritude e seus desdobramentos.

SD2: QUAL O MELHOR FORMATO DE POST

Toda blogueira negra tem independência para escolher o formato de seu post. Essa é a **regra** mais importante. Não há um consenso sobre a melhor maneira de escrever nesse suporte e o mais produtivo é desenvolver sua própria personalidade e, assim, desenvolver um **trabalho autoral**. Porém fazemos algumas sugestões considerando o formato em que atuamos, que é o de blog.

SD 3: COMO ENVIAR SEU MATERIAL PRA GENTE

Pedimos que seu material seja enviado para blogueirasnegras@gmail.com. **Além de seu post, envie também uma breve descrição sobre quem você é e seus links nas redes sociais e blog**, se for o caso.

SD 3.1: Isso deve ser feito com pelo menos 5 dias de antecedência. Assim podemos fazer ajustes, se necessário. Durante este tempo, autora e editora permanecerão em contato se houver demanda de revisão editorial. Se você quer escrever para o blog e deseja auxílio de nossa editora, esse prazo precisa ser maior ainda. Também solicitamos o envio de 2 sugestões de fotografias em boa definição, com licença de utilização não comercial e com os créditos do(s) fotógrafo(s).

SD 4: SOBRE A AGENDA

A equipe de facilitadoras poderá alterar a agenda por conta de repetição de temas, de autoras ou dada a necessidade de repercutirmos determinado tema ou notícia. Nesse caso, entraremos em contato com a autora do dia para informar o motivo dessa alteração. No entanto, dada a rapidez com que algumas notícias precisam ser publicadas, pedimos sua compreensão caso seja preciso tomar tal decisão sem qualquer aviso prévio.

SD 5: LINHA EDITORIAL

Partimos do princípio que **nossa espinha dorsal é o feminismo negro e a experiência da mulher negra**. Nosso objetivo é fornecer material para o debate por meio do nosso protagonismo e visibilidade.

SD 5.1: Primaremos pelo ativismo **de interseção que direciona o olhar para as demandas e especificidades da mulher negra, evitando hierarquizar qualquer opressão**. Não temos o objetivo ou a pretensão de protagonizar outras lutas, corpos e territórios que tem vida e atuação próprias, mas **escreveremos em solidariedade a**

²⁷ Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/manual-da-blogueira-negra/> Acesso 07/12/2020

todas as mulheres que não são tradicionalmente contempladas pelos movimentos de hegemonia.

SD 5.2: Quando necessário, **reconhecemos** quaisquer camadas de privilégios que por ventura se apresentem. **Estaremos atentas** ao fato de que mulheres negras são um grupo

diverso e os mais variados agentes de opressão tem efeitos distintos sobre cada uma de nós. Assim, iremos convidar nossas autoras a considerar recortes de idade, geográficos, de corpo, classe, agentes de passabilidade, acesso à educação, branquitude, etc.

SD 5.3: Dessa forma, **nos reservamos o direito de não publicar material de cunho transfóbico, racista, machista, classista, etarista (de idade), sexista, capacitista, lesbo- homo-bifóbico, cissexista, gordofóbico e quaisquer outras formas de preconceito e opressão.** Práticas como culpar a mulher pelo machismo, o negro pelo racismo ou o gordo pela gordofobia não serão toleradas. Sempre que possível, pediremos que às autoras façam críticas estruturais, nunca direcionadas a uma pessoa em particular.

SD 5.4: Não serão tolerados ataques pessoais em nossa comunidade, seja no fórum de discussão, seja de uma autora para outra através de textos. Isso não significa, porém, que seremos estimuladas ao consenso. Em nome dessa diversidade, assinalamos **que as opiniões expressas em cada texto não refletem necessariamente a de nossa comunidade e da equipe de facilitadoras.** O que chamamos de Blogueiras Negras é composto de variadas personalidades, posicionamentos e opiniões e assim deve ser entendido.

SD 6: O QUE É A REVISÃO EDITORIAL?

A revisão editorial é o momento em que serão feitos alguns ajustes, se necessários, nos textos enviados. Tal adequação muitas vezes é uma simples revisão gramatical ou sugestão de alteração no formato do post. É nesse momento também **que verificamos se os textos enviados estão de acordo com nossa linha editorial.**

SD: 7 TERMOS

Agradecemos o interesse em publicar conosco. Aproveitamos para informar, também, que a publicação no Blogueiras Negras implica na aceitação dos termos estabelecidos nesse manual, que podem ser alterados a qualquer momento sem aviso prévio.

*O manual da blogueira negra está na guia *publique* do referido site. Nesta seção, elas orientam *como* e *o quê* publicar no site, bem como dão instruções, isto é, disseminam regularidade de *como*, *o quê* e quem pode escrever. Por este quadro, pode-se perceber e afirmar que para a resistência se manter enquanto discurso e prática, ela precisa de mecanismos outros, e um deles, parece ser a interdição. Caso as *instruções* e *orientações* não forem cumpridas exigidas, o sujeito que não se *assujeita* ao que fora proposto será*

impedido de dizer, condição proposta por aqueles que estão de dentro dessa *formação discursiva*. Com relação àqueles que estão de fora, se estes não forem identificados como alguém que possa ser pertencente, continuará do lado de fora.

Embora, já fora citado, é interessante retomar aquilo que Foucault (1999, p.37) disse: “(...) ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfazer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo.” O manual de instrução qualifica o sujeito para aquilo que *deve ser dito e/ou feito*, ou seja, o manual limita e permite a *regularidade* e a *censura*, pois ele estabelece certa *ordem*, e esta por sua vez, *deve* ser seguida, porque se o sujeito assim não o *faz*, isto é, não *cumpr*e ou não *satisfaz as exigências*, ele está fora dessa *ordem FD*.

O manual situado na guia *publique* contribui de modo significativo para o funcionamento do discurso da resistência, pois a resistência precisa de segmentos de ordens, e é por meio destes imperativos no manual que a resistência funciona. Na materialidade discursiva da SD1, a qual visa responder sobre o quê escrever, já torna perceptível, mais uma vez, a divisão do *nós cabeça* do *nós corpo*.

Este manual não apenas impõe diretamente, mas antes, cria condições para que esta imposição seja *dita, exigida*; isso é nítido ao observar a continuidade da SD1 na qual elas dizem “*Em nosso primeiro momento, as blogueiras negras foram convidadas a publicar sobre aquilo que mais amam. Éramos uma ideia na cabeça e um endereço wordpress na mão.*” O *nós cabeça* não respondem diretamente o quê pode e/ou deve ser escrito, mas antes elas tratam da história delas, como começou.

Ainda, elas continuam abordando na SD1: “*Passados seis meses de muito aprendizado, nossa proposta continua basicamente a mesma.*”. Esse “*basicamente a mesma*” suaviza, ou melhor, *silêncio constitutivo* (ORLANDI, 2007) diz se *basicamente a mesma*, mas o sentido no silêncio que atravessa essas palavras diz respeito à mudança. Isso é perceptível quando posicionam discursivamente ainda na SD1: “*Com um pequeno detalhe que marca nosso amadurecimento – ratificamos aquilo que nossas autoras têm feito até aqui, privilegiando o feminismo negro e/ou assuntos que digam respeito à negritude e seus desdobramentos.*” Portanto, a imposição não é empreendida por meio do *silêncio local*, mas por meio do *silêncio constitutivo*.

O discurso da resistência para funcionar, principalmente no *manual* ditando as regras, precisa *falar e esquecer, falar e apagar* a fim de que surjam novos sentidos

(ORLANDI, 2007). Nesse funcionamento da fala com relação ao esquecimento e apagamento, a contradição e o equívoco são constituintes necessários desse processo, isso confirma aquilo que já fora colocado anteriormente que o equívoco e a contradição são e estão presentes no discurso da resistência.

Desse modo, é nítido na materialidade discursiva da SD2 que os sujeitos mulheres negras visam responder o questionamento sobre qual é o melhor formato de post, assim o *nós cabeça* respondem: “*Toda blogueira negra tem independência para escolher o formato de seu post. Essa é a regra mais importante.*” O sentido desta colocação que o formato do post é independente e a liberdade de escolha é garantida, e, elas continuam afirmando na SD2 que: “*Não há um consenso sobre a melhor maneira de escrever nesse suporte e o mais produtivo é desenvolver sua própria personalidade e, assim, desenvolver um trabalho autoral.*” Dessa forma, trabalho precisa ser autoral, de acordo com a personalidade do autor, assim esse *nós* afirma ainda na SD2: “*Porém fazemos algumas sugestões considerando o formato em que atuamos, que é o de blog.*” O *porém*, o *mas* são indicadores de apagamentos daquilo que foi dito anteriormente. Ou seja, a liberdade de escrita nesse espaço é condicionada, isto é, ditada pelo *nós cabeça*, é preciso *regular* para controlar com o fim de continuar resistindo. O discurso segue ordem específica, e a partir desta, outras implicações são embrionadas, bem como, o silêncio, a censura (ORLANDI, 2007), o apagamento, esquecimento (PÊCHEUX, 2014 [1975]) e também a contradição. Tais elementos constituem toda forma de dizer dos sujeitos envolvidos em determinada interlocução.

Na SD 3, os sujeitos mulheres negras respondem o possível questionamento a respeito de como enviar o material para o Blogueira Negras, e elas posicionam: “*pedimos que seu material seja enviado para blogueirasnegras@gmail.com. Além de seu post, envie também uma breve descrição sobre quem você é e seus links nas redes sociais e blog, se for o caso*”. Sendo assim, para que o sujeito possa expor suas ideias, precisa satisfazer as exigências impostas pela ordem do discurso que, neste caso, é aquela ditada pelo *nós cabeça*, pois as regras desse espaço são ditadas por esse *nós*. A escrita *arquiva*, *documenta* e também permite possibilidades outras de significação. O sujeito que escreve sobre *si evidencia* (positiva ou negativamente) quais são os seus segmentos ideológicos na ordem social. O *quem é você* é um questionamento que visa *identificar* o sujeito, e, ao mesmo tempo, *selecionar* se este pertencerá ou *não* àquele grupo, ou seja, se inscrever ou não em determinada FD.

Além disso, ao dizer de *si*, o sujeito é atravessado pelo *esquecimento n°1 e n°2*, o sujeito na sua ilusão pensa controlar os sentidos daquilo que diz, e aquilo que está sendo dito por ele só poderia ser dito daquele modo. Percebe-se que o funcionamento do discurso da resistência perpassa pelas noções já categorizadas nos trabalhos de Michel Pêcheux (2014 [1975]) e Orlandi (2007). O discurso da resistência não é apenas aquele tomado como *a priori* de enfrentamento, mas, como é espaço que promove *silêncios e silenciamentos*, isto é, *censura* para a continuação da sua própria sustentação.

Mais adiante, percebe-se que o sujeito pertencente ao grupo precisa se submeter às ordens determinadas pelos *nós cabeça*, aquele que rege em prol da continuidade e funcionamento do próprio grupo. Os limites, os prazos e os ajustes são mecanismos que constituem o funcionamento do discurso da resistência, como exposto na SD 3.1: “*Isso deve ser feito com pelo menos 5 dias de antecedência. Assim podemos fazer ajustes, se necessário.*” Os ajustes remetem *ao efeito de sentido* de controle, pois, para permanecer é preciso saber dizer, ou se não, até mesmo ser. O sujeito precisa se adequar às exigências, e não apenas isso, mas *satisfazer* quem as propõe, como na SD3.1: “*Durante este tempo, autora e editora permanecerão em contato se houver demanda de revisão editorial. Se você quer escrever para o blog e deseja auxílio de nossa editora, esse prazo precisa ser maior ainda.*” Exigir do outro determinadas ações no espaço blog não é algo negativo, mas, condutor, viabilizador e potencializador *de e para* o funcionamento do discurso resistência nesse espaço. A cobrança e exigência rompem com o sentido de ser algo “ruim”, “negativo” e traz o sentido de organização para *emancipação*.

Por fim, com relação à SD3, nas suas entrelinhas está presente a questão da *imagem* quando é pedido o *link* das redes sociais, o que remete ao *processo de identificação* para a entrada ou não desse espaço. Assim, o discurso da resistência utiliza do mecanismo, bem como já colocado, da *interdição* para que a voz daquele (a) que fala possa continuar a ecoar sem ser interrompida por vozes que em outros momentos tentaram silenciá-la.

Observa-se também a noção do *lugar de fala* (RIBEIRO, 2017) o qual se pode tencioná-la no interior da AD como o *tomar a palavra, apropriar-se da palavra, romper o silêncio* (ORLANDI, 2007), o que pode ser considerado como mecanismo que coopera para e com o funcionamento da resistência que contribui.

Na materialidade discursiva SD4, na qual os sujeitos mulheres negras falam sobre a agenda da plataforma, o nós cabeça escreve: “*equipe de facilitadoras poderá alterar a agenda por conta de repetição de temas, de autoras ou dada a necessidade de repercutirmos determinado tema ou notícia*”. A agenda funciona como *reguladora*, que, por sua vez, *controla*, ou seja, *ordena o discurso*, isto é, *dita* quando, quem e o que deverá ser dito, isto é, *publicado*. Assim, *adiar, priorizar* publicação em detrimento de outras é *silenciar*, mas isso pode ser entendido com o *adiar* de vozes para o *ecoar* de outras vozes mais consoantes àquele determinado acontecimento. Adiante, elas continuam na SD4: “*Nesse caso, entraremos em contato com a autora do dia para informar o motivo dessa alteração.*” Isso não pode ser considerado necessariamente *censura*, pois, segundo o que esses nós escrevem, há aviso para este *adiamento* de prazo, publicação, entretanto, não deixa de constituir *as formas* do silêncio. Contudo, a *contradição* e o *equivoco* são constituintes do discurso, em que a conjunção adversativa *rompe* e torna possível a *continuidade* na SD4: “*No entanto, dada a rapidez com que algumas notícias precisam ser publicadas, pedimos sua compreensão caso seja preciso tomar tal decisão sem qualquer aviso prévio*”. Assim, o texto a ser postado precisa atender a urgência daquele momento, daí retoma aquilo que fora dito nas sessões anteriores que o discurso da resistência tem vinculado ao seu funcionamento o caráter de *denúncia, delata*. Desse modo, entende-se que, quanto mais *denunciador* for o texto no interior da comunidade/grupo, ou seja, do blog que resiste, mais ele será mais propagado.

O discurso sempre funcionará seguindo determinada ordem (FOUCAULT, 1999), de modo similar, a resistência precisa estar *organizada, alinhada, categorizada* a fim de se manter. Desse modo, a *diversidade* entre os ditos dos sujeitos é um fator que constitui o funcionamento do discurso da resistência neste espaço. Com base nisso, monopolizar apenas uma voz seria agir como o dominador; *permitir* que o outro fale, mesmo que seguindo determinada ordem, pode ser considerado um princípio de aversão à dominação, *isto é*, sujeitos que resistem procuram *democratizar* dentro do grupo o dizer, o falar, o *ser*. Ainda, convém reiterar que esse processo de democratização não está isento da *contradição* e do *equivoco*.

Portanto, o discurso da resistência não pode ser analisado na ordem da ingenuidade, mas da incerteza, do questionamento, pois não se analisa o que se sabe, mas aquilo que está a saber/descobrir. O analista não conta aquilo que sabe, mas descreve aquilo que aprendeu a partir do trabalho exaustivo de análise, pois o objeto que se estuda

“fala”, porém, o gesto de interpretação será empreendido a partir do posicionamento ideológico deste sujeito.

Retomando, o funcionamento do discurso da resistência se dá na ordem do *fechar para abrir* e do *romper para continuar*, cujo fortalecimento reverbera no lado interno do grupo, por meio da apreensão de saberes que legitimam a luta empreendida. O fortalecimento, a princípio é intelectual, e na resistência, o saber é crucial e este pode ser considerado a força, isto é, a peça-chave do grupo; isso está presente na materialidade discursiva da SD5, na qual os sujeitos mulheres negras posicionam afirmando o seguinte: *“Partimos do princípio que nossa espinha dorsal é o feminismo negro e a experiência da mulher negra. Nosso objetivo é fornecer material para o debate por meio do nosso protagonismo e visibilidade”*.

O feminismo negro já é um saber de *resistência*, pois, para dominação, o racismo e outras formas de opressões não eram vistas na gravidade que elas se apresentam, mas antes, eram silenciadas, as pautas levantadas eram convenientes à dominação e outro lado era esquecido. Assim, o silêncio sobre o sofrimento alheio tem o seu efeito de *sentido*, isto é, gera incômodo no outro, e isso, automaticamente, suscita a *resistência*, pois, bem como colocou Pêcheux (2014 [1975]), a resistência existe em resposta à dominação nas práticas sociais. Na ordem da dominação, aparece mais, se não apenas a experiência de quem domina; o grupo dominante está posicionado no centro, e por assim estar, *tudo trabalha em prol* da continuidade daquele grupo, naquela posição, assim, não há espaço para os demais, outras experiências e outros saberes. O grupo que resiste, elege ou dá progressão aos saberes de sua respectiva ancestralidade a de modo a promover a visibilidade do grupo, que, nesse caso, é o da mulher negra. A visibilidade não pode ser de qualquer modo, assim, é preciso *de ordem* tanto do discurso, quanto do grupo.

Sendo assim, a prática de expor as experiências individuais dos sujeitos participantes deste grupo *fortalecem* a eles mesmos. A *subjetividade*, neste caso, é o vínculo potencializador entre os sujeitos, pois é por meio dela (juntamente com os esquecimentos, equívocos e contradições) que o discurso funciona. Desse modo, na materialidade discursiva da SD5.1, isso é notório no modo de se posicionar dos sujeitos mulheres negras: *“Primaremos pelo ativismo de interseção que direciona o olhar para as demandas e especificidades da mulher negra, evitando hierarquizar qualquer opressão.”*

À vista disso, esse *olhar* é evidenciar, colocar em destaque aquilo que a mulher negra vive, o que, automaticamente, apagará outras vivências de mulheres, pois resistir

está na ordem do *falar a fim de esquecer* (ORLANDI, 1999). Logo, é preciso *esquecer* para resistir, sendo que esse *esquecer* não é aquele da ordem psicologista do termo, mas da ordem linguagem, do silêncio. Não dizer sobre determinadas questões que se apresentam adversas àquilo que se acredita é resistir, ou seja, é a resistência em pleno funcionamento.

Então, negar, a princípio, é excluir, descentralizar aquilo que estava no centro: “*Não temos o objetivo ou a pretensão de protagonizar outras lutas, corpos e territórios que tem vida e atuação próprias*”. Em outras palavras, para resistir é preciso separar, isto é, desvincular de vozes outras que já são potentes em si por ocuparem uma posição centralizada no social, nesse caso, são as vozes das mulheres brancas.

A partir disso, na continuidade da materialidade SD5.1, entende-se o porquê de não “*protagonizar outras lutas, corpos e territórios que tem vida e atuação próprias*”, isto é, que já dominam; e, posteriormente, elas afirmam “*mas escreveremos em solidariedade a todas as mulheres que não são tradicionalmente contempladas pelos movimentos de hegemonia*”. Esse *todas* seriam quem? Apenas mulheres negras? Parece que esse *nós que diz* se divide mais uma vez, antes era *nós cabeça*, *nós corpo* e agora *nós todas* “*todas as mulheres que não são tradicionalmente contempladas pelos movimentos de hegemonia*”. Assim, entende-se que engloba a mulher negra trans, a mulher negra gorda, a mulher negra mãe solo etc., ou seja, aquelas que não são acolhidas pelos grupos que são mais legitimados na sociedade.

Em continuidade à análise, a resistência enquanto discurso se apresenta como *seleção, organização e redistribuição*, ela segue a *ordem do discurso* (FOUCAULT, 1999) na qual o discurso não pode ser dito por qualquer sujeito e em qualquer circunstância. Assim, quando o *nós cabeça* delimita o quê e quem deverá dizer, aponta-se para esse funcionamento de *seleção, organização e redistribuição*. Essas questões podem ser percebidas na materialidade da SD 5.2 quando o *nós cabeça* diz: “*Quando necessário, reconheceremos quaisquer camadas de privilégios que por ventura se apresentem. Estaremos atentas ao fato de que mulheres negras são um grupo diverso e os mais variados agentes de opressão tem efeitos distintos sobre cada uma de nós.*” Nesse sentido, *reconhecer e estar atentas* é sinônimo de *seleção* no discurso a fim de *regular*, isto é, colocar limites a fim de silenciar uns e vocalizar outros.

Na continuação da referida SD5.2, os sujeitos mulheres negras dizem: “*Assim, iremos convidar nossas autoras a considerar recortes de idade, geográficos, de corpo,*

classe, agentes de possibilidade, acesso à educação, branquitude, etc.” Esse convite a fim de considerar determinados recortes é a *organização* do discurso para que ele seja *redistribuído* de acordo com aquilo que o *nós cabeça* almeja.

Desse modo, a *política do silêncio*, isto é, o *silêncio local* é crucial para manter a *ordem do discurso* no blog como todo. Assim sendo, *proibir* alguns discursos é *censurar* em nome da *ordem*. O sujeito que resiste também domina, desse modo, entende-se que a dominação e resistência são dois elementos distintos, mas que se *retroalimentam* o tempo todo. A resistência e dominação podem ser pensadas a partir de uma moeda, pois nesta há os dois lados, um nomeado de “cara” e outro “coroa”, para que a moeda seja tal e cumpra seu objetivo, ela precisa desses dois lados conjuntos, pois um corresponde ao outro. A partir desta configuração pode ser entendida a resistência e a dominação.

Aquilo que as *Blogueiras Negras* proíbem de ser dito no espaço delas é aquilo que é aceitável, propagado e compartilhado pela dominação a qual elas resistem, tais dizeres (discursos) são *censurados* por elas. Assim, o ato de *diferenciar* (seja nas palavras, visão, comportamento e etc.) compõe o escopo do funcionamento da resistência.

Tal funcionamento também é comum na materialidade da SD 5.3, na qual os sujeitos mulheres negras posicionam do seguinte modo: “*Dessa forma, nos reservamos o direito de não publicar material de cunho transfóbico, racista, machista, classista, etarista (de idade), sexista, capacitista, lesbo-homo-bifóbico, cissexista, gordofóbico e quaisquer outras formas de preconceito e opressão.*” É preciso *interditar* determinados discursos a fim de que haja *ordem e separação*, ou melhor, *dessemelhança* daquilo que os sujeitos estão se opondo, isto é, resistindo.

Dessa maneira, o *nós cabeça* dão a definitiva bem como na sequência da SD5.3: “*Práticas como culpar mulher pelo machismo, o negro pelo racismo ou o gordo pela gordofobia não serão toleradas.*” Percebe-se que as críticas serão direcionadas ao grupo e não ao indivíduo, sendo um ponto interessante, pois demonstra e confirma aquilo que Pêcheux (2014 [1975]) já havia colocado sobre a resistência estar atrelada às práticas sociais que são lideradas por grupos hegemônicos, ou seja, àqueles que detém o poder, e tais não são indivíduos, mas, representantes, líderes de um grupo, por isso elas dizem ainda na SD 5.1 “*Sempre que possível, pediremos que às autoras façam críticas estruturais, nunca direcionadas a uma pessoa em particular.*” Nesse sentido, a crítica é uma denúncia, e a denúncia é um mecanismo potencializador presente no funcionamento

do discurso da resistência, ela movimenta *efeitos de sentidos* que desestabilizam algumas *estruturas* políticas sociais.

A *ordem do discurso* precisa estar em pleno *funcionamento* entre os sujeitos daquele grupo, que seguem a mesma FD, neste caso, os sujeitos que compõem o *Blogueira Negras*, pois esse é o requisito do *nós cabeça*. Assim, *controlar e selecionar* aquilo que os sujeitos *dizem, discursam* dentro desse espaço constitui o funcionamento da *resistência*. Logo, compreende-se que o silêncio constitutivo, isto é, a *censura*, faz parte da retórica do oprimido, o ato de *selecionar o que falar é* crucial para que a parte que resiste continue a sua *dominação*. Isso está exemplificado na materialidade SD 5.4: “*Não serão tolerados ataques pessoais em nossa comunidade, seja no fórum de discussão, seja de uma autora para outra através de textos.*” Os ataques pessoais são sinônimo de *enfraquecimento* numa comunidade cujo objetivo é unir para resistir *a*. As ofensas entre os sujeitos membros desse grupo (mulheres negras) — que pode ser comparado a um corpo — seriam, como se fosse, automutilação, colocando de modo metafórico, causariam ferimentos a si próprios, por isso a proibição de ofensas, pois este espaço, pressupõe cura entre essas mulheres, e não o contrário.

Como já abordado, o discurso da resistência segue uma *ordem*, e, concomitantemente, escala os sujeitos em posições, isto é, o *nós cabeça* não é apenas a cabeça, considerando o corpo, mas, como se fosse os órgãos vitais, *cabeça e coração*, pois esses *nós* se centralizam, se protegem e se separam de outro *nós*, se preciso for, a fim de continuar a (r) existência. Ou seja, a resistência enquanto discurso funciona na ordem da *contradição*, do *equivoco*, ela transita entre *as continuidades e ruptura*, isto é, o *corte*. Por fim, elas encerram a SD 5.4 se posicionando do seguinte modo: “*O que chamamos de Blogueiras Negras é composto de variadas personalidades, posicionamentos e opiniões e assim deve ser entendido.*” Percebe-se que ao mesmo tempo em que há o *corte*, há também *a costura* e são nesses lapsos que o discurso da resistência se faz, pois esta pode ser considerada como a *fuga do assujeitamento perfeito* do sujeito. Logo, é possível fazer alusão a Pêcheux (2014 [1975], p.278), o qual cita, em nota de rodapé, o texto autobiográfico do intelectual militante Robert Linhart (1975)²⁸

E se a gente dissesse que nada tem muita importância, que basta se habituar a fazer os mesmos gestos de uma forma sempre idêntica,

²⁸ LINHART, R. L'établi. Paris: Editions de Minuit, 1978, p. 14- (Texto datilografado). (LINHART, 1978 apud PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 278)

aspirando somente à perfeição plácida da máquina? Tentação da morte. Mas a vida se revolta e resiste. O organismo resiste. Algo no corpo e na cabeça, se fortalece contra a repetição e o nada.

A resistência também funciona na ordem do *lapso* e do *ato falho* do sujeito, qual não se assujeita perfeitamente a determinada *condição de produção* que ele está inserido, pois “*algo no corpo e na cabeça, se fortalece contra a repetição e o nada.*” Embora a citação acima esteja dizendo respeito ao contexto do sujeito em fábricas com todas suas respectivas maquinarias, mas, este pode ser um exemplo vívido deste *desajuste* do sujeito no lugar/espaço já *feito* (PÊCHEUX, 2015 [1983]).

Dito isso, quando as organizadoras se propoem a explicar sobre revisão *editorial*, percebe-se que esse espaço de revisão de textos é crucial para *selecionar* quem *poderá* ou *não* publicar o seu texto naquela plataforma. Não basta escrever, mas o sujeito precisa estar de acordo com a *linha editorial* proposta pelo *nós cabeça*. Portanto, na materialidade da SD 6 na qual os sujeitos mulheres negras respondem o que é revisão editorial, percebe-se que o *nós cabeça* responde que “*a revisão editorial é o momento em que serão feitos alguns ajustes, se necessários, nos textos enviados. Tal adequação muitas vezes é uma simples revisão gramatical ou sugestão de alteração no formato do post*”. Logo, o *ajuste*, a *adequação*, a *revisão*, a *sugestão* e *alteração* são palavras que indicam intervenção de algo ou alguém sobre determinado ordenamento.

A *intervenção* constitui o funcionamento da resistência, sendo algo potencializador da / para resistência, além disso, a intervenção serve à organização do grupo frente à dominação que é propositada a resistir. A partir disso, nota-se que a *intervenção* não trabalha apenas na exterioridade do grupo, mas ela se torna peça vitalícia para o funcionamento interno do grupo, pois ela *rompe*, porém, ao mesmo tempo, *costura*.

Portanto, o *nós cabeça* coloca na SD6 que “*é nesse momento também que verificamos se os textos enviados estão de acordo com nossa linha editorial.*” A intervenção incide sobre o modo de que os sujeitos escreverão, a mudança na escrita implicará o aspecto semântico do texto, e isso, conseqüentemente, afetará o sujeito que escreve e o sujeito que irá ler aquele que texto. Essa intervenção pode empreender vários *efeitos de sentidos*.

A *resistência* enquanto discurso não “*pede licença*”, isto é, esta se instaura como o *acontecimento discursivo* (PÊCHEUX, 2015), o qual é o ponto de encontro entre a atualidade e a memória. É complexo precisar o início de dado acontecimento como

também da *resistência*, pois o início está na ordem do *lapso*, o *desejo inconsciente*, a fuga do *assujeitamento*. O sujeito que resiste tem o desejo de *compartilhar* do poderio da dominação, e, para isso, ele utilizará estratégias semelhantes às aquelas que ele é oponente. Como bem exposto em momentos anteriores, *silenciar* constitui o funcionamento da resistência.

Além disso, a *submissão* do sujeito que envia o seu texto pode ser considerada um potencializador para tal funcionamento, pois, ao aceitar e concordar ele se inscreve, e está submetido a toda regularidades e restrições, percebe-se que os sujeitos que organizam a resistência, isto é, o *nós cabeça* o faz, a fim de tentar evitar ao máximo possível a rebelião. Isso está exposto também na materialidade da SD7 na qual o sujeito mulheres negras trata dos termos:

“agradecemos o interesse em publicar conosco. Aproveitamos para informar, também, que a publicação no Blogueiras Negras implica na aceitação dos termos estabelecidos nesse manual, que podem ser alterados a qualquer momento sem aviso prévio.”

Dessa maneira, enviar o texto significa entrar, participar dessa *ordem do discurso* que, atravessada pelo *equivoco*, pela *contradição* vocaliza, isto é, ecoa vozes, mas para se manter, *impõe silêncio*, *faz calar*, pois aceitar os termos não determina a garantia da estabilidade dele, pois o termo pode ser alterado sem que o sujeito participante daquele grupo, isto é, o *nós corpo* seja consultado. Tal fator demonstra que, no funcionamento da resistência, estão embutidas as *relações de poder*, as quais não estão/são apenas por parte da dominação que resiste, mas constituem as relações dos sujeitos que também resistem.

É válido ressaltar que quando o sujeito “*nós cabeça*” mulheres negras, interdita, silencia alguns tipos de comentários e propõe a análise de comentários, elas estão correspondendo às condições de produção que sempre favoreceu a produção, reprodução e materialização do discurso de ódio na sociedade brasileira. Assim sendo, o sujeito que resiste também se utiliza do silêncio, da censura pois este faz parte do funcionamento da linguagem e é elemento que constitui o funcionamento da resistência. Moreira (2009) refletiu sobre a censura não institucionalizada (hegemônica), mas aquela que está na ordem da retórica do oprimido. Desse modo, esses pontos serão aprofundados em artigo científico para melhor compreensão.

7.4 QUADRO 4 “OS MANDAMENTOS”

QUADRO 4 – PUBLIQUE – POLÍTICAS DE COMENTÁRIO²⁹

SD 1: Os critérios para aprovação dos comentários são:

1. discussão estrita de assuntos relacionados ao post;
2. não conter material publicitário de qualquer natureza;
3. não ser excessivamente longo, prática conhecida como *overkill*;
4. não conter ameaças, ofensas, insultos ou agressão de qualquer natureza, explícita ou não, dirigidas às autoras desse blog ou a outros comentaristas;
5. não devem constituir qualquer tipo de crime ou prática indecorosa como racismo, xenofobia, sexismo, homofobia, transfobia, misoginia, preconceito de classe, culpabilização da vítima, etc;
6. não devem reproduzir artigos, reportagens e/ou textos na íntegra;
7. não devem ser repetidos;
8. não devem revelar informação de cunho pessoal de outros comentaristas;
9. não devem caracterizar prática explícita de trollagem: postagens exaustivas, mensagens polêmica que pretendam testar a paciência dos interlocutores, a prática do desfile intelectual, repetição de falácias e/ou postagem duvidosa.

SD 2: Lembrando que:

1. as opiniões de cada leitor não são de responsabilidade, civil e/ou criminal, das autoras desse blog;
2. a cada comentário, ficam registrados Nome, Email e I.P. de cada comentarista, a partir dos quais é possível rastrear e imputar responsabilidade civil e/ou criminal por ações praticadas nesse ambiente virtual;
3. as autoras desse blog se reservam o direito de concordar ou discordar livremente das opiniões postadas pelos leitores ou por outros blogueiros;
4. as autoras desse blog se reservam o direito de não responder aos comentários, réplicas ou trélicas publicados pelos leitores ou por outros blogueiros;

O último quadro, na *guia* “publique” ainda possui a aba sobre *políticas de comentários*, sendo ela semelhante a um manual precedido por números. De igual modo, na materialidade da SD1, *os critérios para aprovação dos comentários* trazem à memória a estrutura dos *dez mandamentos bíblicos* devido ao uso demasiado do não. O

²⁹ Disponível em: < <https://blogueirasnegras.org/comentarios/> > Acesso:

mandamento é um gênero textual discursivo, pertencente ao tipo textual injuntivo, com o objetivo de ordenar. É interessante tal comparação, pois o que está sendo dito nessa subdivisão fora dito em outros quadros, então, tem-se a *repetição*, que, por sua vez, tem um objetivo dentro deste funcionamento.

A repetição tem o fim de cristalizar os sentidos na memória no interdiscurso, em que a *regra* é um modo da *ordem*, da *disciplina* funcionar e também regular. A SD2 do quadro que inicia com “*lembrando que*” é dedicada ao leitor que almeja comentar e às autoras que pretendem escrever no blog. Diante disso, é interessante que elas, “*autoras, reservam o direito de*”, colocando em questão a noção de autoria, a qual Orlandi (2012, p.71) faz uma proposição muito relevante em que “o sujeito só se faz autor se o que ele produz for interpretável [...] Porque assume sua posição de autor (se representa nesse lugar), ele produz assim um evento interpretativo”. Então, a escrita e a interpretação adentram nesse mecanismo que colabora para o funcionamento do discurso da resistência no espaço do *blog*.

A estilística do texto, isto é, o modo como ele está estruturado pode empreender *efeitos de sentidos* y ou *x*, ou melhor, vários, a partir deste. Para Bazerman (2015, 167-8):

O estilo é um conjunto de escolhas em busca da experiência do leitor, e todo conjunto de regras de estilo oblitera as fontes de estilo e os recursos que podem ser úteis em algumas situações. O estilo torna polida a superfície de um texto. Pode agradar aos olhos do leitor ou brilhar incomodamente quando visto sob uma luz ou outra. No entanto, o brilho pode ter uma profundidade que revela significações, intenções e relações construídas no texto. Cada um desses níveis – a superfície, o mundo social de circulação e a profundidade da criação de sentido – podem dar indicações do que queremos dizer com estilo e pode apontar para como podemos trabalhar com ele.

O estilo está dentro da *ordem do discurso*, ou seja, ele coordena essa *ordem*. Como dito anteriormente, o *estilo* de um texto remonta *efeitos de sentidos* outros, a escolha de como se estruturarão as palavras, como elas impactarão os sujeitos de modo positivo à negativo, isso traz implicações no modo como o sujeito leitor *deverá se posicionar*.

Ademais, o *estilo*, por sua vez, traz imposições e, concomitantemente, apelações; por meio dele, percebe-se que há um sujeito detentor de poder, sendo quem, pelas escolhas do *estilo*, desenvolve estruturas textuais com segmentos que sugerem como o texto deve ser lido, quais elementos são importantes.

Assim sendo, é preciso refletir a respeito dos números, pois eles contribuem para que a *a superfície do texto* esteja polida. A numeração, para além da ordem, organização e hierarquia, empreende *efeitos de sentidos* sobre o corpo, isto é, comportamento do sujeito que lê e que recebe determinada instrução. Portanto, a numeração direciona, isto é, aponta qual será o “próximo passo”, refletindo de modo mais acentuado, percebe-se que esta (a numeração) está na ordem do *arquivo*, pois ela *dita* como *pode* e *deve* ler, no que diz respeito à continuidade da (de) leitura, ela *dita* os segmentos, ou seja, o que vem antes e o que vem depois.

A SD's selecionadas poderiam ter sido escritas de outros modos, isto é, em outras versões, sem estarem em *ordem* numérica. Orlandi (2012, p. 14) afirma que na perspectiva da AD:

qualquer modificação na materialidade do texto corresponde os diferentes gestos de interpretação, compromisso com diferentes posições do sujeito, com diferentes formações discursivas, distintos recortes de memória, distintas relações com a exterioridade. Este é um aspecto crucial: a ligação da materialidade do texto e sua exterioridade (memória).

Tanto a prescrição, quanto a instrução são dois potencializadores que fazem o silenciamento funcionar, pois *dita* o *como* e o *deve* proceder diante determinada *prática, ação* e, além disso, são mecanismos que *evidenciam* a revolta, ou seja, o não *assujeitamento* àquilo que é proposto pela dominação.

O *não* está na ordem da *proibição*, do *silêncio* local, pois, neste, o sujeito é impedido de sustentar o discurso dele, restando apenas sustentar o discurso do outro, ou seja, *dizer* aquilo que é pertinente, isto é, aceitável ao grupo do outro sujeito. Daí remonta-se a *ordem do discurso*, na qual nem todo sujeito pode *dizer o que quer*. Assim, ao analisar a SD1, percebe-se que o *não* é precedido no *verbo no infinitivo*:

1. discussão estrita de assuntos relacionados ao post;
2. **não conter** material publicitário de qualquer natureza;
3. **não ser** excessivamente longo, prática conhecida como *overkill*;
4. **não conter** ameaças, ofensas, insultos ou agressão de qualquer natureza, explícita ou não, dirigidas às autoras desse blog ou a outros comentaristas;
5. **não devem** constituir qualquer tipo de crime ou prática indecorosa como racismo, xenofobia, sexismo, homofobia, transfobia, misoginia, preconceito de classe, culpabilização da vítima, etc.
6. **não devem** reproduzir artigos, reportagens e/ou textos na íntegra;

7. **não devem** ser repetidos;
8. **não devem** revelar informação de cunho pessoal de outros comentaristas;
9. **não devem** caracterizar prática explícita de trollagem³⁰: postagens exaustivas, mensagens polêmica que pretendam testar a paciência dos interlocutores, a prática do desfile intelectual, repetição de falácias e/ou postagem duvidosa.

Os não ditados acima implicam a conduta do sujeito como todo. O sujeito que almeja comentar está impedido de mencionar sobre qualquer *material publicitário*; ele não *deve* ser, ou seja, ele não tem o direito de escrever um comentário *overkill*, isto é, exagerado, prolixo ou ofensivo, muito menos criminoso. Quando o *nós cabeça* diz a respeito da *ofensa* ou do *crime*, de certo modo, há uma previsão para este possível *acontecimento*, pois a exposição dos textos nas redes pode ser atrativo tanto de forma positiva, quanto negativa. A *dominação* não “regozija” com a resistência dos “dominados” e vice-versa.

O modo estrutural do texto por meio das ênfases e repetições do *não* ao decorrer do texto empreende e remete ao efeito de sentido da ordem do jurídico, em que ditar *como deve* ser dito retoma à memória de (re) civilização, na quais as regras eram ditadas a fim de aquele determinado convívio fosse possível.

Outro exemplo explícito dessa estrutura textual se refere às proibições de Deus ao povo hebreu (Israel) no livro das leis, que determinavam desde a alimentação até o âmbito familiar. No livro das leis (Levítico), percebe-se um arranjo semelhante às escritas pelo *nós cabeça* do Blogueira Negras. O elemento “não” numa perspectiva bíblica visa uma *separação*, isto é, um estilo de vida no sentido (linguístico cultural político e social) diferente, por isso, para fazer parte do grupo, era necessário aceitar todas as regras já impostas que já estavam presentes. Semelhantemente, as *Blogueiras Negras* ao receberem comentários de quem não faz parte do grupo, elas irão avaliá-los, de modo a verificar se aquela opinião não colocará a *resistência* e, ao mesmo tempo, a *dominação* dos *nós cabeça e nós corpos* em cheque, isto é, *desestabilização*.

A partir disso, depreende-se que a palavra “não” nesse texto é carregada de textualidade. Eni Orlandi (2012) propõe que o texto é histórico e a palavra que traz, em si, significados também é revestida de textualidade, e, desse modo, é possível associar a

³⁰ Sublinhado (hiperlink) do blog.

estilística do texto à memória dos mandamentos bíblicos em que homem está submetido à dominação de Deus, e isso, conseqüentemente, empreenderá comportamentos e discursos de resistência.

Os sujeitos (des) identificados, isto é, aqueles que não o são, estão externos àquela FD, precisam dizer quem são com o objetivo que eles sejam identificados ou não para dizer, isto é *tomar a palavra, romper o silêncio*. Quando as *Blogueiras Negras* ou qualquer grupo *resiste*, automaticamente eles *dominam*. Logo, a resistência discurso / prática demonstra novamente que o *silêncio local* é inerente ao funcionamento da resistência.

Dentro desse quadro e num viés bíblico, pode-se pensar na *palavra sagrada* e na *palavra profana*, pois o “não” tem o caráter de impedir, interditar, separar, proibir; ele por sua vez, remete a essa ideia ao ler este último quadro em análise devido à repetição do *não*. A repetição tem o fim de cristalizar os sentidos na memória no interdiscurso, a *regra* é um modo da *ordem* ou da *disciplina* funcionar.

Enquanto a SD1 funciona como mandamento, a SD2 funciona apresentando as conseqüências daquele sujeito que desobedece àquilo que está imposto. A SD2 do quadro que inicia com “*lembrando que*” é dedicada ao leitor que almeja comentar, e às autoras que pretendem escrever no blog. É interessante que à elas, “*autoras reservam o direito de*”, e isso coloca em questão a noção de autoria, a qual Orlandi (2012, p.71) faz uma colocação muito relevante em que “o sujeito só se faz autor se o que ele produz for interpretável [...] Porque assume sua posição de autor (se representa nesse lugar), ele produz assim um evento interpretativo”.

A primeira conseqüência está posta no primeiro ponto em que elas dizem que as “*...opiniões de cada leitor não são de responsabilidade, civil e/ou criminal, das autoras desse blog*”. É preciso prever e transmitir as responsabilidades daquilo que será comentado pelo sujeito a ele próprio e invocar o discurso jurídico a fim de demonstrar que ele será medido de acordo com as suas palavras naquele espaço.

Percebe-se que “todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro” Orlandi (2010, p.62) o discurso das *Blogueiras Negras* situa na ordem do político e por isso para que este seja legitimado evoca-se o jurídico, pois é por deste que se instaura o aparelhos de repressão (MARIANI, 2020), embora o jurídico e o aparelho repressivo (estado) na maioria das vezes se coloca contrário àquilo que elas

defendam, mas mesmo assim elas utilizam, pois resistir é isso, colocar em *xequê e desconforto* àquilo que domina.

No segundo item, elas dizem “*a cada comentário, ficam registrados Nome, Email e I.P. de cada comentarista, a partir dos quais é possível rastrear e imputar responsabilidade civil e/ou criminal por ações praticadas nesse ambiente virtual*”. A consequência do comentário está no fato de ele se tornar um arquivo que ficará registrado e rastreável, percebe-se que o comentário funciona como *arquivo* nele está nome, e-mail e I.P. O sujeito que comenta está adentrando num meio, espaço que a depender do que ele disser este será *vigiado e punido* (FOUCAULT, 1997). A resistência discurso / prática funciona na ordem da *censura*, pois se não, o sujeito que resiste não domina. Entende-se que a consequência neste sentido é a saída à caça.

No terceiro ponto, os sujeitos mulheres negras afirmam “*as autoras desse blog se reservam o direito de concordar ou discordar livremente das opiniões postadas pelos leitores ou por outros blogueiros.*” Ou seja, elas deixam posto que nem tudo que será comentado elas irão concordar, mas antes, elas afirmam que podem discordar. A opinião delas não é qualquer dizer, mas sim um direito, por isso elas fazem questão de mencionar, percebe-se que isso é a resistência funcionando por meio das *formas do silêncio* e literalmente na *movimentação dos sentidos* (ORLANDI, 2007), pois resistir também é ter *domínio da palavra*, isto é, *tomar a palavra* ou melhor ter ou lutar pelo direito de dizê-la. Por isso, nas entrelinhas deste discurso ressoa a consequência do dito popular “*fala o que quer e escuta o que não quer*”.

No quarto ponto elas dizem “*as autoras desse blog se reservam o direito de não responder aos comentários, réplicas ou trélicas publicadas pelos leitores ou por outros blogueiros*”. Percebe-se que elas utilizam do silêncio como linguagem, isto é resposta, o *silêncio* neste sentido é sinônimo de resistência, ou seja, elas guardam a palavra. Esse guardar está relacionado ao domínio que elas têm sobre a palavra e a escolha de comentar ou não. O equívoco e a contradição contribuem de modo significativo para o funcionamento da resistência, pois em alguns momentos, não especificamente neste quadro, elas reivindicam o direito à palavra, neste caso, elas reivindicam o direito ao silêncio, isto é, guardar palavra (ORLANDI, 2007).

Já no quinto ponto está posto que “*as autoras desse blog se reservam o direito de, a qualquer momento, desabilitar ou habilitar a postagem de comentários;*” ou seja, silenciar, isto é, política do silenciamento (ORLANDI, 2007). Este quadro demonstra e

comprova que a resistência para se efetivar utiliza-se da *censura*, isto é, *retórica do oprimido*. Ter o controle de habilitar e desabilitar coloca em xeque a dominação à qual elas resistem. No sexto ponto os sujeitos mulheres negras dizem que “*as autoras desse blog se reservam o direito de aprovar ou moderar comentários, sem prévio ou posterior contato, de acordo com as regras estabelecidas acima ou por outros critérios legais, objetivos e/ou de cunho estritamente pessoal*”. Compreende-se que elas dominam no interior do espaço do *blog*, percebe-se que ao mesmo tempo que o *blog* é o espaço de lugar para *resistência*, ele é também o lugar de dominação, tanto uma, quanto a outra se complementam, se contradizem se equivocam, mas funcionam e se constituem na e pela linguagem. O discurso se faz pela contradição e a resistência enquanto discurso funciona também por meio dessa.

Por fim, no sétimo, os sujeitos mulheres negras dizem “*as autoras desse blog se reservam o direito de opinar livremente, de acordo ou desacordo com a opinião dos leitores*.” Percebe-se que, todas as vezes que elas comentaram *autoras desse blog* e *reservam o direito* os sujeitos mulheres negras estão demonstrando por meio do discurso que elas dominam dentro daquele espaço, ou seja, que *ditam* e *controlam* a *ordem do discurso* (FOUCAULT, 1999).

Percebeu-se que, repetição teve o fim de cristalizar os sentidos na memória no interdiscurso, a *regra* é um modo da *ordem*, da *disciplina* funcionar, ela regula. A SD 2 do quadro, por exemplo, que iniciou com “*lembrando que*” é dedicada ao leitor que almeja comentar, e às autoras que pretendem escrever no *blog*, é interessante que à elas, “*autoras reservam o direito de*”, e isso coloca em questão, mais uma vez, a noção de *autoria*, sobre a qual Orlandi (2012, p.71) apresenta pontos reflexivos sobre a posição do sujeito, ao descrever que “o sujeito só se faz autor se o que ele produz for interpretável [...] Porque assume sua posição de autor (se representa nesse lugar), ele produz assim um evento interpretativo”. Então, a escrita, a interpretação adentram também nesse mecanismo que colabora para o funcionamento do discurso da resistência no espaço do *blog*.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, pesquisar sobre o funcionamento do *discurso da resistência* é trilhar o caminho da contradição e do equívoco, ou seja, do desconfortável. Ao analisar o funcionamento da resistência pelas lentes da Análise do Discurso Materialista, o sujeito pesquisador é levado a refletir sobre aquilo que a própria AD propõe. Sendo assim, é preciso compreender as entrelinhas, o que não está na superfície e sim no histórico e no simbólico.

Estudar a resistência enquanto discurso em funcionamento, movimentador de sentidos e provedor de silêncios por meio do Blogueiras Negras, leva os sujeitos que pesquisam à compreensão de que a língua, a linguagem e o discurso não são ingênuos, mas que são caminhos, isto é, meios que acolhem vários modos outros de resistir.

Assim, por meio da pesquisa, notou-se que o papel do sujeito mulher negra na escrita é fundamental para se materializar a resistência, dado que os efeitos de sentidos em torno da mulher negra antes da visibilidade tecnológica eram de supressão, isto é, apagamento bem como colocou Patricia Collins (2017). Os saberes propostos por mulheres negras foram suprimidos pela falta de equidade nas oportunidades; o primeiro papel ocupado e encenado pelo sujeito mulher afrodescendente em diáspora, mais especificamente no Brasil, fora o da escravidão.

As proibições cunhadas, tanto na ordem do político, quanto na ordem judiciário em torno dos sujeitos negros foram fatores cruciais para esta supressão e para aquilo que Lélia Gonzalez (2020) colocou buscando nos estudos da psicanálise sobre o conceito de *infans*, isto é, quando a criança é falada pelo adulto, a fim de descrever o efeito de sentido gerado em torno da mulher negra ao longo dos anos. Desse modo, o fato de o sujeito mulher negra ser falado pelo outro (dominação) causou o efeito de sentido nela, sendo o de *ousar*, *querer* ou por que não dizer, *revoltar* por si mesmo, isto é resistir.

O blog para os sujeitos mulheres negras é o espaço de troca de experiências por meio dos textos escritos por várias autoras negras, embora não tenha sido o foco desta pesquisa, mas os textos escritos pelo *nós corpo*, estão também na ordem da resistência, a qual funciona por meio deles e não apenas nos quadros analisados. No entanto, neste trabalho, foi necessário empreender análises a partir dos respectivos quadros para entender a organização daquele espaço e sua relação com a exterioridade, pois é através

dela que o analista consegue empreender suas análises, visto que o sentido não está no texto em si, mas na relação dele com a historicidade.

Assim, por meio das análises empreendidas nesta pesquisa, foi possível constatar que a resistência funciona e se materializa por meio de vários modos – silêncio, silenciamentos, interdição, relações de poder, equívoco, contradição - estudá-la na perspectiva dos estudos da linguagem permite o analista compreender que o óbvio precisa ser analisado e criticado. As análises confirmaram todas as noções propostas neste trabalho, algumas demonstraram os mesmos funcionamentos da resistência, ocasionando até mesmo um trabalho de repetição, o que não pode ser considerado necessariamente um problema, porque a língua é lugar de repetições, em que as palavras, sentenças, frases e os discursos não são novos, já estão e situam-se na ordem do já dito, do interdiscurso, da memória.

As regras, as delimitações, a imposição de quem pode e deve dizer são fatores constitutivos da linguagem que não podem ser mudados, ou até mesmos julgados, pois não cabe ao analista julgar o certo ou errado, mas o de compreender e descrever aquilo que foi entendido, ou melhor, o gesto de interpretação diante do corpus que lhe fala. As materialidades linguísticas discursiva, falam, denunciam e gritam, porém, cabe ao analista compreender, o grito, a denúncia do que se diz e relacioná-lo com a história. Ao analisar o corpus e dialogá-lo com a história foi possível compreender por que os sujeitos mulheres negras estavam dizendo daquele modo e não de outro na plataforma.

Dessa maneira, ao buscar nos estudos de mulheres negras como Patricia Collins (2017), Angela Davis (2017), Lélia Gonzalez (2020) permitiu-se compreender o modo que a mulher negra foi tratada ao longo da história, não necessariamente quando as ancestrais estavam em África, mas desde quando a mulher negra afrodescendente pisou no continente americano sendo transportada como mercadoria. Muitas foram interrompidas, tiveram seus corpos lançados ao mar, mas felizmente algumas conseguiram se manter vivas. Vale ressaltar que a resistência funciona pelo mecanismo da sobrevivência; sobreviver é resistir e resistir é sobreviver; ousavam a revoltar e pensar por si mesmo (PÊCHEUX, 2014 [1975]). Dessa maneira, consultar na historicidade por quais razões os sujeitos mulheres negras chamam aquele lugar como delas, levou à compreensão de que outros espaços foram-lhes negados.

O espaço delas eram sempre o espaço de outro sujeito que as dominavam, desde a chegada como escravizadas, a casa do explorador não era o espaço dela, a senzala não

era o espaço dela; o corpo como espaço também não era dela. Então o que ela tinha como pertencente a ela era a mente, o pensamento, o desejo, a vontade de ser livre. Após a abolição, o sujeito mulher negra conseguiu a casa, vulgo barraco, mas também não era dela, pois poderia ser despejada, invadida (como até hoje o estado invade, se não presencialmente, de longe, com os aparelhos repressivo do estado com os sujeitos snipers³¹). Somado a isso, há também a casa da patroa que não era o espaço que acolhia ela, pelo contrário, a segregava, a humilhava e até a escravizava.

Com o advento da tecnologia, outros espaços na ordem da internet foram criados e estes possibilitaram o agrupamento de vários sujeitos, onde dentro destes surge o Blogueiras Negras, espaço que elas ditam as regras delas.

Ainda, no decorrer da análise, percebeu-se que o espaço é como uma espécie de corpo, que há o *nós cabeça* e o *nós corpo*, o corpo reage ao comando da cabeça, assim, é o modo de funcionar a resistência no Blogueiras Negras. A partir disso, percebe-se que os sujeitos mulheres negras não estão promovendo a segregação, elas estão respondendo às condições de produção sócio-histórica-ideológica-política que já está no interdiscurso, no já dito. No aqui e agora elas estão atualizando memórias e, ao mesmo tempo, ressignificando os sentidos.

Por fim, respondendo os questionamentos norteadores da pesquisa, sobre quais eram os efeitos de sentidos construídos em torno da escrita (enquanto espaço de discursividade) da mulher negra no decorrer da história do Brasil antes da visibilidade tecnológica? A escrita da mulher negra, ou seja do sujeito mulher negra é uma memória estruturada pelo apagamento e silenciamento, ainda há muito o que pesquisar para, ao menos, apontar mais de cem mulheres escritoras negras.

A exemplo disso, Carolina Maria de Jesus tornou-se conhecida num viés acadêmico recentemente. A história contada pelos “exploradores” apagara os feitos de muitos sujeitos negros em várias áreas, mas principalmente na do saber. A visibilidade era mínima, porém, hoje, com advento da tecnologia e com a organização de resistência sistematizada dessas mulheres na internet, a visibilidade está se ampliando.

A seguir, outro questionamento foi: considerando *a priori* que a resistência é uma resposta de determinado grupo à opressão de outro grupo, como essa resistência está

³¹ Atirador profissional de longa distância.

sendo evidenciada no layout do blog *Blogueiras Negras*? Por meio das imagens, da própria mulher negra careca, com uma imagem do sol ao fundo remetendo ao efeito de liberdade e pertencimento, não apenas nisso, mas nas cores, na organização, pois imprime ao sujeito que navega online a possibilidade outra de significar, pois ali são apontados vários temas para leituras, há destaque de temas de prêmios, reflexões, poesias (literatura). Portanto, a resistência no layout funciona como as possibilidades outras de significar.

A última questão foi: que silêncio as mulheres negras visam romper? Entende-se que há o intuito de romper com todos os silêncios que tentaram calar as ancestrais delas em outros tempos e em outros espaços. A escrita no blog irá eternizá-las, representa o ecoar de vozes delas. Ali, os sujeitos mulheres negras estão mostrando e preparando o caminho para outros sujeitos mulheres e meninas negras que virão depois delas; pois, como escreveu Conceição Evaristo (2017): “A voz de minha filha recolhe em si a fala e o ato. O ontem – o hoje – o agora. Na voz de minha filha se fará ouvir a ressonância, o eco da vida-liberdade”.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos do Estado**. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** 1ª ed. – Belo Horizonte, Minas Gerais: Letramento, 2018.

AMARAL, A; RECUERO, R; MONTARDO, S, P. **Blog: mapeando um objeto**. Disponível em: <<http://www.raquelrecuero.com/AmaralMontardoRecuero.pdf>> Acesso em: 03/2022.

AUTHIER-REVUZ (2004) **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BAZERMAN, C. Retórica da ação letrada Tradução: Adail Sobral, Angela Dionisio, Judith Chambliss Hoffnagel, Pietra Acunha. 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BECK, M. Imagem-tempo e o espectro do realizado: o descortinar do imperceptível. Em: **Indizível, imperceptível e ininteligível: o sujeito contemporâneo e seus arquivos/ organização de Bethania Mariani, Carla Barbosa Moreira, Juciele Pereira Dias e Maurício Beck**. – Niterói: Eduff, 2017.

BENTO, M, A, S. Branqueamento e branquitude no Brasil. Em: **Psicologia social do racismo**. Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil / Iracy Carone, Maria Aparecida Silva Bento (organizadoras). 6. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. – (Coleção Psicologia Social) vários autores.

BRASIL. LIM3353. LEI Nº 3.353, DE 13 DE MAIO DE 1888 Declara Extinta a Escravidão no Brasil. Coleção das Leis do Império do Brasil, 1888. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%203.353%2C%20DE%2013,Art. Acesso: 10/2021

BRASILEIRO, M, M, A. **Como produzir textos acadêmicos científicos**. 1ª ed. Editora Contexto, 2021.

CARNEIRO, S. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Disponível em: https://www1.unicap.br/neabi/?page_id=137 Acesso em: 01/2021

COLLINS, P. H; BILGE, S. O movimento das mulheres negras no Brasil. **In: A introdução ao pensamento feminista negro: por um feminismo para os 99%**. Disponível em: https://www.amazon.com.br/Introdu%C3%A7%C3%A3o-pensamento-feministanegrofeminismoebook/dp/B08XZSDYT4/ref=sr_1_7?mk_pt_BR=%C3%85M%C3%85%C5%BD%C3%95%C3%91&dchild=1&keywords=feminismo+negro&qid=1619570046&sr=8-7> Acesso em: 03/2021.

COLLINS, P. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento consciência e a política do empoderamento**; tradução Jamile Pinheiro Dias. – 1. Ed. – São Paulo, Boitempo, 2019.

CRAVEIRINHA, José. **Obra completa**. Maputo: Imprensa Universitária, 2000.

COURTINE, Jean-Jacques. **Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso**. Tradução: Flávia Clemente de Souza e Márcio Lázaro Almeida da Silva. Revista Policromia, junho, 2016. Disponível em <[http://www.labedis.mn.ufrj.br/images/POLICROMIAS/PDF/Jean-Jacques Courtine-port.pdf](http://www.labedis.mn.ufrj.br/images/POLICROMIAS/PDF/Jean-Jacques_Courtine-port.pdf)> Acesso em: 12/2020.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. 3 ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017, p.24-25.

FERRERA, B. De Dentro do Ap - Ao Vivo no Estúdio Showlivre por Vento Festival. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rcShlEAh5ak>> Acesso em 12/2021.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

GADET, F. Prefácio In: PÊCX, M. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. / Organizadores 3.ed. Françoise Gadet; Tony Hak; tradutores Bethania S. Mariani... [et al.] — 5ª. ed. — Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014

GONZALEZ, L. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

JESUS, C, M. Quarto de despejo (excertos). **13 de maio**. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/24-textos-das-autoras/63-carolina-maria-de-jesus-13-de-maio> Acesso: 03/2022.

LAPLANCHE, J. **Vocabulário da psocanálise** | Tradução: Pedro Tamen – São Paulo: Martins Fontes, 1991.

HENRY, P. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: PÊCHEUX, M. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux**. / Organizadores 3.ed. Françoise Gadet; Tony Hak; tradutores Bethania S. Mariani... [et al.] (p.p 11-39)

MARIANI, B. Discurso de resistência e testemunhas. In: GRIGOLETTO, E; NARDI, F, S; SILVA, D,S [Organizadoras] **Discursos da resistência: literatura, cultura, política**. Em: São Carlos: Pedro & João - Editores, 2020. 303p. (p.16-32)

MOREIRA, Carla B. Censura e silenciamento no discurso jornalístico. In: RIBEIRO & FERREIRA (Orgs.). **Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 319-342.

MOREIRA, Carla B. **Produção, circulação e funcionamento da censura na ditadura militar brasileira e no fascismo italiano: a censura na ordem do discurso**. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, 2009. 187p.

MOREIRA, C. B. (2018). **Bloqueado, suspenso, fora do ar: a atualidade da censura no espaço digital**. In: *Cadernos De Estudos Lingüísticos*, 60(3), 847-868.

MBEMBE, A. **A crítica da razão negra**. – 1ª Ed. – Antígona Editores Refractários – Tradução: Marta Lança, Lisboa – Portugal, 2014.

NASCIMENTO, A. **O quilombismo**: uma alternativa política afro-brasileira. In: *O quilombismo*: documentos de uma militância pan-africanista. 2. ed. Brasília / Rio de Janeiro: Fundação Palmares / OR Editor Produtor, 2002, p. 269-274. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4408009/mod_resource/content/2/NASCIMENTO-Abdias_O%20Quilombismo.pdf> Acesso em: 11/2022

ORLANDI, E, P. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. – 6ª ed. – Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp. 2007.

ORLANDI, E, P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos – 9ª Edição, Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2010.

ORLANDI, E, P. **Interpretação autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico** -6ª Edição, Pontes Editores, Campinas, SP, 2012.

ORLANDI, E, P. **O que é linguística?** - 2.ed. – São Paulo: Brasiliense, 2009.

ORLANDI, E,P. **Análise do Discurso**: princípios e procedimentos. 9ª Edição. Pontes Editores, Campinas, SP, 2010.

ORLANDI, E, P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6ª Edição. Editora da Unicamp, Campinas, SP, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A materialidade do gesto de interpretação e o discurso eletrônico**. In. DIAS, Cristiane. Formas de mobilidade no espaço e-urbano: sentido e materialidade digital [online]. Série e-urbano. Vol. 2, 2013, Consultada no Portal Labeurb. <<http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/> Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB/Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

ORLANDI, E, P. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das ideias no Brasil. – 2.ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

ORLANDI, E, P. **Gestos de Leitura: da História no Discurso**. – 4ª edição –Campinas SP: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHUEX, M; **A análise do discurso**: três épocas (1983). In: Por uma análise automática do discurso. Organizadores 3.ed. Françoise Gadet; Tony Hak; tradutores Bethania S. Mariani... [et al.) — 5. ed. — Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014

PÊCHEUX, M; **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução: Eni P. Orlandi – 7ª Edição, Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2015 [Tradução original 1983].

PÊCHEUX, M; DAVALLON, J; ORLANDI, E. **O papel da memória**. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, M. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução a obra de Michel Pêcheux. / Organizadores 3.ed. Françoise Gadet; Tony Hak; tradutores Bethania S. Mariani... [et al.) — 5. ed. — Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014. [Texto original publicado em 1978]

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica a afirmação ao óbvio.** – 5ª ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2014. [Texto original publicado em 1975]

PÊCHEUX, M. **Anexo III: Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês início de uma retificação.** In: *Semântica do Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio.* 5ª edição – Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2014. [Texto original publicado em 1978]

PÊCHEUX, M. **Delimitações, inversões, deslocamentos.** Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas – SP, n° 19, p. 7-24, jul./dez., 1990. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636823/4544>> Acesso 12/2022.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte – MG: Letramento, 2017.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, S. Eu quero poder ser fraca | Stephanie Ribeiro | TEDxSaoPauloSalon. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2EpIZVU-N3Y>. Acesso em: 12/2021

ROSA, G, E. **Descobrimento ou encobrimento:** como o Youtube mostra os indígenas no momento da chegada dos portugueses. Orientador: Julio Ricardo Quevedo dos Santos. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação , Programa de Pós-Graduação em História em Rede Nacional, RS, 2017, 92 p. Disponível em:<<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/206569/2/Disserta%20a7%20a3o%20c3%89derson%20Gaika%20Rosa.pdf> > Acesso em: 01/022

SILVA, P. T. **Comunicações identitárias & TICs:** o caso do blog “Blogueiras Negras” 2019. 193 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SILVA & SILVA **“Falando a voz dos nossos desejos”: os sentidos da representatividade e do lugar de fala na ação política das mulheres negras.** Revista Eletrônica REIS, v. 3, n. 1, jan.-jun. 2019, p. 42 - 56, Rio Grande

SILVEIRA, L. **Linguagem no discurso de Roma:** programa de leitura da psicanálise. Psicologia: Teoria e Pesquisa Jan-Abr 2004, Vol. 20 n. 1, pp. 049-058. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ptp/a/wdb5tvb8myPDw88WmXx96Zn/?format=pdf&lang=pt>> Acesso: 12/2021

SOBRINHO, H. **Resistência.** enciDIS UFF (Enciclopédia Virtual de Análise do Discurso) 10 de set. de 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4DJbHnrcWAM>> Acesso: 03/2022.

SOUSA, Noémia de. **Sangue negro.** Maputo: União dos Escritores de Moçambique, 2001.

ORLANDI, E, P. **Eu, tu, ele: discurso e real da história.** – 2ª ed. – São Paulo: Editora Pontes, 2017.

ORIHUELA, José Luis. Blogs e blogosfera: o meio e a comunidade. In: **Blogs: Revolucionando os meios de comunicação**. São Paulo: Editora Thomson, 2007.

ZOOPI FONTANA, M. **Lugar de fala:** enunciação, subjetivação e resistência. Volume 12, nº 18 | 2017.